

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**A MISSA DA UNIDADE ENTRE FAIXAS E CRUCIFIXOS:
HIERARQUIA E POLÍTICA NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU (1982)**

Adriana da Silva Serafim

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A MISSA DA UNIDADE ENTRE FAIXAS E CRUCIFIXOS:
HIERARQUIA E POLITICA NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU (1982)**

ADRIANA DA SILVA SERAFIM

Sob a Orientação da Professora

Dr^a Caetana Maria Damasceno

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2013

270.98153

S481m

T

Serafim, Adriana da Silva, 1979-

A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982) / Adriana da Silva Serafim – 2013.

112 f. : il.

Orientador: Caetana Maria Damasceno.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 106-109.

1. Igreja – História – Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 2. Igreja – Rituais – Nova Iguaçu (RJ) – Teses. 3. Igreja e problemas sociais – Igreja Católica – Teses. 4. Direitos humanos – Aspectos religiosos – Igreja Católica – Teses. I. Damasceno, Caetana Maria, 1944-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADRIANA DA SILVA SERAFIM

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Dissertação aprovada em 28 / 02 / 2013.

Caetana Maria Damasceno (Doutora em Antropologia – Museu Nacional – UFRRJ)
(Orientadora)

Jessie Jane Vieira de Sousa (Doutora em História – UNICAMP – UFRJ)

Alexandre Fortes (Doutor em História – UNICAMP – UFRRJ)

**Dedico este trabalho aos meus pais,
Madalena e Lucio.
Sem vocês esta experiência
não teria começado.**

Agradecimentos

Quando penso no processo de gestação e parto desta dissertação um sentimento me invade: a solidão. O ato de escrever é solitário, porém, para que ele se concretize muitas mãos são necessárias. Este trabalho, embora assinado por um autor, é fruto de um esforço coletivo.

Agradeço a dedicação e paciência incomensuráveis da minha orientadora Prof^a Dr^a Caetana Damasceno, a quem devo a conclusão deste trabalho.

À Prof^a Dr^a Ivonne Maggie, grande amiga que me estimulou a prosseguir minha formação acadêmica.

À Prof^a Dr^a Jessie Jane Vieira de Sousa pelo acolhimento e atenção disponibilizados, quando estudar a Diocese de Nova Iguaçu era um grande anseio. Pela participação na Banca de Qualificação e pelas sugestões e críticas acerca deste trabalho.

Agradeço também ao Prof. João Márcio a participação na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Alexandre Fortes por fazer parte da Banca final e pela grande contribuição para realização deste trabalho.

À coordenação do PPHR, em especial ao Prof. Álvaro Pereira do Nascimento.

As discussões enriquecedoras possibilitadas pelos professores Jean Salles e Lucia Silva.

A disponibilidade em contribuir com seus relatos: Artur Messias, Robinson Azeredo, Pe. Luigi Constanzo Bruno e Antônio Ivo de Carvalho.

À Irmã Sônia por me receber no Riachão e disponibilizar importante fonte para esta pesquisa.

A Antônio Lacerda por viabilizar o acesso aos documentos no Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, além das conversas sempre enriquecedoras. E à Maria Goreth pela boa conversa, encorajamento e disponibilização dos livros da biblioteca do Seminário Paulo VI.

Ao meu companheiro Edmilson Reis pelo socorro para viabilizar materiais e textos e pela paciência e carinho nos momentos difíceis.

A minha irmã Simone Serafim pela leitura e revisão final.

À Cecília, minha filha, pelos questionamentos e sorrisos que alegam a vida.

Agradeço aos meus pais que se dispuseram a me acompanhar durante as aulas no primeiro semestre de estudos, para que eu pudesse estudar enquanto ficavam com Cecília ainda bebê.

As contribuições de formas distintas de: Hugo Leonardo Pereira Borba, Henrique (Volta Redonda), Danielle Kelly Gomes, Álbea Regina, Roberto dos Anjos e Flávio, Pe. Marcus Barbosa, Pe. Maciel, Pe. José Antônio, Sérgio Fonseca, Maria Lucia e Débora, Alofs Daniel Batista, Gabriel Silva, Abner Sótenos, Bruno Cerqueira, Cristiane Firmino, Paulo Garrido e Lubiane Serafim.

Aos colegas de trabalho, professores e direção das escolas André Vidal de Negreiros (rede municipal do Rio de Janeiro) e CEPANI (rede particular de Nova Iguaçu) que contribuíram de diversas formas nos momentos difíceis.

RESUMO:

SERAFIM, Adriana da Silva. **A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu, 1982**. Seropédica, RJ. 112 p Dissertação (Mestrado em História, Estado e Relações de Poder) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Este trabalho visa, dentre outros objetivos, investigar aspectos da história da Diocese de Nova Iguaçu, instituição que completou cinquenta anos de fundação em 2010. Buscamos analisar o papel da Diocese nas relações religiosas, sociais e políticas locais durante o período de “abertura política”. Dentro dessa temporalidade focamos o ano de 1982, marcado pela disputa eleitoral que movimentou a cena política em âmbitos local e nacional. Para tal, tomamos como fonte primária um conjunto de fotografias digitalizadas que retratam a Missa da Unidade, ocorrida em 1982. Esse ritual é abordado como um “evento crítico” porque através da forma como os presentes se expressaram nele foi possível detectar a ocorrência de um conflito envolvendo um sacerdote, o Padre Valdir Ros, e o bispo diocesano, Dom Adriano Hypólito. Ao recuperarmos a história do conflito percebemos que este foi construído ao longo do tempo, não existindo desde o momento em que os religiosos passam a trabalhar na mesma diocese. A análise do contexto de mudança eclesial proporcionada pelo Concílio Vaticano II contribui para compreendermos a atuação pastoral da instituição. E o contexto de ditadura militar aproxima a Igreja Católica dos “pobres”, em defesa da “justiça social” e dos direitos humanos. Nessa conjuntura, a “presença” da Diocese de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense se materializa na atuação junto aos movimentos sociais e no apoio a lideranças políticas ligadas aos partidos e grupos perseguidos pela repressão. Essa atuação desperta a oposição de uma parte do clero, sendo verificada maior radicalidade no posicionamento do Pe. Ros. Esse conflito religioso assume características de um conflito político; subjazem disputas relacionadas ao pleito eleitoral e à situação fundiária local.

Palavras chave: Diocese de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, Ritual.

ABSTRACT:

SERAFIM, Adriana da Silva. **The “Unity Mass”, a ritual between tracks and crucifixes: hierarchy and politics in the Diocese of Nova Iguaçu, 1982.** Seropédica, RJ. 112 p. Dissertation (MA in History, State and Power Relations), Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This work aims, among other goals, to investigate aspects of the history of the Diocese of Nova Iguaçu, which completed fifty years of foundation in 2010. Our goal is to analyze the role of the Diocese in religious, social and political relations during the period 1974-1985, that is the "political opening" of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). We focus the year 1982, marked by the election dispute which handled the political scene both on local and national levels. As a primary source, we take a set of scanned photographs of the Unity Mass, held in 1982. This ritual is regarded as a "critical event": the people present in it expressed some kind of conflict involving a priest, Father Valdir Ros, and the diocesan bishop, Dom Adriano Hypólito.

In order to recover the history of the conflict we realized that this was born in an specific time, not existing from the very first moment that this two clergymen met in the same diocese. The analysis of the changing ecclesial context provided by Vatican II contributes to understand the pastoral activities of the institution. And the context of military dictatorship approximates the Catholic Church of the "poor" in defense of "social justice" and human rights. In this sense, the "presence" of the Diocese of Nova Iguaçu at the *Baixada Fluminense* materializes its actions within social movements and supporting political leaders linked to parties and groups persecuted by the government's repression. This activity arouses the opposition of a part of the clergy, mainly in the case of Father Ros. This religious conflict assumes characteristics of a political conflict. There are underlying disputes related to the electoral process and the situation of the local land policy.

Key-words: Diocese de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, Ritual.

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº5
ARENA – Aliança Nacional Renovadora
BF – Baixada Fluminense
CDJP – Comissão Diocesana de Justiça e Paz
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODENI – Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu
CPJP – Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
CVII – Concílio Ecumênico Vaticano II
DNI – Diocese de Nova Iguaçu
IC – Igreja Católica Apostólica Romana
IEM – Instituto Estrela Missionária
MAB – Movimento de Amigos do Bairro
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MNA – Mutirão de Nova Aurora
MU – Missa da Unidade
PC – Partido Comunista
PDS – Partido Democrático Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PPC – Plano Pastoral de Conjunto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: “A MISSA DA UNIDADE”: UM <i>EVENTO CRÍTICO</i> NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU	18
1.1 - Documentos visuais como fonte histórica.....	19
1.2 - Missa da Unidade: um ritual entre faixas e crucifixos.....	22
1.3 - <i>Reforço, neutralização e inversão</i> na Missa da Unidade.....	34
1.4 - Gênese do conflito e as redes de apoio mobilizadas.....	43
CAPÍTULO 2: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU: “PRESENÇA” DA IGREJA CATÓLICA NA BAIXADA FLUMINENSE	52
2.1 – Vaticano II, o episcopado brasileiro e o Plano Pastoral de Conjunto.....	53
2.2 – Conflito entre Igreja Católica e Estado no Brasil.....	57
2.3 - Contexto sociológico e geográfico da Diocese de Nova Iguaçu.....	63
2.4 - Contexto histórico e religioso da Diocese de Nova Iguaçu.....	66
2.4.1 – Processo de organização da diocese.....	66
2.4.1.1 - O Instituto Estrela Missionária/IEM.....	69
2.5 – O “compromisso evangélico” da Atuação pastoral e os movimentos sociais.....	73
2.5.1 - A Diocese e o Movimento Amigos de Bairro/MAB.....	75
2.5.2 - A Diocese e o Mutirão de Nova Aurora/MNA.....	78
CAPÍTULO 3: ELEIÇÕES DE 1982, ATORES SOCIAIS, REDES E A “GUERRA DO RIACHÃO”	82
3.1 – A Diocese de Nova Iguaçu e as eleições de 1982.....	84
3.2 – A “Guerra do Riachão” e a disputa eleitoral.....	89
3.3 – Ocupação do espaço urbano e a “Guerra do Riachão”.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
BIBLIOGRAFIA	106
ANEXOS	110
A – Reportagem do JB sobre a Missa da Unidade.....	110
B – Fotografia atualizada do IEM.....	111
C – Ilustração <i>O Globo</i> sobre as igrejas ocupadas pelo Pe. Ros.....	112

INTRODUÇÃO

Um evento ocorrido em 2007, na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, deu-me a oportunidade de encontrar um inesperado material fotográfico, que mostra um momento peculiar da Diocese de Nova Iguaçu (DNI). No mês de novembro daquele ano, a Diocese sediou o 6º Encontro Nacional de Fé e Política (ENFP), que agrega militantes e simpatizantes do Movimento Nacional de Fé e Política¹. As conferências aconteceram na quadra do Serviço Social do Comércio (SESC)², em Nova Iguaçu, pela manhã, e na parte da tarde ocorreram *plenárias temáticas* em várias paróquias da Baixada³. Tratava-se de um evento de grande porte, que traria para a região milhares de participantes. Com objetivo de oferecer uma estrutura adequada para recepcioná-los, a DNI entrou em contato com os governos das cidades que a compõem, para negociar apoios diversos: infraestrutura, logística, água, transporte, organização do trânsito para deslocar os participantes, acomodações etc.

Neste período, três anos depois de formada em História pela PUC-Rio, eu trabalhava como coordenadora de preservação do patrimônio histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Mesquita. Também já havia participado da Coordenação Diocesana da Pastoral da Juventude. Por isso, fui uma das pessoas indicadas para integrar o grupo de trabalho entre Prefeitura e Diocese, responsável por organizar as atividades do 6º ENFP em Mesquita.

Motivada pelo evento, a Prefeitura de Mesquita organizou uma exposição sobre a História da Diocese de Nova Iguaçu, cuja montagem foi de minha responsabilidade. A maior parte do acervo exposto foi cedida pelo Dr. José Luiz Teixeira, católico e advogado, morador de Nova Iguaçu, que nos deu acesso a fotografias, publicações, brasões dos bispos. Dentre os materiais acessados havia um arquivo fotográfico com dezenas de imagens de uma celebração chamada de “Missa da Unidade” (MU), ocorrida em 1982. A pressa para organizar a exposição não me permitiu conhecer detalhes sobre aquele material, mas ao observar as fotos me chamava atenção o fato de os fiéis carregarem muitas faixas exaltando o então bispo da diocese, D. Adriano Hypólito. Em uma delas lê-se, como observamos abaixo, “*o bispo é o sinal de nossa unidade*”.



Esse material ficou guardado por dois anos, até que, durante o levantamento de fontes em busca da construção do objeto de estudo desta dissertação, avaliamos que esse acontecimento talvez nos dissesse algo sobre a relação entre Igreja Católica e política no

¹ “O *Movimento Nacional Fé e Política* foi criado em junho de 1989, durante um encontro de pessoas unidas pela Fé cristã engajadas nas lutas populares, com o objetivo de alimentar a dimensão ética e espiritual que deve animar a atividade política. Deixar-se animar pelo *Espírito de vida* é a essência do *Movimento Fé e Política*, que luta pela superação do capitalismo por meio da construção de um sistema socioeconômico solidário e respeitoso com a vida do Planeta.” Dez anos após sua criação, atento à nova conjuntura dos movimentos sociais, o Movimento passou a promover grandes Encontros Nacionais de Fé e Política. Disponível em <http://www.fepolitica.org.br>. Acesso em: 17 de abril de 2011.

² O SESC é mantido pelos empresários do comércio de bens e serviços. É uma entidade privada que objetiva proporcionar o bem-estar e qualidade de vida do comerciário, sua família e da sociedade. Disponível em http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/ Acessado em 09 de outubro de 2012.

³ 6º ENFP teve plenárias temáticas em: Nova Iguaçu, Mesquita, Paracambi, Queimados, Belford Roxo, Japeri, Nilópolis e São João de Meriti (este último pertence à Diocese de Duque de Caxias).

Brasil. E, numa escala local, sobre a atuação da Diocese de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense em tempos de “abertura política” (1974-1985). Tomamos como delimitação temporal o ano de 1982. Apesar da derrota do Brasil na Copa do Mundo, esse ano é marcado por uma vitória, um grande pleito eleitoral. Serão as primeiras eleições pluripartidárias desde que o Ato Institucional nº 2/AI-2⁴ fora decretado em 1965, durante o governo do presidente-general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967).

Um evento ocorrido na DNI, nessa conjuntura política, nos chama atenção. No Riachão, bairro afastado do centro de Nova Iguaçu, ocorre a “*Celebração da Unidade*”, no dia 23 de maio de 1982. Essa missa foi celebrada em função de um conflito que estava acontecendo entre o bispo, D. Adriano Hypólito, e um sacerdote, o Padre Valdir Ros, clérigo dessa diocese até 1981. Esse conflito passou de discordância a desobediência, até chegar a agressões verbais e físicas envolvendo os protagonistas e suas redes de apoio. Um fundo documental, constituído de fotografias digitalizadas, é a fonte primária desta pesquisa.

Apresentamos um breve perfil biográfico dos religiosos protagonistas do conflito, primeiro o bispo e em seguida o padre. D. Adriano Hypólito nasceu em São Cristovão, no Sergipe, em 18 de janeiro de 1918 e faleceu em Nova Iguaçu, em 10 de agosto de 1996. Dom Frei Adriano Mandarino Hypólito membro da Ordem dos Frades Menores/ OFM (franciscanos), clero regular⁵; fez toda a sua educação básica como franciscano. cursou a faculdade de Filosofia no convento de Olinda, em Pernambuco, e a formação em Teologia no convento de São Francisco, em Salvador, Bahia.⁶

Em 1942, aos 24 anos, Frei Adriano é ordenado padre em Salvador, passando a ocupar diversas funções e cargos dentro da ordem franciscana. Em janeiro de 1943, foi transferido para o Colégio Seráfico de Santo Antônio de Ipuarana, Paraíba, onde exerceu as funções de prefeito e professor de Português e de Música. Na entrevista publicada no *Boletim Diocesano*, em 1982, ao apresentar sua trajetória, D. Adriano diz que em 1948, seus superiores o enviaram para Portugal “primeiramente para estudar Literatura e depois para fazer investigação histórica nos arquivos portugueses sobre os franciscanos”.⁷ De volta ao Brasil em 1951, retornou às antigas ocupações no Colégio Seráfico. Ao mesmo tempo exerceu funções na ordem franciscana: de 1952 a 1958 foi mestre dos clérigos e redator da revista *Mensageiro da Fé*.⁸ Em 1961, é reeleito como mestre dos clérigos. Nesse mesmo ano é transferido para o Convento de São Francisco, na Bahia, onde foi diretor espiritual do Seminário Central da Arquidiocese de Salvador. Em 1962 foi nomeado vigário-geral da Província Franciscana da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Ainda no mesmo ano, o Papa João XXIII o indicou para bispo auxiliar do Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva (*1876 †1968), Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil. Aos 45 anos, foi ordenado bispo (em fevereiro de 1963)⁹, tendo participado como delegado do Concílio Vaticano II, nas sessões de 1963, 1964 e 1965.¹⁰

Catarinense, descendente de imigrantes italianos, Padre Valdir Ros nasceu em 08 de fevereiro de 1942 e faleceu em 1994, em Nova Iguaçu. Cresceu em Rio das Vargens, no Rio Grande do Sul; estudou dos nove até os doze anos no Seminário de Lajes, Santa Catarina.¹¹ Mas foi ordenado no Seminário de Viamão, no Rio Grande do Sul, em 04 de julho de 1965,

⁴ No dia 02 de outubro de 1965 foi decretado o AI-2, que aboliu a eleição direta para presidente da República, dissolveu os partidos políticos criados a partir de 1945 e estabeleceu um sistema de dois partidos.

⁵ Eclesiástico sujeito às ordens religiosas.

⁶ *Revista de Cultura Vozes*. Ano 75, Volume LXXVI, Janeiro-fevereiro de 1981, nº1. P.53-73.

⁷ *Boletim Diocesano*. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, n. 162-163, 1982. Mensal.

⁸ *Revista de Cultura Vozes*. Ano 75, Volume LXXVI, Janeiro-fevereiro de 1981, nº1. P.53-73. De acordo com a reportagem tratava-se de uma revista de grande influência no Nordeste.

⁹ *Revista de Cultura Vozes*. Ano 75, Volume LXXVI, Janeiro-fevereiro de 1981, nº1. P.53-73.

¹⁰ *Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de Missão 1960-2010*. Nova Iguaçu, 2010. p.36

¹¹ PADRES contra padres. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 08 de setembro de 1982.

onde fez os estudos superiores em Filosofia e Teologia.¹² Após essa resumida apresentação, expomos os referenciais teóricos utilizados para pensarmos sobre nosso objeto de estudo.

Para melhor compreender o que a MU representou é importante conhecer de que maneira vamos abordar a Igreja Católica. A historiografia sobre a Igreja Católica no Brasil teve um “boom” na década de 1980, destacando principalmente a atuação dos religiosos após as diretrizes do Concílio Vaticano II, interpretadas, no âmbito latino-americano, nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Essa atuação foi entendida por alguns autores como um marco nas relações entre a Igreja e o Estado na América Latina.

Para analisar a atuação da Igreja Católica na Baixada Fluminense utilizarei o conceito de Roberto Romano no livro **Brasil: Igreja contra Estado** (1979)¹³. Romano considera a Igreja uma instituição multicelular, dotada de uma coerência própria que não pode ser avaliada apenas na conjuntura imediata dos fatos. Na condição de “corpo místico”, seu objetivo não atende a este mundo e sim ao plano transcendente: a salvação dos homens a partir da construção do Reino de Deus na terra – que o autor chama de atitude soteriológica.¹⁴ Ao analisar a atuação da Igreja na Baixada Fluminense, o conceito de corpo místico é útil para compreendermos as opções pastorais, sociais e políticas dos religiosos. Romano entende que a ação dos homens e mulheres envolve amor, devoção, contrição, sofrimento, fé e, principalmente, a crença de que eles representam Jesus Cristo na terra e são anunciadores e responsáveis pela salvação da humanidade. Roberto Romano parte do pressuposto que a fé na salvação move as ações desses religiosos. Por isso, a política pastoral ou o trabalho pastoral desses clérigos será denominado “projeto teológico-político”¹⁵. Analisaremos o conflito entre D. Adriano e o Padre Valdir Ros como uma disputa de projetos teológico-políticos de dois membros do “corpo místico” que a Diocese de Nova Iguaçu integra.

Entretanto, esse conflito não se reduzirá à disputa entre dois projetos opostos de Igreja, abordagem que nos impediria de perceber as múltiplas intervenções da Igreja Católica na região. Nesse sentido, utilizamos o trabalho de Kenneth Serbin, **Diálogos na Sombra** (2001), sobre a “Bipartite” – reuniões organizadas secretamente por militares e católicos (bispos e leigos), entre 1970-1974, com o objetivo de cessar o conflito aberto entre as forças militares e a Igreja Católica brasileira, instituições historicamente parceiras. Ao analisar as posições de militares e religiosos, o autor, através da história de D. Fernando Gomes dos Santos na “Bipartite”, exemplifica o que chama de temas centrais do livro. Esses temas são apresentados em três abordagens: a dicotomia entre o público e o privado na abordagem que os bispos faziam da ditadura, a inadequação da fórmula progressista x conservador para o entendimento da Igreja brasileira e a flexibilidade dos bispos e seu duplo papel como clérigos e políticos.¹⁶ Na investigação sobre a Diocese de Nova Iguaçu seguimos a pista lançada por Kenneth Serbin, que coloca a seguinte questão: é possível analisar a Igreja brasileira dividindo-a, de modo simplista, entre progressistas e conservadores? Acreditamos que essas posições não são estáticas e sim mais complexas do que podemos imaginar para reduzir a atuação dos religiosos a uma ou outra posição.

Os autores citados acima concordam que a Igreja Católica é uma instituição heterogênea, que abriga em seu interior diferentes concepções; estudiosos as qualificam, em geral, como “progressistas”, “moderadas” ou “conservadoras”.¹⁷ Recorrentemente, os

¹² BISPO de Nova Iguaçu acusa padre de ‘mania de grandeza’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

¹³ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. SP, Kairós, 1979.

¹⁴ Ibid., p.23.

¹⁵ Ibid., p.20.

¹⁶ Cf. SERBIN, K. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo, Cia das Letras, 2001. p. 290

¹⁷ Ao abordar a heterogeneidade institucional Mainwaring fala em “modelos de Igreja”. Ele afirma que “a noção de modelos de Igreja sugere que o ponto de partida para a compreensão de sua política deva ser a concepção de sua missão”. Quatro modelos são identificados: neocristandade, modernizadora conservadora, reformista e

religiosos católicos são identificados dessa forma em matérias de jornal, artigos e análises sobre a instituição.

Nossa investigação em relação à DNI se justifica porque tal instituição forjou uma memória de “diocese progressista”¹⁸ e seu bispo, D. Adriano Mandarino Hypólito OFM, ficou conhecido em todo o país por sua firmeza no combate à violência e às injustiças sociais na Baixada Fluminense, “contrariando interesses diversos de grupos que se aproveitavam de alguma forma da desigualdade social existente na região”, afirma o jornalista Audálio Dantas. O mesmo autor afirma, no perfil que publica sobre D. Adriano na *Revista Playboy*, em 1978, que o bispo ficou conhecido, sobretudo, por ter sido ele próprio vítima da violência¹⁹.

Em setembro de 1976, D. Adriano foi sequestrado e seu carro explodido em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), localizada no bairro da Glória, no Rio de Janeiro.²⁰ O tenente-coronel Zamith foi acusado de tramar o sequestro, conforme informou o semanário *Correio da Lavoura*²¹. Outros episódios de violência pessoal e institucional foram relatados por D. Adriano: falsificação do periódico litúrgico *A Folha*, em 1977; distribuição de panfletos caluniosos contra o bispo e vigilância sistemática à sua movimentação dentro e fora da diocese, em 1978; explosão de uma bomba na Catedral de Santo Antônio de Jacutinga e pichações de outras igrejas, em 1979.²²

Além dos atentados contra a Igreja de Nova Iguaçu, D. Adriano mereceu especial atenção por parte das forças armadas. No livro **Diálogos na Sombra** (2001), um funcionário do aparelho repressivo, entrevistado por Serbin, afirmou que D. Adriano foi um bispo vigiado de perto pelos militares durante a ditadura. Era visto como “uma pessoa com muitas críticas ao regime”²³, por isso merecedora de uma investigação mais sistemática do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara²⁴/Dops-GB.²⁵ Algo que, de acordo com o entrevistado, não acontecia com os hierarcas católicos de uma maneira geral. Segundo Serbin, seu

popular. A neocristandade se caracteriza pela oposição à secularização e às outras religiões e pregava a hierarquia e a ordem. Posteriormente serão identificados como tradicionalistas. Os reformistas aceitavam a secularização, eram menos antiprotestantes, mais anticomunistas, mais preocupados com a justiça social e com a comunidade. Estimulavam várias reformas eclesiais, inclusive na liturgia e no catecismo. Os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja deveria mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa. Rejeitavam o envolvimento político aberto. A Igreja popular se preocupa com a justiça social assim como a reformista, mas postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical. Vê a Igreja como “povo de Deus” e defende maior participação do laicato. Quando estuda a atuação da Igreja entre 1974-1982, Mainwaring se refere à Igreja popular como progressista; a neocristandade como tradicionalista (conservadora); a modernizadora também é vista como conservadora e a reformista como moderada. Mas todos essas nomenclaturas tomam como base a “Igreja Popular” ou “Igreja dos Pobres”. Mainwaring, op. cit., p.21;43;65

¹⁸ Cf. MAINWARING, Scott. A Igreja e o movimento popular: Nova Iguaçu, 1974-1985. In _____. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, Brasiliense. 2004. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpressão da 1ª edição de 1989.

¹⁹ DANTAS, Audálio. Dom Hypólito: a ira de Deus na terra da violência. **Revista Playboy**, São Paulo, Ano IV, n. 39, outubro de 1978. p. 143-148.

²⁰ **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, Ano 75, Jan/Fev 1981, nº1.

²¹ **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 05 set. 1982.

²² Cf. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, Ano 75, Jan/Fev 1981, nº1. p.53-73.

²³ Informação dada por um funcionário importante do Dops-GB em entrevista concedida sob condição de anonimato a Kenneth Serbin. SERBIN, K. op. cit. p.113

²⁴ Corresponde ao território do município do Rio de Janeiro, capital federal até 1960.

²⁵ Os departamentos de ordem política e social estaduais faziam parte do Sistema Codi-Doi (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), instituído em 1969, como parte da chamada “comunidade de segurança” formada pelos órgãos de repressão. Mais informações sobre os órgãos de repressão ver FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda”. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 169-205.

entrevistado parecia preocupado que o autor estivesse vendo o Dops-GB como um órgão que trabalhava contra a Igreja. Essas ocorrências despertavam muitas preocupações em D. Adriano e nas pessoas envolvidas nos trabalhos pastorais da DNI. Consideramos a possibilidade de alguma relação entre essas perseguições e o conflito que desencadeia a MU, dada a curta distância temporal.

Este estudo investiga aspectos da história da DNI, instituição que completou cinquenta anos de fundação em 2010, analisando o papel da Diocese nas relações religiosas, sociais e políticas locais durante o período de “abertura política”. Dentro dessa temporalidade focamos o ano de 1982, marcado pela disputa eleitoral que movimentou a cena política em âmbito local.

Ao longo da pesquisa, encontramos indícios que sugerem que o conflito religioso toma características de um conflito político ou seria um conflito político que se apropria das divergências religiosas, que desemboca na disputa eleitoral em Nova Iguaçu no ano de 1982. A “Missa da Unidade” é um *evento crítico* daquele microcosmo, através do qual pretendemos perceber as disputas religiosas e políticas vividas por essa localidade. A MU funciona nesse estudo como fio condutor que aponta a divergência de interesses e de atitudes do bispo local (ordinário) e um sacerdote, e através dela nos ajuda a descortinar algumas disputas que perpassavam o universo religioso, político e social. Para contar essa história, nosso estudo está organizado da seguinte forma:

No capítulo 1, através de uma densa descrição das fotografias que retrataram esse *evento crítico*, evidenciamos pistas que nos ajudam a compreender o significado desse ritual naquele momento e nos revelam outras tensões existentes na diocese. A MU foi registrada de várias formas, através de entrevistas, matérias de jornal e fotografias. Quando observávamos esse conjunto de fotografias, saltava aos olhos a estética do evento. Em algumas imagens parece que ocorre uma passeata, mas é a procissão. Em outras a sensação é que um comício estava sendo retratado, contudo, tratava-se de um evento religioso. A curiosidade em saber por que na MU aspectos religiosos e políticos se misturaram estimulou a escolha das fotografias como fonte primária. Buscamos compreender por que ocorreu um ritual com tais características naquele momento e qual o significado do evento em seu *locus*. O significado deste ritual fica mais claro a partir de um breve histórico do conflito religioso construído com o auxílio de matérias de jornais locais e de grande circulação que deram ampla cobertura aos acontecimentos que envolviam a DNI.

No capítulo 2 abordaremos a participação do episcopado brasileiro no Concílio Vaticano II, evidenciando o resultado dessa participação para a Igreja Católica do Brasil. Analisaremos em que perspectiva eventuais relações conflituosas dos representantes da Igreja Católica e do Estado brasileiros, durante o regime militar, proporcionaram alguma aproximação entre clérigos e movimentos sociais. Além disso, traçamos um histórico do processo de organização da DNI e apontamos como se forja a *linha diocesana* (política pastoral implementada pela diocese) durante as décadas de 1960 e 1970. Também verificamos as alianças estabelecidas entre a igreja e a sociedade iguaçuana a partir do momento em que se estabelece de que forma a Igreja se fará “*presença*” na Baixada Fluminense. Seguindo as orientações do Concílio Vaticano II, a DNI constrói uma identidade que estimula os fiéis à participação política, através da organização de movimentos populares que reivindicam melhorias nos serviços públicos e, posteriormente, se envolve nas lutas políticas mais abrangentes. Esses movimentos recebem todo o apoio da Igreja de Nova Iguaçu, e suas lideranças, muitas vezes militantes de esquerda, atuam protegidos pela instituição eclesial. Mas a orientação do bispo não reflete a vontade de toda a diocese. Há padres, leigos e fiéis que discordam da proximidade que existe entre as esferas religiosa e política, no seio da DNI. Ao verificarmos que a Igreja Católica atravessa uma séria crise vocacional vamos conhecer algumas estratégias utilizadas pelo bispo para enfrentá-la, enquanto organiza a infra-estrutura

da Diocese dentre as quais, destacamos o estímulo à formação religiosa através do Instituto Estrela Missionária/IEM.

No capítulo 3 evidenciamos o caráter político do conflito religioso, na medida em que a DNI está envolvida na disputa eleitoral pela proximidade com líderes dos movimentos sociais que concorrem a algum cargo eletivo no pleito de 1982, filiados ao partido visto como oposição ao governo. Por outro lado, buscaremos mostrar como as atitudes do Pe. Valdir Ros contra a diocese são estimuladas e apoiadas por atores sociais ligados diretamente ao partido político identificado como base de sustentação do governo militar. E por último, buscamos depreender, através das redes de apoio construídas por cada religioso, que outras disputas existem subjacentes a esse conflito protagonizado pelo padre e pelo bispo.

Nas considerações finais apontamos como a MU nos revelou peculiaridades sobre as relações sociais e políticas de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense no período abordado. O conflito estabelecido entre o Pe. Valdir Ros e D. Adriano Hypólito apresenta relação direta com a disputa eleitoral de 1982. E concluímos que a estratégia utilizada pelo bispo pra cessar o conflito, movido pela “atitude soteriológica”, reflete a manutenção da unidade da Igreja Católica e do esforço de reprodução do “corpo místico” numa conjuntura de crise vocacional que instituição atravessava.

Capítulo 1

“A Missa da Unidade”: um *evento crítico* na Diocese de Nova Iguaçu

O ponto de partida deste estudo é a descrição e análise da Missa da Unidade (MU), que ocorreu no dia 23 de maio de 1982, na paróquia Nossa Senhora da Conceição, localizada no bairro Riachão, em Nova Iguaçu. O evento repercutiu na imprensa local (nos jornais iguaçuanos *Correio da Lavoura*, *Jornal de Hoje*, *Correio de Maxambomba*) e de grande circulação (como *Jornal do Brasil*, *Última Hora* e *O Globo*). A curiosidade despertada outrora, pelas fotografias que retratam esse ritual, foi substituída pela convicção de que, se tratadas como fontes históricas, elas poderiam nos revelar vestígios para construção do nosso objeto, a história da Igreja Católica na Baixada Fluminense sob o governo de D. Adriano Hypólito. Além de contribuir para formularmos hipóteses a cerca do mesmo. A questão inicial é: qual o significado da MU?

Procuramos neste primeiro capítulo dialogar com diferentes autores da Antropologia dos Rituais que, com suas reflexões, nos permitiram descrever, analisar e produzir uma leitura da “Celebração da Unidade” ou Missa da Unidade. A MU, precedida por uma procissão, foi realizada na Diocese de Nova Iguaçu durante a transição do regime militar para a democracia, período conhecido como “abertura política”. Neste diálogo, entre história e antropologia, buscaremos apreender o que esse ritual pode nos revelar sobre a história recente da Diocese de Nova Iguaçu (daqui em diante DNI) e da Baixada Fluminense.

A MU foi registrada de várias formas, através de entrevistas, matérias de jornal e fotografias. Quando observávamos o conjunto de fotografias, saltava aos olhos a estética do evento. Algumas imagens sugerem que a procissão foi uma passeata. Em outras, a sensação é que foi retratado um comício, e não tanto um evento religioso. A curiosidade em investigar por que, na MU, aspectos religiosos e políticos se misturam tanto estimulou a escolha das fotografias como fonte primária. Buscamos compreender qual o significado desse evento em seu *locus* e por que naquele momento ocorreu um evento com tais características.

As fotografias foram lidas a partir de uma “descrição densa”. Ao descrevermos as imagens encontramos pistas que nos permitiram classificar esse rito católico como um *evento crítico*. As pistas evidenciadas, quando analisadas isoladamente, nos permitiram conhecer um conflito estabelecido na diocese envolvendo dois religiosos, fato que tornou a MU um ritual peculiar neste cenário de disputas em esferas distintas. Além disso, as imagens contribuem para compreendermos a função da MU naquele microcosmo, no ano de 1982, trazendo à tona indícios de “teias” e “dramas” sociais ali vividos.

Neste mesmo capítulo, produziremos um histórico do conflito entre um padre e o bispo diocesano permitindo ao leitor conhecer o cenário e as disputas subjacentes a este conflito.

1.1 - O uso de documentos visuais como fonte histórica

A análise que se segue toma como fonte o arquivo denominado *Pe. Valdir Ros.ppt*²⁶. O material, intitulado: *Pe. Valdir Ros (1942-1994), Arquivo Fotográfico 1981-1982*, é composto de um acervo de fotografias digitalizadas e organizadas em *slides*. No segundo *slide* do arquivo há uma introdução, segundo a qual, essa “memória fotográfica” está dividida em três partes: a primeira mostra uma missa celebrada pelo Pe. Valdir Ros no Riachão, em 30 de agosto de 1981; a segunda “documenta um ato único na história da Diocese de Nova Iguaçu”,

²⁶ A pesquisa iconográfica foi feita por Antônio Lacerda de Meneses, responsável pelo arquivo diocesano, e digitalizadas pelo jovem estudante Felipe Couto, em janeiro de 2006. Essa organização foi possível com o apoio do Dr. José Luiz Teixeira. De acordo com Antônio Lacerda, Dr. José Luiz Teixeira é como um “mecenas” do arquivo diocesano porque, várias vezes, apoiou financeiramente iniciativas para preservação do acervo. Diante desse apoio financeiro, José Luiz recebeu uma cópia do material digitalizado e teve acesso a essas fotografias na ocasião em que preparava a exposição citada anteriormente. Agradeço a José Luiz Teixeira a permissão para duplicar os arquivos.

que foi a “Celebração da Unidade”, na Paróquia do Riachão, em 23 de maio de 1982; a terceira e última parte registra o encerramento das “Santas Missões Populares” exercidas pelos freis capuchinhos, em 22 de agosto de 1982. Descreveremos a MU utilizando como fonte de análise o acervo documental contido na segunda parte do arquivo *Pe. Valdir Ros.ppt*.

Este fundo documental é formado por 90 fotos, organizadas numa sequência que vai do *slide* nº14 ao nº104. A organização das fotografias sugere uma subdivisão em dois grupos: o primeiro, composto de imagens coloridas, e depois aquelas em preto e branco. Esta diferenciação pode indicar autores distintos. Contudo, na reprodução digital do arquivo não há referência ao fotógrafo/a ou aos fotógrafos/as. Na busca por informações sobre a procedência das fotografias, consultei Antônio Lacerda, em visita ao arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, local onde estão depositadas as imagens originais. Nesta visita, fui informada de que não existe no arquivo nenhuma referência à aquisição das fotos (autor/a ou autores/as), se foram doadas ou compradas pelo bispo ou por qualquer outra pessoa. Por ora, a análise será feita a partir do material que temos em mãos. Entretanto, pesquisando posteriormente no mesmo arquivo, acessei uma pasta organizada pelo próprio D. Adriano Hypólito, com recortes de matérias de jornais sobre o conflito com o Padre Valdir Ros, na qual pude verificar três fotografias publicadas no diário local *Jornal de Hoje (JH)* que fazem parte do fundo documental usado nesta pesquisa.

Observadas no conjunto de *slides*, podemos perceber que as imagens não estão organizadas de modo que fosse possível reconstruir a ordem temporal do evento. A preservação das imagens parece ter sido o centro das preocupações. O ato de digitalizar as fotografias não foi acompanhado de a preocupação em remontar a sequência cronológica do ritual. Para contribuir na análise de fontes visuais, utilizo o texto de Marcos Napolitano, ‘A história depois do papel’²⁷, trabalho no qual o autor analisa o uso de fontes audiovisuais e musicais, chamando a atenção para as armadilhas nas quais o historiador pode cair ao lidar com essas fontes. O autor destaca dois procedimentos que podem comprometer uma análise com base em fontes visuais. O primeiro seria tratar as imagens como testemunhos quase diretos e objetivos da história; e o segundo seria tratá-las como uma obra tão subjetiva que não lhe permitiria a crítica. Para evitar essas armadilhas, o autor sugere ao historiador “perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos”²⁸. As estruturas internas de linguagem dizem respeito ao foco das fotografias, ângulo, plano, que locais ou atores se destacam nas imagens, o que é fotografado, como é fotografado, o que poderia ser fotografado. A maneira como são estruturados esses códigos internos nos permite ler a mensagem do fotógrafo como o autor desse texto. Dessa forma será possível produzir uma leitura do documento reduzindo o risco de “enviesar” a análise, pois temos clareza de que o fotógrafo/a é um sujeito dotado de intencionalidade.

Considerando a fonte visual como produto de um processo ou de um evento ocorrido, as imagens são o dado bruto e funcionarão como início de um processo de interpretação com muitas variáveis. À medida que a pesquisa foi se desdobrando e novas informações surgindo, percebemos as fotografias como uma evidência do conflito latente dentro da Igreja Católica, envolvendo D. Adriano Hypólito e o Padre Valdir Ros. Além das fotografias, as entrevistas concedidas por pessoas que estiveram no evento foram fundamentais para produção de uma leitura da “Missa da Unidade”.

À primeira vista podemos pensar que a missa como rito católico é monolítico e repetitivo. Então, porque relatar esse evento? Para tentar dar conta dessa questão recorro ao

²⁷ NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. SP, Ed Contexto, 2010. p. 235

²⁸ *Ibid.*, p.236.

texto de Mariza Peirano (2001)²⁹ sobre a abordagem dos rituais, que procura situar a análise dos rituais e seu vínculo com o exame de eventos contemporâneos, “assim como indicar as consequências, ao mesmo tempo, disciplinares e políticas dessa abordagem analítica”³⁰. Este trabalho me permite analisar a MU como um *evento crítico*. Desse estudo utilizo o conceito de ritual

“em sentido ampliado, expandido, tornando-o instrumental analítico para eventos críticos de uma sociedade. Rituais indicam-nos o caminho das cosmologias, quer daquelas um dia consideradas tribais, primitivas, ou, hoje, modernas.”³¹

De acordo com Peirano, quando o estudo de rituais é transplantado dos estudos clássicos para o mundo moderno assume, então, um especial significado teórico e político. Ou seja, o foco se transpõe dos rituais clássicos, ligados à religiosidade, para eventos distintos que, no entanto, não deixam de ser ritualizados. Esse estudo nos permitiu pensar a MU como um ritual católico que *desliza* do significado clássico religioso para um significado político. Acreditamos que o diálogo entre a antropologia e a história possa contribuir para melhor compreender um aspecto do conflito pelo qual passava a Diocese de Nova Iguaçu.

A abordagem analítica proposta por Peirano sugere que os eventos que os antropólogos definem como rituais partilham de alguns traços, como uma ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com propósito definido e uma percepção de que eles são diferentes dos do cotidiano³². Peirano evita a definição rígida de ritual e isso permite uma flexibilidade na análise de ritos e outros eventos eleitos pelos etnógrafos³³. No presente estudo, a MU é tomada como um *evento crítico* para os católicos, militantes de movimentos sociais, políticos iguaçuanos que estiveram de alguma forma nele envolvidos, pois acreditamos que a MU partilha dos traços sugeridos por Peirano.

Nesse sentido, interpreto a MU como um *evento crítico* não para apontar que a missa foi marcada por um conflito, mas sim pelo fato de constituir-se em um ritual que nos permite apreender aspectos da vida social, uma vez que as pessoas nele se expressam. Portanto, a MU será tomada como uma situação social exemplar, capaz de oferecer um quadro interessante das redes sociais, religiosas e políticas envolvidas na história recente da diocese e da Baixada Fluminense.

Para produzir uma leitura sobre a MU, buscando apreender os significados desse evento para os *nativos*³⁴, recorri a Clifford Geertz (1989), no livro **A Interpretação das culturas**³⁵. No capítulo ‘Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura’, o objetivo do autor é reduzir o conceito de cultura a uma “dimensão justa”, que assegure a sua importância em vez de debilitá-lo. Para Geertz um conceito fica debilitado quando usado como “chave para o universo”, ou seja, como modelo explicativo para diversos acontecimentos da humanidade.³⁶ Geertz afirma que o conceito de cultura que defende é “essencialmente semiótico”, pois ele “acredita, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”.³⁷ Para Geertz, a cultura amarraria essas teias. Assim, a sua análise buscaria o significado das expressões sociais.³⁸

²⁹ PEIRANO, Mariza. **O Dito e Feito. Ensaios de Antropologia dos Rituais**. Relume-Dumará, 2001.

³⁰ Ibid., p.17.

³¹ Id., Ibid., p.35

³² PEIRANO, op. cit., p. 25.

³³ Idem, p.26.

³⁴ As pessoas por algum motivo envolvidas com aquela realidade/evento.

³⁵ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

³⁶ Ibid., p.03.

³⁷ Id., Ibid., p.04.

³⁸ Idem, *Ibidem*, p.3-4

Nossa proposta de descrição da MU será no sentido de buscar o significado dessa expressão social, assim como o significado da forma de expressão dos atores sociais (fiéis, militantes, políticos, religiosos, militares) presentes. Para construir uma leitura deste evento é imprescindível, de acordo com o autor, indagarmos, o “que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência”.³⁹ Através das fotos tentarei perceber as teias de significados que cercam a MU em relação a um contexto religioso, histórico, político e geográfico específico.

As pistas levantadas na densa descrição serão lidas com o auxílio teórico do texto de Roberto DaMatta (1997), ‘Carnavais, paradas e procissões’, no qual compara três ritos nacionais brasileiros.⁴⁰ A partir dos conceitos trabalhados pelo autor é possível classificar a MU como um *evento crítico* e analisá-lo, inserindo-o na dinâmica da DNI.

Ao analisar os rituais brasileiros, DaMatta apresenta uma classificação dos eventos sociais de acordo com os atores em cena, o lugar e o momento em que ocorrem. Nessa classificação há os *eventos ordinários*, do dia a dia e os *eventos extraordinários*, aqueles que mudam de alguma forma a rotina, porque permitem a participação de maior número de pessoas, tal como o carnaval, o Dia da Pátria e a Semana Santa. Entendemos a MU como um *evento extraordinário* porque é organizado mudando a rotina diocesana em função da participação do maior número de religiosos e fiéis. Adotamos esta perspectiva porque a MU tem a formalidade institucional de um ritual católico cuja estrutura está prevista em documentos litúrgicos e assume, ao mesmo tempo, uma característica informal pela espontaneidade e descentralização assumidas quando o ritual foge ao controle de seus organizadores. É um *evento extraordinário*, pois na MU estão contidos o reforço da hierarquia social (parada militar), a inversão dessa ordem (carnaval) e a neutralização (procissão), principais elementos desse tipo de evento, mas também é *previsto*, porque é divulgado e obedece a uma estrutura institucional.

Como nossas fontes primárias de análise são fotografias, na descrição “densa” as imagens serão identificadas em ordem numérica, para melhor organização narrativa e compreensão do leitor. A disposição do texto e das fotografias não segue um padrão uniforme porque nem todas as imagens puderam ser agrupadas no momento da descrição. Quando esse recurso pode ser utilizado o texto é disposto na página par, enquanto a imagem, na página ímpar. Nos outros casos, a fotografia antecede a descrição, para facilitar a leitura e a observação.

A partir da reordenação das fotografias contidas no arquivo *Pe. Valdir Ros.ppt*, as imagens serão, pois, usadas como um instrumento capaz de oferecer algumas pistas sobre a rede de relações em jogo e os possíveis significados que permitiriam apreender aspectos da história da Igreja Católica e da Baixada em “tempos de transição” entre a ditadura e a democracia.

1.2 - Missa da Unidade: um ritual entre faixas e crucifixos.

Estamos no dia 23 de maio do ano de 1982. Naquela manhã ensolarada de domingo, como de costume, seria celebrada uma missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição. O templo está localizado no bairro do Riachão, no alto de uma colina, ao lado de um grande seminário construído há treze anos pelo Pe. Valdir Ros, há quatorze anos naquela paróquia. O Riachão é um bairro da periferia de Nova Iguaçu, que cresceu no interior da margem direita da rodovia Presidente Dutra, no sentido São Paulo - Rio de Janeiro. E naquele dia recebeu um movimento distinto do habitual. “O gado que anda solto pelas ruas teve que enfrentar um

³⁹ *Ibidem*, p 08.

⁴⁰ DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: ____ **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. RJ, Rocco, 1997.

tráfego intenso de dezenas de ônibus de aluguel e carros de passeio.”⁴¹ Na rua da igreja, o movimento de fiéis era tão intenso, que lembrava festa de padroeiro, escreveu Valéria Fernandes. Mas, ao mesmo tempo, adverte a jornalista, “lá em cima o cenário era diferente.”⁴²

A descrição acima nos apresenta o cenário onde ocorre a MU e permite perceber que, em 1982, o bairro do Riachão, embora localizado numa área urbana guardava aspectos rurais. Trata-se de um bairro afastado do centro de Nova Iguaçu, cidade que figurava entre as dez maiores do país em número de habitantes na década de 1980.⁴³ Vamos descobrir o significado da advertência da jornalista do *Jornal do Brasil* na sua reportagem sobre a MU.

Ao observar as fotografias que retratam a procissão percebemos que religiosos e fiéis percorrem um trajeto linear. O percurso tem início na Rua Deolinda Ribeiro nº83, onde se localiza o Instituto Estrela Missionária (IEM)⁴⁴. Essa via possui uma característica curiosa: em determinado ponto de sua extensão, muda de nome e passa a se chamar Rua Nossa Senhora da Conceição⁴⁵, mesmo nome da paróquia. As imagens também nos permitem conhecer o cenário. O bairro do Riachão tem ruas de chão batido, sem saneamento básico; há rede de energia elétrica, com poucas residências próximas ao local da celebração. Há uma vasta extensão de terras aparentemente desocupadas e não demarcadas.⁴⁶ O corpo de religiosos lidera a procissão, seguido pelos fiéis que erguem faixas ao longo do percurso (Cf. foto 1).

Na imagem 2, provavelmente o fotógrafo(a) procurou enfatizar a intensa presença de religiosos de acordo com a reportagem do JB, havia quatro bispos (D. Mauro Morelli, D. Waldyr Calheiros, D. Hermínio Malzone e D. Adriano Hypólito) e cinquenta padres⁴⁷. À frente da procissão está o vigário⁴⁸ da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do bairro Riachão. Chama-se Luigi Constanzo Bruno⁴⁹. Ele veste batina branca e estola também branca com desenhos bordados (está destacado por um círculo). Ao seguirmos o movimento do corpo religioso, observamos que o bispo diocesano caminha após os padres. D. Adriano (destacado por outro círculo) pode ser identificado pelo uso dos paramentos religiosos especiais. Pela profundidade da imagem percebemos que as construções estão distantes. As terras próximas apresentam o mesmo aspecto de abandono já verificado acima.

Esse conjunto de imagens (de 1 a 4), explora ainda o deslocamento da procissão numa paisagem, o bairro do Riachão, com algumas construções ao fundo com áreas arborizadas.

Na fotografia 3, no canto esquerdo inferior, está D. Adriano Hypólito portando a mitra e o báculo. No centro da fotografia há um andor com uma imagem de Nossa Senhora da

⁴¹FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4.

⁴² Ibid., p. 4.

⁴³MAINWARING, op. cit., p.209.

⁴⁴ Informação encontrada no sítio “Google Maps”. Disponível em <http://maps.google.com.br/maps/>. Acessado em 01 de outubro de 2011.

⁴⁵ Percebemos essa característica ao observar o mapa. Porém, este mesmo sítio indica que a rua se localiza em Morro Agudo. Em visita ao IEM, em outubro de 2011, a Irmã Sônia informou que a instituição se localiza no bairro do Riachão. No entanto, sobre essa característica do nome da rua não me informei qual a identificação utilizada pelos moradores.

⁴⁶Mário Grynszpan nos informa que existe na Baixada Fluminense uma intensa luta pela terra desde a década de 1950. A terra era disputada por grupos denominados como: *posseiros*, *grileiros* e *lavradores*. Embora transcorridos 30 anos desde a celebração da MU, ao visitar o local onde esta ocorreu, pude perceber que a referida rua ainda não foi asfaltada, permanece como nas fotografias. A mudança mais perceptível se refere ao aumento da quantidade de residências.

⁴⁷FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4.

⁴⁸ Vigário é o padre nomeado pelo bispo como responsável por uma paróquia, administrá-la e pastoreá-la.

⁴⁹ Ao observar as imagens reconheci que se tratava do Pe. Bruno, como é conhecido na Diocese, de origem italiana, chega à Nova Iguaçu em 1981. Atualmente é Diretor da Cáritas Diocesana.

Conceição. Há bandeiras ao lado do andor, listradas nas cores amarela, vermelha e verde, não passíveis de identificação. Ao longo da procissão, percebe-se que muitos dos presentes levavam faixas e cartazes.

Na imagem 4, podemos observar que o plano da foto amplia a paisagem, mas o foco se concentra nos fiéis. Notam-se mulheres no primeiro plano. Ao fundo, de forma mais detalhada, vemos as faixas e dezenas de cartazes, carregados pelos fiéis. Entretanto, ainda não é possível ler seu conteúdo, exceto um cartaz no centro da imagem que diz: “*Estamos unidos com o nosso bispo*”. Essa imagem pode sugerir várias interpretações desse evento. Graças ao grande número de faixas e cartazes, é possível imaginar que se trataria de uma passeata, na qual há alguma reivindicação política. O que não deixa de ser cabível, embora se trate de uma celebração religiosa precedida por uma procissão.



1



2



3



4

A descrição a seguir se refere a fotografias em preto e branco.



5



6

A imagem 5 está centralizada em D. Adriano Hypólito. A seu lado há dois bispos (destacados por círculos): ao lado esquerdo, D. Mauro Morelli – bispo da Diocese de Duque de Caxias/São João de Meriti – e ao lado direito, D. Waldyr Calheiros – bispo da Diocese de

Volta Redonda/Barra do Pirai. Note-se que os dois prelados usam paramentos diferentes do bispo de Nova Iguaçu (o anfitrião). Os bispos caminham entre os padres e os fiéis. Logo após as autoridades eclesiais observamos o andor. Há fiéis caminhando ao lado dos religiosos e, ao lado direito, no canto inferior da fotografia, pessoas paradas, observando as autoridades em procissão.

Na imagem 6, destacamos D. Adriano Hypólito, posicionado no centro da foto, em primeiro plano, ladeado por outros religiosos. É possível, então, perceber que os bispos não ocupam na procissão um espaço reservado, caminhando junto com os fiéis. À esquerda de D. Adriano, D. Mauro Morelli conversa com um homem – alto, forte, que usa roupas distintas das pessoas ao seu redor. Esse homem é Márcio Moreira Alves⁵⁰. Entre os fiéis que seguem a procissão, percebemos a presença tanto de homens quanto de mulheres. Ao fundo vemos o andor com a imagem da santa. É importante ressaltar que, nesse conjunto de fotografias, o evento é retratado de um ângulo elevado, com o fotógrafo/a oferecendo uma visão de conjunto.



A imagem 7 nos mostra mais claramente a questão das vestimentas. D. Adriano Hypólito estava paramentado com as insígnias representativas do bispado: ele veste a casula, tem na cabeça a mitra, na mão direita o báculo e na mão esquerda, levada ao peito, vê-se o anel que os bispos recebem do Papa quando são nomeados. Ao seu lado, D. Waldyr Calheiros usa a casula e tem no peito o crucifixo (de madeira), outra insígnia utilizada pelos bispos. Apesar de ocuparem o mesmo lugar na hierarquia eclesial, os dois religiosos se apresentam de forma distinta no evento. O que motivou D. Adriano a utilizar, nesse ritual, os sinais distintivos que são atributos de sua posição de poder? Essa questão será discutida em outro momento. Por ora vale destacar as diferenças de indumentária.

Nota-se a presença de leigos próxima dos bispos. Como, por exemplo, um homem de terno. Essa proximidade com os membros da alta hierarquia nos chama a atenção. Verificamos, posteriormente, durante entrevista feita com Pe. Bruno⁵¹, tratar-se de um

⁵⁰ Márcio Moreira Alves, jornalista e deputado federal, eleito em 1966. Atuou na oposição ao regime militar instituído no Brasil pelo golpe de 1964. Por seu posicionamento político teve seu mandato cassado e foi obrigado a sair do país. Ao longo do exílio percorreu diversos países dos continentes Americanos e Europeu. Retornou ao Brasil, em setembro de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. Assinou matérias de jornal publicadas no semanário iguaçuano *Correio da Lavoura*, inclusive relatando sua opinião sobre a Missa da Unidade.

⁵¹ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

advogado, Dr. Paulo Amaral, então membro da Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu. Ao fundo, novamente a imagem de Nossa Senhora da Conceição no andor.



8

A imagem 8 nos permite reconhecer o local onde foi celebrada a MU. O prédio maior à esquerda, é o salão paroquial, edifício que parece inacabado. Ao seu lado, localiza-se a Igreja, pintada de amarelo. Há uma construção pequena do lado direito da Igreja⁵² e, acima, o prédio, também de cor amarela, que abrigava o Instituto Estrela Missionária (IEM).⁵³ O IEM funcionara até 1981 como um centro de formação religiosa, cujo reitor era o Pe. Valdir Ros, que também residia no local. Naquele ano, este bairro de aparência humilde, ainda sem serviços de saneamento básico, tinha imóveis eclesiásticos que são os que justamente se destacam na fotografia – tanto pela localização geográfica, no alto da colina, quanto pelo tamanho e tipo de acabamento. A procissão segue em direção à igreja que fica à esquerda do Seminário da Estrela Missionária.

Os religiosos ocupam, de fato, um espaço ainda em construção, que funciona como altar. O centro da imagem 9 retrata o interior do espaço utilizado como altar, pelo lado direito. Para produzir essa imagem, tudo indica que o fotógrafo/a subiu nos andaimes sobre os quais estão as caixas de som que propagavam a voz dos celebrantes. D. Adriano, com o microfone, aparece em primeiro plano circundado por muitos leigos. Ao fundo há a imagem de uma Santa, provavelmente a mesma retratada durante a procissão.

Adiante, ao observarmos a imagem 10 é possível perceber que os olhares daqueles que ocupam o altar se voltam para o lado esquerdo (da nossa perspectiva lado direito), inclusive o de D. Adriano. D. Mauro Morelli tem nas mãos o microfone. Os três senhores em evidência na fotografia olham na mesma direção. Essa mesma imagem foi utilizada pelo *Jornal de Hoje*⁵⁴ numa reportagem sobre a MU.

A imagem 11 retrata a mesma cena com foco ampliado nos três homens que ocupam a frente do altar. O homem que está no meio parece vestir batina. Na frente deles pode-se ver parcialmente uma faixa onde se lê: “viva o padre”. Pe. Bruno nos informaria, em entrevista⁵⁵, que os três homens são padres diocesanos.⁵⁶

⁵² Essas informações foram obtidas através da entrevista com Pe. Luigi Constanzo Bruno.

⁵³ Em visita ao local em outubro de 2011 constatei que o prédio do IEM é uma construção com quatro andares muito bem estruturada e acabada, que se destaca até hoje naquele cenário. Ver Anexo B.

⁵⁴ *Jornal de Hoje*, Nova Iguaçu, p.03, 25 mai 1982.

⁵⁵ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

⁵⁶ Padres diocesanos são aqueles que pertencem ao clero daquela diocese.



9



10



11

A fotografia 12 retrata melhor o espaço utilizado como altar da MU, localizado entre a Igreja e o prédio do IEM. Trata-se de uma obra inacabada em que não há emboço, nem pintura. Há uma faixa pendurada com a frase: “*queremos o Riachão na unidade diocesana*”. Sobre uma mesa há a imagem de uma santa. Na parte de fora, escrito na viga que sustenta a laje: “*Cristo vence/ reina /impera*”. Uma mulher ocupa o centro do espaço. Observemos também uma cruz no canto esquerdo superior da fotografia: é um crucifixo grande com a imagem de Jesus. Ao lado do crucifixo há uma bandeira⁵⁷ nas cores vermelha e branca. As pessoas que estão em frente ao espaço foram fotografadas de costas. Com vestimentas

⁵⁷ Essa bandeira aparece nas fotos da primeira parte do arquivo *Pe. Valdir Ros.ppt*.

simples, elas estão descontraídas, conversando. Há um grupo, no lado direito, erguendo com as mãos folhas de papel.

A imagem 13 retrata um grupo de pessoas, sobretudo mulheres. Destaca-se, em primeiro plano, uma delas vestida com blusa de manga comprida e saia preta, e com um terço na mão esquerda. É a mesma pessoa retratada na imagem anterior. Essa senhora parece exaltada, pois tem o braço direito erguido e o dedo indicador apontado para o alto. Ao lado dessa mulher, observa-se um rapaz vestido de calça jeans e camisa azul com casaco, trazendo um crucifixo no peito. Ao seu lado há outra mulher de vestido. Os dois fiéis têm mãos cruzadas na altura da cintura. As pessoas que estão em volta das mulheres têm o semblante sério. Percebe-se a presença de crianças. Ao fundo, ao lado esquerdo, há um veículo branco estacionado.

Nesta imagem 14 vemos no primeiro plano quatro homens, uma criança e a mesma mulher destacada nas duas fotos anteriores. Persiste um ar tenso em seu semblante. Mas o foco da imagem está no grupo de pessoas que se deslocava em sentido contrário àquelas evidenciadas no primeiro plano. Com efeito, ao visitar o local eu constatei que se tratava de uma passagem que permitia a locomoção entre o espaço onde ocorria a missa e o prédio do IEM, onde se encontrava o Pe. Valdir Ros.

Na imagem seguinte, 15, há um grupo de pessoas ocupando o espaço utilizado como altar e um homem tem nas mãos o microfone. A mulher do centro da fotografia, de roupa escura, é a mesma que sobressai nas fotos anteriores. Em primeiro plano, dezenas de pessoas se colocam em frente ao espaço utilizado como altar, erguendo folhas, cartazes e faixas. Entretanto, gostaríamos de chamar atenção para a quantidade de pessoas que está neste espaço, na laje, assim como os símbolos que ostentam. Há mais de dez pessoas; alguém eleva um crucifixo. Outro homem segura uma bandeira com listras vermelhas e brancas e uma cruz do lado esquerdo. Algumas pessoas erguem duas faixas, a da direita diz: *“A verdade, o evangelho e o padre Valdir Ros”*. A outra faixa está fixada na laje, com letras grandes pintadas de vermelho e azul: *“A Igreja cresce ao lado do seu pastor diocesano”*.⁵⁸

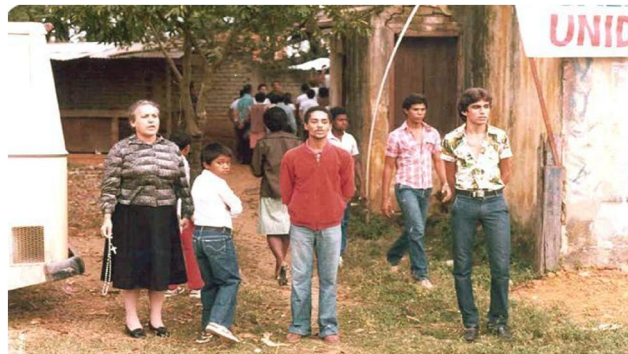


12

⁵⁸ Verifiquei os dizeres das faixas consultando as fotografias originais depositadas no Arquivo Diocesano.



13



14



15

Faixa menor lado direito: "A verdade, o evangelho e o padre Valdir Ros", outra faixa, maior no meio do palanque: "A Igreja cresce ao redor do seu pastor diocesano".



16

As pessoas que ocupam a laje onde foi celebrada a MU são o centro da imagem 16. O fotógrafo retrata o grupo mais de perto, sendo possível ver seus rostos. São todos homens. A bandeira e o crucifixo ocupam o centro da foto. Enquanto, do lado esquerdo, dois homens

erguem uma faixa onde se lê: “*fora os bodes comunistas*”. Do lado direito há um cartaz que não é possível ler. A faixa em apoio ao bispo descrita na imagem anterior tem o lado esquerdo danificado. Essa fotografia também foi publicada pelo *Jornal de Hoje*⁵⁹ na reportagem sobre a MU. Chama a atenção a maneira peculiar: como o rapaz no centro da imagem segura o crucifixo, mesmo considerando o tamanho do objeto, assemelha-se a forma como os soldados impõem as armas.



17

A imagem 17 tem como foco uma espécie de procissão, distinta daquela descrita, inicialmente, pois este grupo não parece percorrer o mesmo trajeto. Neste caso, destacam-se um crucifixo levado por uma mulher, que parece liderá-la e a bandeira listrada de vermelho e branco, destacada nas imagens anteriores. Esse crucifixo parece ser o mesmo indicado na imagem 16. Compõem a imagem mulheres e crianças vestidas com roupas utilizadas em ocasiões especiais, embora simples, e cabelos penteados. Há, porém, crianças calçadas de chinelo. Uma mulher leva no colo um bebê.



18

Jorge Gama Antônio Ivo

A fotografia 18 centraliza o foco em dois homens. Trata-se de Jorge Gama e Antônio Ivo de Carvalho.⁶⁰ Ambos são atores sociais envolvidos na militância política iguaçuana. O primeiro, Jorge Gama, é advogado. E o segundo, Antônio Ivo de Carvalho, é médico sanitarista.⁶¹ Eles desempenharam importante papel no cenário político e social de Nova Iguaçu, trabalhando em conjunto com a Igreja Católica. Falaremos deles no capítulo 3.

⁵⁹ PADRE não quis a união com D. Adriano. *Jornal de Hoje*, Nova Iguaçu, p.03, 25 mai. 1982.

⁶⁰ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

⁶¹ Debate político reúne dois jovens candidatos no Colégio Leopoldo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, ano 66, n. 3402, 29-30 mai. 1982.

As próximas fotografias retratam os fiéis nos ritos em que não há deslocamento. Destacamos os dizeres das faixas erguidas. Na fotografia 19, podemos ler: “*Estamos com o bispo na luta pela libertação*” – *Federação Municipal das Associações de Bairro de Nova Iguaçu – MAB*. A frase citada parece indicar o apoio dado ao bispo por um dos movimentos sociais locais. O primeiro plano da imagem mostra fiéis de braços erguidos, como se estivessem em oração. Os penteados das mulheres são simples, com cabelos envoltos em bobes e lenços. No canto inferior direito, destacamos uma mão erguida que segura um terço. Mais ao fundo da imagem, percebem-se diversos cartazes elevados pelos presentes.

Os fiéis também são retratados na fotografia 20. Mas o foco está nas faixas. Uma delas chama atenção porque traz a seguinte mensagem: “*O povo quer a paz, a verdade, o evangelho e o padre Valdir Ros*”. No primeiro plano, fiéis estão com as mãos erguidas segurando folhas de papel. A maioria dos presentes observa o local onde as autoridades eclesiais presidem a missa, mas é possível perceber que há pessoas olhando na direção da câmera. Do lado direito da foto um homem está pendurado numa coluna olhando na direção dos fiéis.

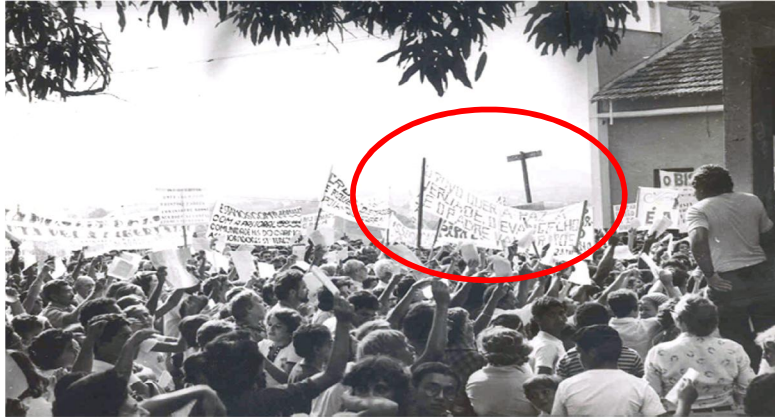
A fotografia 21, feita de um lugar bem alto, nos dá a noção do grande número de pessoas presentes ao *evento crítico*. Ao fundo da imagem, onde há árvores em linha reta, passa a rodovia Presidente Dutra – que liga o Rio de Janeiro a São Paulo⁶². Há um vasto terreno, sem construções e/ou plantações. Mas o foco está nas faixas erguidas pelos fiéis, cujos dizeres demonstram apoio a D. Adriano. A faixa da direita, diz: “*Estamos com D. Adriano, com a pastoral diocesana. Comunidades N. S. do Carmo, Ass. Moradores Stª Terezinha*”. A faixa mais recuada, à esquerda, propaga: “*A C.E.B.⁶³ Piam⁶⁴ assume integralmente a pastoral de D. Adriano e todas as suas consequências*”. E outra faixa mais próxima do centro da foto diz: “*A unidade da Igreja faz a força*”.



⁶² Essa informação foi obtida através da entrevista concedida por Artur Messias e na visita ao local.

⁶³ Essa sigla significa Comunidade Eclesial de Base – C. E. B.

⁶⁴ Refere-se a uma comunidade localizada num bairro pertencente ao distrito de Belford Roxo, hoje município emancipado de Nova Iguaçu.



20



21

Finalizando nossa descrição, julgamos interessante analisar isoladamente a fotografia 22, abaixo.



22

A imagem retrata a laje da construção sob a qual os religiosos estavam celebrando a missa. Há vários homens em posição de observação, um deles porta uma câmera fotográfica. Mas o foco é um policial militar que carrega uma escada. Esse ator social nos chamou muita atenção. Qual o motivo para presença da polícia militar num ritual religioso? E por que ser fotografado? De acordo com as reportagens consultadas, a MU ocorreu sob forte esquema de

segurança, a polícia garantiria “a normalidade do evento”. Num primeiro momento imaginei que a presença do policial (força militar) fosse motivada pela divergência do bispo, D. Adriano, com a ditadura. Porém, durante a construção do objeto de pesquisa tivemos conhecimento que se tratava de uma situação de conflito intenso dentro da diocese, envolvendo o próprio *corpo místico*. O que gerou um clima bastante tenso e a polícia foi acionada para evitar agressões ou contê-las caso ocorressem.

Segundo Pe. Bruno⁶⁵, os *seguidores* do Pe. Valdir vaiaram e hostilizaram D. Adriano Hypólito durante toda a celebração. A divergência era de tal nível que o padre referia-se a D. Adriano como “*bispo comunista*”, do mesmo modo como os militares costumavam fazer – mais um dado motivador desta investigação. Através da descrição evidenciamos as formas de expressão dos diferentes atores sociais presentes na MU. As faixas e os cartazes foram utilizados pelos fiéis, por leigos, pelas CEBs e pelas associações de moradores para indicar sua posição naquele conflito: apoio ao Pe. Valdir Ros ou ao bispo D. Adriano Hypólito. Através das vestimentas percebemos o lugar social dos atores: elite intelectual, elite política e econômica ou gente simples do povo. As insígnias, atributos de poder, diferenciam o bispo da diocese dentre os seus pares.

Essa descrição evidenciou elementos que julgamos importantes para a produção de uma leitura da Missa da Unidade: faixas, cartazes, vestimentas, insígnias. Esses elementos não falam por si. As faixas, os cartazes, as vestimentas dos presentes e as insígnias usadas pelo bispo D. Adriano apontam para a forma como os atores se expressaram durante este *evento crítico* por ritualizar um conflito que, há muito, a Diocese de Nova Iguaçu vinha experimentando.

Na análise seguinte, com base na sociologia comparada, pretende-se apreender o significado do ritual a partir da forma como as pessoas se expressaram nesse *evento crítico*. Esse método nos auxilia a interpretar esses elementos ou pistas, e inseri-los em seu contexto religioso e social.

1.3 - Reforço, neutralização e inversão na Missa da Unidade

Para auxiliar na análise das pistas evidenciadas na descrição da MU utilizaremos o texto “Carnavais, paradas e procissões”, de Roberto DaMatta.⁶⁶ Nesse texto, o autor utiliza os rituais para discutir o papel e o significado dos ritos numa sociedade complexa como a brasileira. Foi possível, então, compreender o significado da MU naquele momento.

Para seguir as pistas indicadas e ampliar as possibilidades interpretativas, recorri, nesta seção, a fontes complementares: reportagens de jornais de grande circulação, como *Jornal do Brasil* e *O Globo*, reportagens de jornais locais, tais como *Jornal de Hoje*, *Última Hora* e *Correio da Lavoura*, bem como a cobertura em periódicos institucionais, como o *Boletim Diocesano*. Além dessas fontes, levamos em consideração o livro **Abaixo o Muro da Vergonha (1983)**, de autoria do Pe. Valdir Ros.⁶⁷

Com o auxílio das reportagens também buscamos construir as redes sociais, religiosas e políticas dos religiosos expoentes do conflito. Através das matérias vamos perceber as interpretações acerca do uso das faixas e cartazes; do comportamento dos políticos, dos crucifixos, das vestes e do local onde ocorreu a MU. O uso desses elementos permite apreender aspectos importantes da estrutura da sociedade brasileira e nos ajudarão a perceber e interpretar a vida social naquele microcosmo.

⁶⁵ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

⁶⁶ DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: ____ **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. RJ, Rocco, 1997.p.45-84

⁶⁷ Ao visitar o local onde ocorreu a MU fui recebida pela Irmã Sônia; quando expliquei o motivo de minha visita, a religiosa me falou sobre esta publicação e prontamente me ofereceu um exemplar.

A reportagem publicada no *Jornal do Brasil* (JB), na segunda-feira, 24 de maio de 1982, pela jornalista Valéria Fernandes, trazia uma descrição detalhada do evento. A manchete de capa dizia: “Fiéis vão missa em Nova Iguaçu”. Acima da chamada inicial há uma foto emblemática: um rapaz com um crucifixo na mão em frente à multidão que assiste a missa.⁶⁸ A legenda diz: “No teto do altar, um adepto do Padre Valdir Ros, de Austin, agitava a cruz para os milhares de fiéis.” Mas a tônica do texto foi a maneira como os fiéis se comportaram:

“Em nome do mesmo Deus e em defesa do cristianismo, milhares de fiéis liderados pelo bispo Adriano Hipólito e pelo padre Valdir Ros se agrediram verbalmente, rezaram e vaiaram. Tudo isso durante a missa celebrada ontem, em Austin, por quatro bispos e 50 padres – promovida pelo bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano, para unificar a igreja do município dividida entre progressistas (“os comunistas”) e os conservadores (“os fanáticos”), segundo a ótica de cada grupo.”⁶⁹

A jornalista acentua a oposição entre dois grupos, que ela identifica como “progressistas” e “conservadores”. Os “progressistas” eram aqueles que apoiavam D. Adriano, vistos pelos “seguidores” do Pe. Ros como “comunistas”, enquanto os “conservadores” se constituíam naqueles que apoiavam o padre, considerados pelos “seguidores” do bispo como “fanáticos”.

Ainda de acordo com a mesma reportagem, “os cristãos que aceitaram o convite de D. Adriano Hipólito (...) subiram a colina em procissão, carregando o andor com Nossa Senhora da Conceição”.⁷⁰ A missa foi precedida por uma procissão na qual os fiéis caminharam erguendo faixas e cartazes, como evidenciado nas fotos nº 03 e 04.

Diante desse quadro, parece claro que a MU é um ritual que desliza da esfera religiosa para política, tão intensa era a manifestação das faixas e cartazes. Conforme escreveu a repórter do JB, a “*missa-manifestação*” parecia “*um comício político*”⁷¹. Buscaremos compreender porque os limites entre as esferas religiosa e política são tão tênues na MU, a ponto de serem confundidas nas fotografias.

Retomando DaMatta, ele compara analiticamente três rituais brasileiros: a parada militar, o carnaval e as procissões católicas, e este procedimento nos ajuda a pensar o significado da MU na diocese de Nova Iguaçu, localizada numa área complexa como a Baixada Fluminense. Esses rituais são tratados pelo autor como modos de expressar a estrutura social brasileira, porque são analisados por meio de sua dramatização social. No estudo de DaMatta, a dramatização permite definir a função dos rituais na estrutura brasileira da seguinte forma: o Dia da Pátria e o Carnaval são apresentados como dois momentos sociais contrastantes ou, rituais simétricos e inversos no quadro da vida social brasileira. O primeiro representa o *reforço* da estrutura hierárquica da sociedade e o segundo a *inversão* da ordem. Entretanto, essa separação não é tão rígida assim e no seu desenrolar tais rituais acabam desempenhando papéis complementares, e não uma mera oposição.

As festas religiosas, em especial as procissões, aparecem como uma espécie de “fiel da balança”, ou seja, representariam a *neutralização*, entre a extrema formalidade do Dia da Pátria (expressa na parada militar) e a extrema informalidade do carnaval (expresso no desfile das escolas de samba). A procissão ocuparia, assim, o papel de *conciliação* no cenário social brasileiro. Vale à pena retomar as palavras do autor:

⁶⁸ Ver a fotografia no Anexo A.

⁶⁹ FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 mai 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4

⁷⁰ *Ibid.*, p.4.

⁷¹ *Ibid.*, p. 4.

O outro problema diz respeito às chamadas “festas de igreja” ou “festas de santo” brasileiras, em que o foco é um desfile especial (uma procissão). Tais ritos são em geral iniciados com uma missa, estão centrados na procissão (onde a imagem do santo sai de um santuário para outro) e terminam com uma festa no adro da igreja onde foi depositada a imagem. Ai se vendem doces, bebidas e são leiloados objetos para a irmandade do santo, há jogos e danças, criando-se um ambiente de encontro e comunhão muito semelhante ao do carnaval. Além disso, a própria procissão teria características conciliadoras, pois seu núcleo é formado das pessoas que carregam a imagem do santo, essas pessoas estão rigidamente hierarquizadas: são as autoridades eclesiais, civis e militares. Entretanto, o núcleo é formado e seguido por um conjunto desordenado de todos os tipos sociais: penitentes que pagam promessas, aleijados e doentes que buscam alívio para seus males, pessoas comuns que apenas demonstram sua devoção ao santo.⁷²

Na perspectiva de DaMatta, a procissão reúne “os componentes da hierarquização da parada militar” no seu centro, quando o núcleo deste ritual é formado pelas autoridades eclesiais, civis e militares. E no seu conjunto, a procissão, reúne “os elementos da reunião *polissêmica*” como acontece no carnaval, porque ao longo do percurso unem-se “o alegre ao triste, o sadio ao doente, o puro ao pecador e, mais importante, as autoridades ao povo”. De acordo com o autor, nas procissões as autoridades (que carregam o andor e estão mais próximas da imagem) têm o papel de fazer a mediação entre o povo e o santo.⁷³ Nesse sentido, seria impossível, afirma DaMatta, conceituar as procissões, “que não seriam nem *sagradas* nem *profanas*, nem *formais* nem *informais*”⁷⁴. Para o autor esse ritual não teria nem a função de criar uma *communitas* nem de acentuar a *estrutura* social, mas possui todas essas facetas ao mesmo tempo. Entretanto, sugere o autor, o discurso das festas religiosas leva a crer que haja uma tentativa de conciliar o povo com o Estado por meio do culto a Deus (ou ao Santo), momento que é permitido o encontro e a convivência de “elementos descontínuos da estrutura social sob a égide da Igreja”⁷⁵. No momento em que se encontram na procissão ou na festa pessoas que representam posições distintas dentro da pirâmide social brasileira ocorre uma *neutralização* dessas posições, grupos e categorias sociais, ainda que no decorrer das cerimônias haja momentos de *reforço* e momentos de *inversão*. No entanto, nos lembra DaMatta, “as festas religiosas não são nem um carnaval, nem uma parada militar”⁷⁶.

A estrutura da procissão da MU se assemelha àquela descrita acima. Há o núcleo que é formado pelas autoridades religiosas – bispos e padres que lideram os demais. Seguindo o núcleo, há o andor com a santa carregada pelos fiéis. O *conjunto desordenado* é constituído por fiéis, militantes, políticos, autoridades civis e personalidades públicas que seguem o núcleo e o andor com suas bandeiras, crucifixos, terços e, também, faixas e cartazes.

Ao reconhecermos na MU a existência de um núcleo formado pelas autoridades eclesiais, verificaremos como os jornais relataram a presença de autoridades políticas ou personalidades locais. De acordo com o JB, “os únicos políticos presentes à *missa-manifestação* (...) se colocaram discretamente no meio da multidão e não ousaram definir-se publicamente por nenhuma das partes conflitantes”⁷⁷. A reportagem publicada no JH, diário local, destaca nominalmente as personalidades políticas. São citados no texto: Jorge Gama (deputado federal e candidato a vice-governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB) e Antônio Ivo [de Carvalho] (liderança social e candidato a prefeito de

⁷² DAMATTA, op. cit., p.65

⁷³ Ibid., p.65

⁷⁴ DAMATTA, op. cit. p.66

⁷⁵ Ibid., p.70.

⁷⁶ Ibid., p.66-70

⁷⁷ FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4

Nova Iguaçu pelo PMDB), ambos evidenciados na fotografia nº18; Francisco Amaral (deputado estadual eleito pelo PMDB) e mais, José Malheiros, Ismael Lopes (candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores/PT), Domingos Puziol (candidato a vereador pelo PMDB) e Ananias Batista. Contudo, relata a matéria, os políticos presentes “não quiseram capitalizar para si nenhuma promoção sobre o evento”⁷⁸. A ironia no relato da imprensa sobre o comportamento discreto dos políticos se refere ao fato de 1982 ter sido ano eleitoral e que vários dos citados estavam concorrendo a algum cargo eletivo no governo municipal ou estadual.

Nas diversas reportagens consultadas chama a atenção a ausência de autoridades políticas e militares num evento tão ressonante como a MU. Não há relato, por exemplo, da presença do prefeito de Nova Iguaçu, Rui de Queirós, do Partido Democrático Social/PDS⁷⁹, partido da base do governo federal. Através das reportagens percebemos que os políticos citados pertenciam aos partidos políticos que naquele momento faziam oposição ao partido do governo.

Por outro lado, os fiéis e militantes que compareceram ao evento tinham suas posições bem definidas e expressavam-nas através das faixas e cartazes. O uso significativo desse recurso nos leva a analisar sua função neste ritual. A leitura das fotografias da MU sem a descrição feita acima abre margem a diversas interpretações. A princípio, tivemos a impressão de que as fotografias retrataram uma procissão em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da paróquia do Riachão. Porém, há imagens que mais parece uma passeata ou um comício, tamanha era a quantidade de faixas e cartazes erguidos pelos fiéis-militantes presentes.

As fotografias mostravam a existência de um conflito através do foco nas faixas e cartazes. Conflito esse que o/a fotógrafo/a conhecia, mas nós não. Havia faixas que falavam em separação – nº18: “*o Riachão não aceita ser galho cortado*”; que falavam da unidade – nº04: “*estamos unidos com o nosso bispo*”; de expulsão – nº16: “*fora bodes comunistas*”; e de apoio – nº20: “*O povo quer a paz, a verdade, o evangelho e o padre Valdir Ros*”, e nº21: “*Estamos com D. Adriano, com a pastoral diocesana*”. Este recurso foi usado na MU como forma de expressão da posição de cada ator diante do conflito. Além de nos permitir conhecer as ideias em disputa: separação e unidade.

Outro elemento importante para analisarmos a MU se refere ao vestuário. Segundo DaMatta, cada ritual requer vestes apropriadas, pois “as vestimentas são coerentes com os gestos e o comportamento em geral”⁸⁰. No que diz respeito aos rituais católicos, o celebrante deve vestir batina e estola, cuja função se assemelha a do *uniforme* utilizado pelos militares: igualar os homens no nível de sua posição.

Como salientamos na descrição, o visual de D. Adriano Hypólito nesse *evento crítico* merece atenção. Primeiro porque o bispo não costumava celebrar fazendo uso das insígnias. Segundo, porque sua vestimenta o diferenciava dos seus pares (4 bispos e 50 padres). Sobre a função das vestes, vejamos como DaMatta aborda a questão:

O traje militar, a beca e outras vestimentas típicas de certas posições sociais têm a função de nelas esconder seu portador, protegendo o papel desempenhado da pessoa que o desempenha e, ainda, separando o papel que define sua posição no ritual dos outros papéis que desempenha na vida diária. Coerente com isso, há ainda o fato crítico de as fardas (e outras vestes formais) serem exclusivas de certas posições.

⁷⁸ **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, 25 mai. 1982.

⁷⁹ ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ, APPH, CLIO, 2003. p.103

⁸⁰ DAMATTA, op. cit., p.60

As fardas simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social. Um coronel fardado não deixa de ser coronel quando não está fardado – apenas pode perder ou provocar a perda da consciência de sua posição.⁸¹

As insígnias, como as fardas, “simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social”. Um bispo, da mesma forma que o coronel, não deixa de ser bispo porque não está paramentado. A Igreja Católica é uma instituição hierarquizada e, nesse sentido, funciona de forma semelhante às forças armadas.

Com efeito, analisando a fotografia 7, D. Adriano Hypólito está ao lado de D. Waldyr Calheiros e, apesar de ocuparem o mesmo lugar na hierarquia católica, estavam vestidos de maneira diferente. O vestuário é uma das formas de expressão do bispo de Nova Iguaçu nesse ritual. Numa missa campal, como foi a MU, D. Adriano se apresenta todo paramentado. Ele quer ser reconhecido como o bispo diocesano, por isso utiliza todas as insígnias que o distingue e lhes são atributos de poder dentro da sociedade.

Na MU, as “vestimentas típicas” funcionam mostrando seu portador de modo que reforcem a consciência de sua posição social. D. Adriano participa do evento com todos os paramentos atribuídos ao seu lugar na hierarquia católica e na ordem social brasileira. Além de reforçar a consciência de sua posição, D. Adriano está reforçando com seu gesto a estrutura hierárquica institucional e social. O que motivou D. Adriano a se expressar dessa forma?

Podemos dizer que a MU, longe de ser mera repetição, nos apresenta as dimensões de um momento de crise vivido pela Diocese de Nova Iguaçu, no ano de 1982. Neste trabalho temos a visão desse ritual “como *locus* privilegiado para se detectar as dimensões processuais de ruptura, crise, separação e reintegração social”⁸² naquele microcosmo.

Esse conceito de ritual, defendido por Peirano dialoga com um dos pontos sustentados por Geertz (1989)⁸³ no que diz respeito a estudar um microcosmo e compreender as tramas inerentes a ele. A compreensão das formas de expressão dos atores que participaram da MU nos ajuda a entender a função desse ritual no contexto do conflito entre Pe. Valdir Ros e D. Adriano Hypólito.

Nos periódicos pesquisados sobre a MU aparecem diferentes versões sobre as motivações da missa e do conflito. O periódico institucional *Boletim Diocesano/BD* traz informações importantes para nossa análise. Numa entrevista publicada nesse boletim, D. Adriano relata que o início do conflito com o Pe. Valdir remete ao ano de 1979. Diz o bispo:

“nesse período foi aparecendo a realidade do problema que estava sendo criado no Riachão: isolamento da paróquia dentro da diocese. Por motivos pessoais o P. Valdir foi-se afastando da Pastoral da diocese, do clero, também do bispo. A pedido dele, nomeei um outro padre para vigário do Riachão. Com isso, a situação se agravou, pois o P. Valdir com algumas pessoas incitaram as comunidades contra o bispo, os outros padres, a pastoral da diocese.”⁸⁴

Na perspectiva de D. Adriano, “perturbações mentais” seriam “os motivos pessoais” que levaram o Pe. Ros a se “isolar” dentro da diocese, “afastando-se da Pastoral, do clero e do bispo”. O bispo afirma que o Pe. Ros é esquizofrênico⁸⁵.

Em matéria publicada no semanário iguaçuano, *Correio da Lavoura*, intitulada “Divisão e reação na Baixada”, o jornalista Márcio Moreira Alves, colaborador daquele

⁸¹ DAMATTA, op. cit., p.60

⁸² PEIRANO, M. op. cit. p.27

⁸³ GEERTZ, C. op. cit., p.28-30

⁸⁴ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 162-163, 1982.p.02

⁸⁵ *Ibid.*, p.02.

jornal, publica sua opinião sobre o evento.⁸⁶ O texto informa sobre a ocorrência da MU focando o embate entre os “seguidores do padre rebelde” Valdir Ros e os “diocesanos” que atenderam ao “apelo de solidariedade a D. Adriano”.⁸⁷ Segundo Alves, esse conflito se assemelha aos ocorridos nas dioceses de Campos, Niterói e Diamantina. Para ele, estes seriam produto das “forças da reação [que] têm usado as divisões no interior da Igreja para reforçarem as suas posições políticas”⁸⁸.

Ainda no mesmo texto, Márcio informa que Pe. Ros foi pároco do Riachão e lá construiu o prédio do Instituto Estrela Missionária, que abrigava o Seminário da Estrela Missionária. O padre, que, segundo o jornalista, havia sido “removido por consentimento próprio” para diocese de Ponta Grossa, pois entrara em choque com D. Adriano, retorna para sua antiga paróquia. Como não tem a autorização do bispo, arromba a porta da Igreja e expulsa o vigário. Sob o argumento de que o bispo é “comunista”, Pe. Valdir mobiliza fiéis, chamados no texto de “adeptos”, que o reconhecem como autoridade e apoiam sua permanência⁸⁹. A atitude do sacerdote gera situações imprevistas e complicadas para a Igreja Católica iguaçuana. D. Adriano relata que:

“Sem ter uso de ordens na diocese de Nova Iguaçu, sem pertencer ao clero desta diocese, [Pe. Valdir Ros] decidiu por conta própria reassumir a paróquia, tomar posse e expulsar o vigário. Foi ocupando as igrejas e capelas, graças a ajuda de um pequeno grupo de pessoas fanatizadas. Com essas atitudes criou uma situação difícil para o vigário e sobretudo para o Povo. Evidentemente também para mim. Posso dizer que já são três anos de esforço, por parte da diocese, para contornar o problema e encontrar uma solução satisfatória.”⁹⁰

Os desdobramentos das atitudes do Pe. Valdir são abordadas por D. Adriano na mesma entrevista publicada no *BD*. Segundo o bispo, Pe. Valdir retornou à Nova Iguaçu em fevereiro de 1982. E, além da igreja localizada ao lado do IEM, Pe. Ros, progressivamente, se apropriou de templos localizados em outros bairros próximos ao Riachão⁹¹. Acompanhado de seus “seguidores”, trocava as fechaduras ou cadeados das igrejas para impedir a entrada do vigário⁹², Pe. Luigi Constanzo Bruno⁹³, identificado na fotografia nº2. E quando o próprio Pe. Bruno, D. Adriano ou outra pessoa tentavam retomar algum destes espaços, eram ameaçados por Ros e seus “seguidores”, que invadiam as igrejas e agrediam os presentes, exercendo assim um verdadeiro “terror religioso”, forma como D. Adriano classificou a atitude do padre⁹⁴.

Esse “terror religioso” exercido pelo sacerdote e seus “seguidores” levou representantes da diocese a acionar a polícia militar para garantir segurança dos presentes na MU, que foi celebrada no terreno situado entre a de Igreja Nossa Senhora da Conceição e o IEM, identificado naquele momento como território do Pe. Ros.

Além de invadir os templos, padre Valdir acusava D. Adriano Hypólito, os bispos da CNBB e o Papa João XXIII de serem “comunistas” e “maçons”⁹⁵. Todos seriam a “grande meretriz” do livro do Apocalipse. Nesse sentido, uma das preocupações de D. Adriano na sua

⁸⁶ ALVES, M.M. Divisão e reação na Baixada. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, 29-30 mai. 1982.p.3

⁸⁷ *Ibid.*, p.03

⁸⁸ *Ibid.*, p.03

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ *Boletim Diocesano*. Nova Iguaçu, n.162-163, jul./ago. 1982. p.2

⁹¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

⁹² Informação obtida através da entrevista com Artur Messias.

⁹³ Padre Luigi Constanzo Bruno padre indicado por D. Adriano Hypólito para ser o novo pároco do Riachão. Ainda na mesma entrevista, D. Adriano diz que nomeou o Pe. Bruno em setembro de 1981.

⁹⁴ *Boletim Diocesano*. Nova Iguaçu, n.165, out. 1982. p.2

⁹⁵ *Boletim Diocesano*. Nova Iguaçu, n.164, set. 1982. p.2

entrevista era esclarecer que não se tratava de uma perseguição pessoal de um bispo a um padre.⁹⁶ O prelado argumentava que, nas suas acusações, o Padre Valdir procurava atingir toda a Igreja, poupando apenas o Papa João Paulo II. De acordo com o bispo, Ros tinha alucinações e dizia que “com o Papa João XXIII o diabo sentou-se no mais alto cimo da Igreja e ameaça destruí-la”. Segundo o prelado, Pe. Ros e seus “seguidores incondicionais” acreditavam serem os únicos que poderiam salvar a Igreja Católica do “desastre fatal” – a destruição⁹⁷. Na perspectiva de D. Adriano, o conflito era institucional. Embora graves, as atitudes do Pe. Valdir eram tratadas por D. Adriano como consequência da doença, o que justificaria uma infinita tolerância para com as suas atitudes e a não aplicação de medidas baseadas no Código de Direito Canônico,⁹⁸ como a abertura de processo no Tribunal Eclesiástico. Contudo, consideramos que, o fato da Igreja Católica estar atravessando naquele momento uma crise vocacional que ameaçava sua hegemonia no campo religioso brasileiro, também tenha pesado na estratégia do bispo para enfrentar a oposição do padre. Pois medidas como as citadas acima fragilizariam ainda mais a instituição. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

As atitudes do Pe. Ros não eram apoiadas apenas por fiéis. O sacerdote expressava sua opinião através de pregações nas missas, na celebração de casamentos e batizados, assim como por meio da imprensa. Na entrevista do *BD*, D. Adriano se refere a um jornal de Nova Iguaçu que publicava textos escritos por Pe. Valdir, o *Jornal de Hoje*. No entanto, consultamos outros dois jornais que publicavam seus textos e divulgavam suas ações: o jornal de circulação local *Correio de Maxambomba*⁹⁹ e, com maior abrangência, o jornal *Última Hora*, cujo colunista Adirson de Barros¹⁰⁰ tecia elogios ao Pe. Valdir e criticava D. Adriano.

O jornal *Última Hora* – UH –¹⁰¹, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro/PTB¹⁰², publica a seguinte reportagem: “*Missa da Unidade divide fiéis*”. Na manchete há uma fotografia cujo foco é uma faixa de apoio ao Padre Valdir Ros. De acordo com UH, a MU foi marcada pela violência física, com empurrões, tapas e até ameaças entre os “seguidores” do bispo, estimados em 10 mil fiéis e os “seguidores” do padre Valdir Rossi, apreciados em 200 *fanáticos*¹⁰³, conforme os números informados pelo bispo. As agressões físicas foram motivadas, segundo o jornal, porque os “seguidores” de Dom Adriano rasgaram as faixas dos “seguidores” do padre Ros e desmontaram o sistema de som com que os segundos pretendiam tumultuar a missa. A reportagem relata que, por ocasião das agressões físicas ocorridas no fim da MU - “quando moradores do bairro trocaram ameaças” –, houve necessidade da intervenção da Polícia Militar e também das personalidades públicas locais, como os deputados Francisco Amaral e Jorge Gama, ambos do PMDB.

Sob o título “Padre Valdir não quis união com D. Adriano”, o *Jornal de Hoje* – JH – publica um texto que enfatiza a violência ocorrida na MU.¹⁰⁴ Segundo o JH, a missa “transcorreu num clima de grande animosidade, com a ocorrência de grandes incidentes entre os *seguidores* do Padre Valdir Ros e do Bispo”. Ainda de acordo com a mesma publicação, “a missa foi celebrada sob forte esquema de segurança”. Mesmo assim, as “provocações” pautaram o comportamento dos fiéis identificados como membros de duas correntes

⁹⁶ *Ibid.*, p.2

⁹⁷ *Ibid.*, p.2

⁹⁸ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n.162-163, jul./ago. 1982. p.2.

⁹⁹ **Correio de Maxambomba**, Nova Iguaçu, 17 abr. 1982.

¹⁰⁰ O jornalista se refere a D. Adriano como o “bispo da foice e do martelo” e diz que a MU foi uma “missa marxista”. BARROS, Adirson. Suicídio Coletivo. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 25 mai. 1982,

¹⁰¹ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 24 mai 1982.

¹⁰² Cf. GRZYNSZPAN, M. op. cit., p.298.

¹⁰³ No texto original a palavra fanáticos aparece em negrito.

¹⁰⁴ **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, 25 mai. 1982.

religiosas. De acordo com os jornais, tratava-se de um conflito entre *progressistas* e *conservadores*, conforme citado no início desta seção.

Na visão de Pe. Ros, a MU tem outro significado. Na reportagem publicada no JH, em resposta a uma enquete intitulada “Povo quer União” realizada numa edição anterior, o sacerdote afirma que a MU foi a celebração da “divisão”. De acordo com sua perspectiva, a MU foi uma evidência do uso da “tática comunista” usada pela diocese para iludir o povo com “uma promessa falsa de paz e de unidade”. Nesse sentido, os símbolos católicos usados no ritual seriam apenas uma estratégia para legitimar o discurso do bispo. Essa questão fica bem ilustrada no fragmento abaixo:

“Aconteceu que Adriano usou de uma missa concelebrada para iludir o povo [que] veio em procissão trazendo uma imagem de Nossa Senhora. O vigário geral se pôs a rezar o terço e o Paulo Amaral foi à capela do Seminário, acompanhado de dona Rosina para rezar. Tudo isso fizeram para iludir o povo. Mas tudo foi em vão.[...] De nada serviu a presença dos bispos comunistas, Valdir Calheiros e Mauro Morelli.”¹⁰⁵

E conclui Pe. Valdir, afirmando que “o povo consciente e livre” não se convenceu, muito menos “se deixou intimidar pela demonstração de força da diocese”. E ainda declara que, para ele, a celebração do dia 23 foi um “fracasso”.

Ao ser questionado, numa entrevista publicada no JH, sobre quando começou suas divergências com D. Adriano, Pe. Valdir responde que o bispo o perseguia desde 1979, “por causa da doação de uma casa do Pe. José Beste”, em Belford Roxo.¹⁰⁶ Segundo Pe. Valdir, D. Adriano “ficou com inveja e passou a me perseguir”¹⁰⁷. Na sua resposta, o sacerdote sugere que se trata de um conflito pessoal, uma perseguição.

Cada ator social defende uma perspectiva do “ritual da unidade” de acordo com sua posição dentro do conflito. D. Adriano Hypólito defende que é um conflito institucional. Pe. Ros, por seu turno, defende que é um conflito pessoal. A imprensa, por sua vez, enfatiza o conflito entre duas correntes religiosas: *progressistas* e *conservadores*. Entretanto, a nosso ver, esse conflito envolve uma disputa em relação a reprodução do “corpo místico” da Igreja Católica. A complexidade do cenário leva o bispo a utilizar na MU as vestes com seus paramentos e insígnias; as faixas e crucifixos e sua rede de apoio dentro e fora da instituição.

Observar as fotografias nº 19, 20 e 21, analisar as reportagens sobre o evento aliadas às sistematizações de DaMatta nos possibilitou perceber como os limites entre as esferas religiosas e políticas são borradas na MU. Ao reivindicar a unidade diocesana através das faixas e cartazes os participantes da MU transformam a procissão numa passeata. E, simultaneamente, reforçam a hierarquia eclesial, representada por D. Adriano Hypólito. A nosso ver, esse ritual revelou-se peculiar, pois nele tornou-se explícito um conflito latente que estava dividindo a Diocese de Nova Iguaçu. Nesse contexto, o estudo de DaMatta nos ajudou a perceber como a dramatização da MU explicita aspectos das relações sociais entre Igreja e sociedade na Baixada Fluminense.

Neste momento voltamos à análise de DaMatta para compreender a função que esse ritual exerceu, considerando o tempo e o local de sua ocorrência. Quais as formas particulares que a Missa da Unidade assumiu em Nova Iguaçu em 1982?

Do ponto de vista da análise dos rituais proposta por Roberto DaMatta, os ritos católicos tem caráter *conciliador*, ficando entre a formalidade do dia da Pátria e a

¹⁰⁵ **Jornal de Hoje**. Nova Iguaçu, 28 de mai. 1982.

¹⁰⁶ **Jornal de Hoje**. Nova Iguaçu, 29 de mai. 1982.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

informalidade do carnaval.¹⁰⁸ A entrevista de D. Adriano Hypólito publicada no *BD* aponta para essa direção, pois suas considerações tornam explícito o objetivo do ritual do seguinte modo:

“Alguns jornais entenderam a nossa “celebração da unidade” como uma tentativa suprema e última de oferecer reconciliação ao P. Valdir. Certamente estamos sempre dispostos a construção da Paz, a ser ministros da reconciliação. Mas a “celebração da unidade” visava a outra coisa: queria **ser a expressão da unidade da Igreja universal em torno do Papa; da Igreja Particular (a diocese de Nova Iguaçu) em torno do bispo; da Igreja paroquial em torno do vigário.** Foi nesse sentido que convoquei todas as paróquias e todos os padres da diocese a participarem da Santa Missa que ia ser celebrada na paróquia do Riachão.”¹⁰⁹ (Grifo nosso)

Foi uma missa campal, na qual o bispo utilizou todas as insígnias que reforçam a consciência de sua posição dentro do território liderado pelo padre que está desafiando sua autoridade. Nesse contexto de conflito e de disputa do bispado iguaçuano, num momento de abertura política, esse ritual representa também o reforço da hierarquia e a manutenção da ordem clerical romana. O conflito com o Padre Valdir Ros exigiu do bispo uma intervenção direta na Paróquia do Riachão. Podemos entendê-la como uma prática fiel às estruturas institucionais da Igreja, porque o prelado intervém para conservar sua diocese e sua política pastoral, isto é, seu projeto teológico-político. Portanto, independentemente de sua identificação no interior da instituição – *progressista* – D. Adriano reforça a Igreja Católica Apostólica Romana, agindo como um “homem institucional”, utilizando para isso todos os recursos disponibilizados pela instituição no plano temporal e no “plano místico”.

Além da dramatização social, é importante analisar a MU pelo seu aspecto místico. O ritual católico tem uma sequência própria dividida em cinco momentos: ritos iniciais, rito da palavra, rito do louvor, rito da comunhão e ritos finais.

Neste sentido, é importante destacar que o elemento central da missa é a celebração do sacramento da eucaristia. Para melhor compreensão do significado desse ritual para a instituição católica utilizamos a definição contida no *Dicionário de Direito Canônico*. Essa obra se propõe apresentar de forma “harmônica e global” os conceitos, as normas e as disciplinas relativas à Igreja Católica, qualificadas no último documento do Concílio Vaticano II e aplicadas através do Código de Direito Canônico. Como no dicionário não existe o verbete Missa, tomei como base o verbete Eucaristia, assim definido: “*o sacrifício eucarístico é o memorial da morte e ressurreição do Senhor, no qual se perpetua, ao longo dos séculos, o sacrifício da cruz; por isso é o cume e a fonte de todo culto e de toda a vida cristã*”.¹¹⁰ Essa citação nos permite perceber a missa como um ritual fundamental para a Igreja Católica, e dentro dele o “sacrifício da eucaristia” como ápice da vida cristã e da “unidade do Povo de Deus”. Esse dado é fundamental para construção de uma leitura sobre o nosso *evento crítico* que privilegie não somente o aspecto temporal, mas também o ideal transcendente da instituição.

A análise sobre a Igreja Católica não pode ser feita considerando apenas sua intervenção social. De acordo com Roberto Romano, o anseio da salvação motiva a ação de bispos, padres e leigos. Assim, para abordar de maneira adequada a política católica contemporânea é necessário atentar para o modo singular como os vários discursos no interior da Igreja se desenvolvem. Os atos humanos são transfigurados pela interpretação teológica para que tenham sentido dentro do plano divino. A missa é o ritual no qual o representante do

¹⁰⁸ DAMATTA. Opt. Cit. p.52

¹⁰⁹ *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, nº 164, set. 1982. p.2

¹¹⁰ SALVADOR, C. C. EMBIL, J. M. U. *Dicionário de Direito Canônico*. SP, Edições Loyola, 1993. Tradução de Jesus Hortal, SJ, com a colaboração de Carlos Barra, Valdir Mamede, CCMF e José M^a de Almeida. p.315

“corpo místico”, através do mistério da eucaristia, propicia o encontro com sacrifício de Jesus para a redenção e salvação.

A abordagem desse ritual em seu sentido particular nos revela que a MU foi um ritual fundado no *reforço* da hierarquia católica e, nesse sentido, tem função nesse *locus* semelhante à da parada militar. No entanto, não deixa de ter uma perspectiva *conciliadora*. No trecho destacado na fala do bispo na página anterior evidencia-se a unidade da Igreja Católica nas suas diversas esferas: local, nacional e universal. A nosso ver, o argumento da “unidade” é, de fato, um esforço de união: de comunhão da Igreja, que pode levar à *conciliação*, elemento que se desdobra no “plano místico”.

O estudo de DaMatta nos permitiu pensar a MU como um ritual que contém os três elementos (ou representa as três esferas de organização da sociedade brasileira e confirma como elas se misturam e se complementam) – *reforço*, *inversão* e *conciliação* – apreendidos por aquele autor em rituais distintos. O ritual da unidade, além de conter estes elementos, apresenta funções multifacetadas, misturando as esferas religiosa e política. Porque a procissão, ao mesmo tempo em que se revela um ritual religioso, apresenta aspectos de eventos políticos do tipo passeata ou comício. Ao longo do texto perceberemos como esse ritual se metamorfoseia, mudando de feição e função: procissão – passeata e missa – comício.

A metamorfose pela qual passou a MU expressa um processo ocorrido em outras dioceses brasileiras. O assunto foi abordado pelo cientista político Scott Mainwaring no texto “O desenvolvimento da Igreja Popular – 1974-1982”¹¹¹. Na sua opinião, um dos principais fatores para o êxito da *Igreja Popular* é o fato dela se apropriar de símbolos e costumes “tradicionalmente associados a práticas religiosas alienadas”¹¹² e atribuir-lhes novos significados. Ele ilustra seu argumento mostrando que as procissões, antes associadas a práticas católicas tradicionais e politicamente conservadoras, apresentam nas dioceses progressistas uma mistura “curiosa” dos símbolos antigos com os novos. Ou seja, ao mesmo tempo em que estavam presentes a Cruz, a imagem da Virgem ou dos Santos, havia cartazes reivindicando melhores condições de vida, melhores salários, estabilidade no emprego¹¹³. Apesar de não reivindicar uma pauta social, a feição assumida pela MU nos mostra como um rito tradicional como a procissão ganhou ali um novo significado expondo o conflito que existia na Diocese e a posição de diversos atores políticos dentro dele.

1.4 - Gênese do conflito e as redes de apoio mobilizadas

As reportagens publicadas sobre “A Guerra do Riachão”, forma como o conflito entre Pe. Valdir Ros e D. Adriano Hypólito ficou conhecido, destacaram a violência entre os católicos na DNI como consequência da disputa entre “progressistas” e “conservadores”. Entretanto, avaliamos que conduzir a análise considerando apenas essa motivação tornaria nossas possibilidades interpretativas muito limitadas. Pois, como procuraremos demonstrar, esta oposição foi sendo construída, não existindo *a priori*. Nesta seção objetivamos produzir um relato histórico buscando apreender que motivações estariam subjacentes a esse embate.

Devo admitir que esse conflito nos suscitou muitas questões e que este relato foi construído para que o leitor compreenda em que conjuntura ocorre a MU. Assim, o conflito será analisado não como um mero embate entre D. Adriano e Pe. Valdir – como uma disputa entre *progressistas* e *conservadores* ou *conciliares* e *tradicionalistas* –, mas como construção de redes com as quais cada clérigo está envolvido, tanto no plano religioso quanto político e

¹¹¹ MAINWARING, Scott. O desenvolvimento da Igreja Popular. In ____ **A Igreja Católica e a Política no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989. p.199.

¹¹² Ibid., p.199

¹¹³ Ibid., p.199

social, pois é a partir do momento em que esse “cisma”¹¹⁴ é apropriado por outros atores sociais que a trama se mostra reveladora de um momento central para o entendimento da história recente da Baixada Fluminense. O conflito também nos insere num momento de crise vivido pela Igreja Católica.

Para construir essa narrativa utilizamos duas fontes principais; uma delas a entrevista concedida por D. Adriano sobre a Paróquia do Riachão, publicada no *Boletim Diocesano* nas edições nº 162-163, 164 e 165. O *Boletim Diocesano/BD* foi um informativo de circulação mensal e bimensal da Diocese de Nova Iguaçu. Através dele a comunidade católica era informada dos acontecimentos diocesanos, da rotina do bispo, da administração da Cúria e da agenda mensal ou bimestral. O periódico era dividido em quatro partes: a primeira seria uma espécie de editorial escrito por D. Adriano Hypólito; a seguir uma seção que abordava algum assunto em destaque no período coberto; a terceira parte, intitulada *Cúria Diocesana*, se dividia em duas – *Avisos* e *Crônicas* – e a quarta era constituída pelo *Calendário*, com divulgação das atividades diocesanas tanto pastorais quanto sociais. A entrevista concedida por D. Adriano foi publicada na capa desse informativo, abaixo do editorial – que chamamos parte dois. Julgamos importante destacar que a seção Crônica é um item importantíssimo dessa publicação porque, por meio dela, é possível acompanhar o dia a dia da diocese e do bispo a partir de notas que descreviam a movimentação do líder e dos principais articuladores da diocese. As edições usadas neste trabalho cobrem o período de julho a outubro de 1982.

Essa fonte dialogará com o livro **Abaixo o Muro da Vergonha** (1983), de autoria do Padre Ros.¹¹⁵ A publicação, que foi impressa em Nova Iguaçu na editora do próprio IEM, possui prefácio, índice, bibliografia e lista das fontes consultadas. O livro aborda o conflito entre o padre e o bispo, a partir da ótica do autor.

Nos números do *BD* utilizados, a segunda seção, abaixo do editorial, apresentava o seguinte título: “Entrevista sobre a Paróquia do Riachão” – D. Adriano a diversos jornalistas, 02-06-82.¹¹⁶ De início, os jornalistas pedem que D. Adriano se apresente aos leitores: pedem para que fale de sua origem e de sua trajetória religiosa. D. Adriano Mandarino Hypólito nasceu em 18 de janeiro de 1918, era sergipano, membro da Ordem dos Frades Menores (franciscanos). Recebeu sua ordenação sacerdotal em 1942. Em 1962, o Papa João XXIII o nomeou bispo auxiliar da Bahia e, por nomeação do Papa Paulo VI, foi transferido para a Diocese de Nova Iguaçu, em 1966, onde governou até 1994.¹¹⁷

Na segunda pergunta os repórteres pedem que o bispo caracterize resumidamente sua diocese. D. Adriano apresenta sua diocese como “nova e pobre”, de “povo pobre, humilde, ordeiro, sofrido e religioso”. De acordo com o bispo, seu rebanho era constituído, sobretudo, por migrantes de outras regiões do Brasil e do interior do Estado do Rio de Janeiro, “oriundo das atividades agrícolas [que] vêm para o sudeste em busca de melhores condições de vida, acabam sobrevivendo do trabalho na indústria, na construção civil e nos *biscates*”¹¹⁸. O bispo também critica o crescimento demográfico desordenado da Baixada Fluminense, segundo ele, da ordem de 10% ao ano. Crescimento esse que não é acompanhado de melhorias na infraestrutura urbana e nos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Diante dessa

¹¹⁴ Na língua portuguesa significa o ato de desconhecer a autoridade de seu chefe espiritual. Para a Igreja Católica é a divisão de uma diocese quando a autoridade do bispo não é reconhecida. Esse termo foi usado por alguns jornais quando se referiam ao conflito instaurado em Nova Iguaçu.

¹¹⁵ ROS, Valdir. **Abaixo o “Muro da Vergonha”**. Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária, 1983.

¹¹⁶ De acordo com a seção Crônica do **Boletim Diocesano** no dia 02 de junho, D. Adriano foi entrevistado pelos repórteres Glória Helena Rey, da **Associated Press**, e Telmo Wandier, de **O Globo**, “sobre as perturbações da Paróquia do Riachão”. No dia 03 de junho concede entrevista a Valério Meinel, **Folha de São Paulo**.

¹¹⁷ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 162-163, jul./ago. 1982.p.01.

¹¹⁸ *Ibid.*, p.02

realidade D. Adriano afirma que “os problemas sociais da Baixada Fluminense condicionam naturalmente o trabalho da Igreja, são em certos sentidos o problema da Pastoral.”¹¹⁹

A partir da terceira pergunta o conflito na Paróquia do Riachão começa a ser abordado. Os repórteres indagam ao bispo quem é o padre Ros, “que tantos problemas têm criado na diocese”. Segundo D. Adriano, Pe. Valdir Ros “é um padre ainda jovem, com 40 anos de idade”. Valdir Ros chegara a Nova Iguaçu no ano de 1968, oriundo da Diocese de Lages, Santa Catarina. Pe. Ros veio acompanhado de jovens em formação religiosa. A formação desses jovens seria realizada no Instituto Estrela Missionária (IEM), instituição cuja concepção foi elaborada pelo próprio padre. Percebemos que há, tanto do lado do bispo, quanto do padre, uma preocupação com a formação de religiosos, pois, desde a década de 1960, a Igreja Católica brasileira vinha sofrendo uma profunda crise de vocações¹²⁰. Vejamos o relato de D. Adriano sobre a chegada do Pe. Ros:

“aceitei o Pe. Valdir e o que seria o Instituto Estrela Missionária, com total confiança e muita esperança. Criei a paróquia de N. Senhora da Conceição, do Riachão, perto de Comendador Soares e de Austin, para ele exercer o apostolado e ter um campo concreto de atuação missionária. Dei todo apoio ao Pe. Valdir e à ideia do Instituto.”¹²¹

A fala de D. Adriano demonstra a preocupação do bispo em organizar para Pe. Valdir uma paróquia onde fosse possível conciliar suas atribuições paroquiais com a formação religiosa. Padre Valdir Ros foi vigário da paróquia Nossa Senhora da Conceição do Riachão durante aproximadamente treze anos (1968-1981). Segundo D. Adriano, num bairro como o Riachão, com características de abandono e ausência de serviços públicos, assim como outros da Baixada Fluminense, o padre funciona como “propulsor de progresso”. O religioso cita como exemplo desse progresso: a construção de uma creche, de várias igrejas e capelas e do Instituto Estrela Missionária/IEM, qualificado pelo bispo como o “grande prédio do seminário, que se vê muito bem da Presidente Dutra”¹²². O IEM abarcava o Seminário da Estrela Missionária, que formava homens para o sacerdócio e o Instituto das Irmãs da Estrela Missionária, dedicado à formação de mulheres. D. Adriano se refere às obras como “sinais da atuação” do padre Ros e de “progresso do bairro”. A nosso ver, não podemos reduzir a atuação do Pe. Valdir à construção de prédios. O IEM, por exemplo, além da sua grandiosidade material era símbolo do conhecimento onde os padres eram formados, iniciativa bem vinda diante de um quadro de crise vocacional da Igreja Católica brasileira.

No livro que publica, Pe. Ros relata porque se estabeleceu na DNI. Ele diz que D. Adriano era seu conhecido desde 1959, quando começou a publicar o folheto *Mais Vocações*¹²³. O desejo que impulsiona a vocação de Pe. Valdir, a formação de missionários, concretiza-se na criação do IEM. Vejamos o relato do padre sobre sua chegada ao bairro Riachão:

“D. Adriano aceitou-me na Diocese com a condição de que eu não onerasse financeiramente os cofres da Diocese. Instalei-me no Riachão, antiga fazenda doada por Sr. Francisco Ribeiro, já falecido. Cheguei com quinze jovens, para residir numa casa velha, sem água nem luz, e até sem instalações sanitárias. A verdade seja dita,

¹¹⁹ Ibid., p.02

¹²⁰ De acordo com ALVES (1979), entre 1967 e 1977, 2300 sacerdotes deixaram a ordem. Em 1962 a proporção de padres em relação à população era de um para cada 7000 habitantes. Cf. ALVES, Márcio Moreira. op. cit.

p.58

¹²¹ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 162-163, jul./ago.1982.p.2

¹²² **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p.1

¹²³ ROS, P. Valdir. **Abaixo Muro da Vergonha**. Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária,1983. p.21

ao chegarmos, D. Adriano doou-nos o indispensável para a casa: utensílios de cozinha e colchões. Com esse gesto amigo, D. Adriano cativou ainda mais minha amizade e gratidão. [...] Não havia nenhuma Igreja na região, tudo estava por fazer e não havia recursos, nem para construir a igreja, nem o seminário, nem sequer para manter os alunos. Deus sabe a amargura que passamos nesses tempos difíceis.”¹²⁴

Através do relato acima podemos perceber que não se estabelecia uma atmosfera de conflito no início da convivência entre os religiosos. A paróquia Nossa Senhora da Conceição existia no papel, mas toda estruturação estaria a cargo do Pe. Valdir e seus missionários. Quando da sua chegada, o jovem padre contava 26 anos e há três havia sido ordenado sacerdote, reunindo condições favoráveis para ser bem sucedido na estruturação de uma paróquia e construção de vocações. E realmente o foi. Construiu um patrimônio religioso estimável numa das mais pobres regiões da Baixada Fluminense. De acordo com o religioso, isso foi possível porque

“Eu sempre viajei muito, mas foi o próprio dom Adriano quem me incentivou e nisto eu lhe sou muito grato. Eu havia escrito para todos os bispos de todas as dioceses expondo-lhes a minha idéia de uma instituição voltada para a formação de missionários. Alguns negaram-me este apoio, outros sequer responderam às minhas cartas. Dom Adriano não só apoiou como pediu ajuda para mim, desde que eu não onerasse os cofres diocesanos.”¹²⁵

Nesse relato percebemos que houve um investimento por parte de D. Adriano na proposta de formação de religiosos, contribuindo para atenuar um dos grandes problemas da Igreja Católica brasileira naquele momento, qual seja a falta de padres. O patrimônio construído por padre Valdir nos leva a crer que ele foi um religioso muito empreendedor e captador de recursos. Em visita ao local onde a MU foi realizada pude constatar que o IEM materializou-se num prédio de quatro andares, muito bem estruturado, pois foi construído num terreno elevado e desnivelado, fatores que pressupõem mais gastos na obra. Até hoje a construção se destaca na paisagem do bairro podendo ainda ser visto da Rodovia Presidente Dutra¹²⁶. Em reportagem publicada no jornal *O Globo*, em 1982, Pe. Ros diz que construiu o seminário, as igrejas e capelas com a ajuda financeira da Diocese de Rotemburg, na Alemanha¹²⁷. Segundo Pe. Ros, em 1980 o IEM administrava pastoralmente 2 paróquias e 2 curatos¹²⁸, atendendo um total de 50 comunidades.

Além de recursos financeiros Pe. Ros conseguiu agregar recursos humanos, formando um corpo docente dedicado à formação dos religiosos do seminário Estrela. O jornal local *Correio de Maxambomba* publicou uma matéria, em 1980, na qual informa que o IEM até aquele momento já havia ordenado seis padres¹²⁹. De acordo com o Pe. Ros o seminário tinha 60 alunos e contava com 4 padres. Dois deles conseguimos identificar: o Pe. Ari Antunes – primeiro padre ordenado pelo IEM¹³⁰ e o Pe. Fernando Gomes de Melo, procurador do Pe. Valdir Ros citado na seção anterior¹³¹.

¹²⁴ Id., p.21

¹²⁵ PADRES contra padres. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 08 set. 1982.

¹²⁶ Ver fotografia no anexo B.

¹²⁷ BISPO de Nova Iguaçu acusa padre de ‘mania de grandeza’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

¹²⁸ É uma comunidade de fiéis, constituída estavelmente no contexto de uma diocese cuja cura pastoral o bispo confia a um pároco como seu pastor próprio. A ela se equipara a quase-paróquia, comunidade semelhante antes de poder ser constituída paróquia. Disponível em <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>. Acesso em 10/02/2011.

¹²⁹ NOVA Iguaçu teve o 6º padre ordenado pela Diocese. **Correio de Maxambomba**. Nova Iguaçu. 13 dez. 1980.

¹³⁰ ROS, V. op. cit., p.35

¹³¹ **Boletim Diocesano**. N. Iguaçu, n.162-163, jul./ago.1982. p.2

Durante mais de dez anos o sacerdote atuou no Riachão e em bairros vizinhos. Era responsável pelas paróquias de Nossa Senhora da Conceição, do bairro Riachão e São João Batista, do bairro São João. E pelos Curatos dos bairros Cacuia e Sarapuí. Quando inquirido pelos repórteres se a diocese “tinha culpa” na crise que se estabelecera, D. Adriano responde que, durante os anos em que foi pároco, Pe. Valdir gozou “de confiança e liberdade total dadas pelo bispo”¹³². D. Adriano relatou que “durante mais de onze anos ele [Pe. Valdir] atuou na diocese e fora da diocese como bem entendeu”.¹³³ Inclusive na captação de recursos para construção dos imóveis destacados na fotografia nº8 e citados acima. E completa: “o meu ponto de partida em todos os casos era sempre a confiança que depositava no Pe. Valdir.” O bispo diz que nunca deixou de orientar o padre porque, de acordo com o Código de Direito Canônico¹³⁴, era o fundador do IEM. Essa instituição foi criada, em 1977, como *pia união* ou *associação piedosa*¹³⁵, em seu ramo masculino¹³⁶. Isso significa que o bispo é o responsável por seminários e associações piedosas existentes no território de sua diocese, ainda que na prática a administração do IEM estivesse a cargo do referido sacerdote, que era conhecido como “reitor” do Seminário Estrela Missionária. Em 1979, seria fundado o ramo feminino do IEM, informa Pe. Ros. Fato que não se concretizou pelo início das divergências entre o padre e o bispo.

Em 1979, D. Adriano ordenou o primeiro padre formado pelo IEM. Contudo, gradualmente a convivência foi se transformando num conflito que extrapolou os limites da Igreja e chegou a alcançar as manchetes de diversos jornais, à época¹³⁷. Qualificamos a convivência de tolerada porque o próprio D. Adriano escreve que “durante mais de dez anos conviveu com o Pe. Valdir apesar das divergências sempre guiado pela caridade cristã”¹³⁸. Esse conflito passou de “discordância” a “desobediência” até chegar a uma tentativa de “cisma”, num movimento liderado pelo clérigo propondo a criação de outra diocese.

Na entrevista publicada no *Jornal de Hoje*, em 29 de maio de 1982, D. Adriano afirma que Padre Valdir não apresentou oposição a sua atuação pastoral. O bispo enfatiza a questão

¹³² Ibid., p.2.

¹³³ Ibid., p.2.

¹³⁴ “Significa o corpo de normas jurídicas, com caráter unitário e universal” que rege a Igreja Católica Apostólica Romana. Cf. SALVADOR, C. C. & EMBIL, J. M. U. **Dicionário de Direito Canônico**. SP, Edições Loyola, 1993. Tradução de Jesus Hortal, SJ, com a colaboração de Carlos Barra, Valdir Mamede, CCMF e José M^a de Almeida. p.125

¹³⁵ As *associações piedosas* ou *pia associação* são associações de fiéis, clérigos ou leigos, normatizadas pelo Código de Direito Canônico. Definidas nos cânones 298 e 312: Cân. 298 — § 1. “Na Igreja existem associações, distintas dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica, nas quais os fiéis, quer clérigos quer leigos, quer em conjunto clérigos e leigos, em comum se esforçam por fomentar uma vida mais perfeita, por promover o culto público ou a doutrina cristã, ou outras obras de apostolado, a saber, o trabalho de evangelização, o exercício de obras de piedade ou de caridade, e por informar a ordem temporal com o espírito cristão.” Cân. 312 — § 1. “A autoridade competente para erigir associações públicas é: 3º para as associações diocesanas, o Bispo diocesano no seu próprio território, mas não o Administrador diocesano, excetuadas aquelas associações cujo direito de ereção foi reservado a outrem por privilégio apostólico.” Disponível em <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf> Acesso em 25/01/2012.

¹³⁶ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, Diocese de Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. Mensal. p.1

¹³⁷ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, Diocese de Nova Iguaçu, n. 162-163, jul./ago. 1982. Bimensal.p.3 – De acordo com a seção “Crônica” do referido periódico, após a “MU”, entre 24 e 27 de maio, D. Adriano é entrevistado por veículos de comunicação nacionais e internacionais. São citados os repórteres: Josef Theunis (holandês), que aborda a Igreja no Brasil e na Baixada Fluminense; Valéria Fernandes, do **Jornal do Brasil**; Marcelo Sagat, de **A Folha de São Paulo**; Cristina Rego Monteiro, da **TV Bandeirantes**; Lucia Rita, da revista **Veja**; Regina Echeverria e Flávio Nelson, da revista **Isto É**; **Moisés Cellermann, do Estado de São Paulo** e Domingos Fraga e Cláudio Passos, do **Jornal de Hoje** (Nova Iguaçu).

¹³⁸ HYPÓLITO, Adriano. A propósito da celebração da unidade diocesana. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, ano LXVI, n. 3402, p. 3, 29-30 mai. 1982.

do “isolamento”. Afirma que Pe. Valdir Ros, desde que chegou em 1968, não comparecia às reuniões do clero e alegava que estava sempre muito ocupado¹³⁹. Segundo D. Adriano, Pe. Valdir foi se afastando gradativamente da Pastoral da Diocese¹⁴⁰, do clero e do bispo. Esse afastamento gerou divergências nos anos subsequentes, como apontado acima. Portanto, é possível afirmar que o conflito entre os religiosos não existia *a priori*, mas se desenvolve na medida em que a política-pastoral adotada pela diocese vai sendo forjada a partir das orientações conciliares.

Ao lado da questão pastoral, está em disputa na DNI o modo de reprodução da própria Igreja Católica no Brasil. Conforme indicamos na introdução deste capítulo, a Igreja Católica vinha passando por uma crise de vocações desde a década de 1960. Além de padres, houve evasão de seminaristas, fator que comprometia diretamente a renovação do clero. O Pe. Valdir Ros se estabelece em Nova Iguaçu com uma proposta de trabalho que enfrentava essa crise e contribuía para despertar vocações na própria diocese com o objetivo de formação de um corpo religioso tanto no ramo masculino quanto no feminino. Em entrevista, Antônio Lacerda afirma que a “obra do Pe. Valdir atraiu muita gente, como padres e professores que vieram para colaborar”¹⁴¹. “Era uma obra grande”, exclama Lacerda. Pe. Bruno completa dizendo que o objetivo de Ros era “criar uma Congregação Missionária Brasileira”¹⁴². A proposta do Pe. Ros mobilizou apoio de clérigos de todos os níveis hierárquicos. Acreditamos que combater a crise de vocações representaria um passo importante para manutenção da hegemonia católica no campo religioso brasileiro. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

Ao liderar e por em prática esse projeto de reprodução da Igreja brasileira, Pe. Ros projetou-se no mundo católico, o que fez dele uma pessoa estimada institucionalmente e no bairro em que atuava. De acordo com D. Adriano, esses “sinais” da atuação do Pe. Valdir justificariam o apoio recebido de vários religiosos e dos paroquianos. Fato que contribuiria para a “proteção” e “amizade” que encontrava nos moradores do Riachão. Segundo D. Adriano, houve fiéis que se afastaram do padre depois que este começou a se opor à diocese, mas outros, apesar da discordância, mantiveram a “amizade”. No entanto, Pe. Valdir contava com o apoio de um “pequeno grupo de fanáticos” e de umas “cento e tantas pessoas que aceitavam o que ele fazia e dizia como se fosse um evangelho”, informa o bispo¹⁴³.

Voltando a entrevista publicada no *BD*, na resposta de D. Adriano sobre quem é o Pe. Ros, encontramos mais informações a respeito do conflito. De acordo com o bispo, em 1981, Pe. Valdir lhe pede que nomeie outro padre para vigário do Riachão¹⁴⁴. No dia 26 de julho de 1981, Pe. Valdir Ros deixa de ser pároco do Riachão, sendo substituído pelo padre Agostinho Pretto¹⁴⁵. Pe. Agostinho oriundo do Rio Grande do Sul estudou no seminário de São Leopoldo. No início dos anos 1960 foi nomeado assistente nacional da Juventude Operária Católica/JOC. Após o golpe de 1964, houve intervenção militar na JOC, o que forçou a entidade a operar na clandestinidade. Em agosto de 1970, Pe. Agostinho foi preso e brutalmente torturado, segundo Serbin. Nessa época, o padre morava numa favela do Rio de Janeiro e era coordenador da JOC na América Latina. Em 1974, chegou à Nova Iguaçu, a qual qualificava de “diocese da clandestinidade para militantes, advogados e outros que operavam silenciosamente contra o regime”¹⁴⁶. Pretto cumpriu um mandato de três meses no Riachão,

¹³⁹ **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, 29 mai. 1982.

¹⁴⁰ Não encontrei na pesquisa uma definição para esse conceito. Mas ele se refere à concepção e prática das atividades pastorais da Diocese de Nova Iguaçu que incentivam o envolvimento político e social a partir da leitura bíblica proporcionando uma intervenção direta do cristão no mundo.

¹⁴¹ Entrevista Antônio Lacerda de Menezes concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

¹⁴² Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

¹⁴³ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982.p.1

¹⁴⁴ **Boletim Diocesano** Nova Iguaçu, n. 162-163, jul/ago. 1982.p.2

¹⁴⁵ **Boletim Diocesano** Nova Iguaçu, n. 165, out. 1982.p.1

¹⁴⁶ SERBIN, K. op. cit., p.41-42.

logo sendo substituído por outro padre. Pe. Bruno nos informou que a substituição do Pe. Agostinho foi motivada por uma agressão que o mesmo sofreu na igreja da Palhada 1, quando foi impedido de celebrar a missa e trancado na sacristia por Pe. Ros e seus “seguidores”. De acordo com Pe. Bruno, esse episódio fez Pe. Agostinho “reviver uma situação, um drama” relacionado ao período em que esteve preso¹⁴⁷.

Ainda em 1981, conta D. Adriano que Pe. Valdir decidiu transferir o ramo masculino do IEM para Diocese de Ponta Grossa no Paraná. E toda a instituição, referia-se aos demais seminaristas e as freiras, seria transferida em 1982¹⁴⁸. De acordo com o bispo, a transferência foi sugestão do Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, que acompanhou de perto a evolução do IEM “com muita simpatia” e por isso se empenhou para solucionar as dificuldades. O núncio faleceu no dia 12 de maio de 1982. D. Adriano acreditava que a nova nunciatura estivesse a par da situação da DNI embora não tivesse comunicado oficialmente o substituto de D. Carmine¹⁴⁹.

Ocorre que no mês de setembro de 1981, informa D. Adriano, Pe. Valdir foi internado pelos padres do seminário, cujos nomes não foram citados, numa clínica de doenças mentais, no Rio de Janeiro. Sobre essa internação Pe. Valdir relata que foi levado para clínica pelo Dr. Dário Borba e mais três bombeiros¹⁵⁰. Ele recebeu alta após 15 dias de tratamento psiquiátrico na Clínica de Saúde da Gávea¹⁵¹. No entanto, voltou a ser internado em Santa Catarina, sua terra natal. E após esse segundo tratamento parecia ter melhorado, relata o bispo¹⁵². Ainda na mesma resposta, D. Adriano declara que, sem a sua autorização, Pe. Valdir Ros viajou para Alemanha com o objetivo de levantar recursos para construção do novo seminário em Ponta Grossa. Enquanto o Padre Valdir Ros estava fora do país, o Padre Fernando Gomes de Melo, que também fazia parte do IEM e era procurador de Pe. Valdir, pediu oficialmente a transferência do IEM para Ponta Grossa, assim como a excomunhão¹⁵³ de seus membros que faziam parte do clero da Diocese de Nova Iguaçu. Padre Bruno informou, na entrevista concedida para este trabalho, que conheceu o Pe. Fernando Gomes de Melo assim que chegou ao Brasil porque este trabalhava no acolhimento de padres estrangeiros e, estimulado pela “obra do Pe. Valdir”, vem para Nova Iguaçu. Voltando à transferência do IEM, D. Adriano conta que despachou favoravelmente o pedido do Pe. Fernando. No mês de dezembro de 1981, Pe. Ros deixou de pertencer ao clero de Nova Iguaçu¹⁵⁴. E completa o bispo: “Tanto isso é verdade que, voltando da Europa, [o Padre Ros] se dirigiu para Ponta Grossa”¹⁵⁵.

Porém, lá quase não ficou, informa D. Hypólito na mesma entrevista. Pois diante da informação de que D. Geraldo Pellanda, bispo local, instruído pelo Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, seria o diretor do IEM, Pe. Ros, inconformado com a decisão, teria determinado a volta do instituto para Nova Iguaçu. Mas, como os padres e seminaristas se negaram a voltar sem a autorização dos respectivos bispos, Pe. Ros os expulsou da instituição e voltou sozinho para Nova Iguaçu, no início de 1982, instalando-se no prédio do seminário, no bairro do Riachão. Segundo Pe. Bruno, quando Pe. Valdir começou a se colocar contra o bispo, acusá-lo de comunista e a ofender a Igreja, os colaboradores do IEM começaram a se afastar¹⁵⁶.

¹⁴⁷ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

¹⁴⁸ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 165, out. 1982.p.2

¹⁴⁹ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p.3

¹⁵⁰ ROS, V. op. cit., p.80

¹⁵¹ BISPO de Nova Iguaçu acusa padre de ‘mania de grandeza’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

¹⁵² **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 162-163, 1982.p.2

¹⁵³ Esse termo se refere à transferência de religiosos de uma diocese para outra.

¹⁵⁴ **Boletim Diocesano** Nova Iguaçu, n.165, out. 1982. p.1

¹⁵⁵ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n.162-163, 1982. p.2

¹⁵⁶ Entrevista Pe. Luigi Constanzo Bruno concedida a Adriana Serafim em 22 de julho de 2011.

Os repórteres questionam como D. Adriano se colocava em face das acusações feitas pelo sacerdote. O bispo respondeu que na esfera pessoal deveria, como cristão, absorver as acusações. Entretanto, afirma que como “bispo da Igreja e responsável pela comunidade diocesana e pela Igreja particular de Nova Iguaçu” era necessário responder pelo menos a algumas das acusações levantadas contra ele próprio, contra o clero, contra a Pastoral da diocese, contra o episcopado, contra o Vaticano, contra a Igreja em geral¹⁵⁷. A nosso ver, a MU seria uma forma de o bispo responder às acusações sofridas. Diante do reconhecimento da impossibilidade da reconciliação¹⁵⁸, a estratégia do bispo fora convocar toda a diocese (religiosos, religiosas, agentes de pastoral, movimentos sociais, fiéis) para mostrar que a “ideia da unidade” prevalecia diante de seu contraste, a “ideia da separação”¹⁵⁹.

De acordo com o jornal *O Globo*, Padre Ros deixou de aceitar a hierarquia da Igreja Católica em 1977, quando percebeu a “infiltração comunista na Diocese de Nova Iguaçu”. O padre citou três pontos que o fizeram “separar-se da diocese”: “a exigência de D. Adriano para que ele vendesse uma casa que lhe foi doada pessoalmente pelo padre José Beste; entregar à diocese o primeiro padre que se ordenasse no Seminário Estrela Missionária e a aceitação integral da linha atual da Igreja”¹⁶⁰. Posteriormente, Pe. Ros declarou em entrevista ao *Jornal de Hoje* que só se reconciliaria com D. Adriano se houvesse “uma mudança radical e completa da Diocese”. E completa: “Jamais me reconciliarei com o comunismo”¹⁶¹.

De acordo com D. Adriano Hypólito, o que justificaria o comportamento do padre Ros seria o fato dele estar acometido por perturbações mentais. O fato de o padre ser “esquizofrênico”, diz D. Adriano, “implica em aceitar menor responsabilidade dele no que diz e faz”. Por esse mesmo motivo, o bispo declara que, nem ele, nem o Conselho Diocesano¹⁶² e nem o Conselho Presbiteral¹⁶³ haviam tomado medida canônica¹⁶⁴ para punir o sacerdote, buscando sempre resolver os incidentes da maneira “mais humana”, “mais cristã”, “mais evangélica”, para atenuar a situação. Entretanto, o bispo também relata que o padre apresentava lucidez e acreditava que ele soubesse perfeitamente o que estava fazendo¹⁶⁵. Quando questionado se as atitudes do Pe. Valdir tinha implicações políticas, D. Adriano diz que “há quem pense assim” e que havia pessoas na diocese que viam por detrás do comportamento do sacerdote interesses em dificultar, “no próprio seio da Igreja”, o trabalho pastoral da “nossa diocese”¹⁶⁶. O bispo admite que a mentalidade do Pe. Valdir corresponderia à “mentalidade de grupos radicais de direita”. No entanto, ele não dispunha de provas para afirmar se grupos políticos o “atiçavam” ou “manipulavam”¹⁶⁷. Esse

¹⁵⁷ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p.1

¹⁵⁸ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p.3

¹⁵⁹ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p. 2

¹⁶⁰ BISPO de Nova Iguaçu acusa padre de ‘mania de grandeza’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

¹⁶¹ **Jornal de Hoje**. Nova Iguaçu, 29 de mai. 1982.

¹⁶² O Código de Direito Canônico sugere que em cada diocese, na medida em que as circunstâncias pastorais o aconselharem, constitua-se o conselho pastoral, ao qual cabe, sob a autoridade do Bispo, investigar e ponderar o concernente às atividades pastorais da diocese e propor conclusões práticas.

§ 1. O conselho pastoral é constituído por fiéis que se encontrem em plena comunhão com a Igreja católica, quer clérigos quer membros dos institutos de vida consagrada, quer sobretudo leigos, designados pelo modo determinado pelo Bispo diocesano. (Cân. 511 Cân. 512) Disponível em [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acessado 07/08/2012

¹⁶³ De acordo com o Código de Direito Canônico é um grupo de sacerdotes que seja uma espécie de senado do Bispo e represente o presbitério, ao qual compete auxiliar o Bispo no governo da diocese nos termos do direito, para se promover o mais possível o bem pastoral do povo de Deus que lhe foi confiado. Disponível em [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici_portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acessado 07/08/2012

¹⁶⁴ Atitude ou medida tomada com base no Código de Direito Canônico.

¹⁶⁵ **Boletim Diocesano**. N. Iguaçu, n. 162-163, jul./ago.1982. p2

¹⁶⁶ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p. 2

¹⁶⁷ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu, n. 164, set. 1982. p. 2

posicionamento de D. Adriano nos motivou a pesquisar outras apropriações desse conflito. Porque, se por um lado, ele responsabiliza a esquizofrenia pela crise, por outro não descarta a possibilidade de haver implicações políticas. Retomaremos essa discussão no capítulo 3, através da análise da rede de apoio de cada um.

O exercício de descrever as fotografias fez emergir elementos importantes para produzir uma leitura da MU. As análises empreendidas mostraram que a MU partilhou dos traços sugeridos por Peirano para ser considerado um ritual/evento: ordenação que o estruturou fundado no rito católico da missa; um sentido de realização coletiva com propósito de defender a unidade da Diocese de Nova Iguaçu e a percepção de que apesar de uma missa, não foi repetitiva diferenciando-se dos rituais cotidianos. E como um *evento crítico*, nos mostra, como uma lupa, as relações sociais na diocese de Nova Iguaçu. Uma diocese considerada *progressista*, por estudiosos como Scott Mainwaring, mas que num momento de crise se apropria de símbolos tradicionais da Igreja Católica como a procissão e as insígnias para reforçar a estrutura hierárquica na defesa da própria instituição. Proporcionando uma nova feição desse rito semelhante a uma passeata, embora sua função naquele momento o aproxime da parada militar.

Com efeito, a partir desse quadro de referências poderemos adentrar no cenário da Baixada Fluminense para compreender como essas redes de relações foram se construindo a partir da Diocese de Nova Iguaçu, sua estruturação, opção pastoral sob a égide das propostas de mudança do Concílio Vaticano II. E como essas mudanças da atuação religiosa provocaram embates com lideranças locais, políticos, militares e entre os religiosos em tempos de ditadura e de crise vocacional.

Capítulo II

Diocese de Nova Iguaçu: a “presença” da Igreja Católica na Baixada Fluminense

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, a MU foi um *evento crítico* que nos permitiu conhecer um momento de crise naquele microcosmo. Além disso, constitui-se em um ritual de *reforço* que cumpre o papel tradicional de reforçar a estrutura social hierarquizada. Por esta razão, a percebemos mais próxima da parada militar do que das festas religiosas. Mas porque essa afirmação nos causa estranheza quando o objeto abordado é a Diocese de Nova Iguaçu?

Para responder essa questão o argumento mais adequado, a nosso ver, seria o fato de a DNI ser considerada, por Scott Mainwaring, por exemplo, como uma diocese *progressista*¹⁶⁸ que nasce no “abrir das janelas” do Concílio Ecumênico Vaticano II (ou *Concílio*) e se estrutura seguindo suas diretrizes. O *Concílio* provocou algumas mudanças na Igreja Católica, inclusive no ritual da missa. Até a década de 1960, a missa no Brasil era celebrada em latim e não havia diálogo entre o padre e os fiéis¹⁶⁹. Após a reforma litúrgica empreendida pelo Concílio Vaticano II, a missa passa a ser celebrada em língua vernácula e a proporcionar maior interação entre religiosos e fiéis. As mudanças empreendidas pelas orientações conciliares não modificaram apenas a liturgia, mas diversas esferas do universo católico, como as vestes. Essas orientações permitiram a alteração de diversas práticas católicas, inclusive no modo de a instituição se relacionar com o mundo, o que gerou diversos conflitos no interior da Igreja, ao longo das décadas de 1960, 1970 se estendendo até 1980.

Neste capítulo vamos descrever como a política pastoral adotada a partir do Concílio Vaticano II abriu espaço para a entrada da DNI e da Baixada Fluminense (doravante BF) no cenário político local e nacional. As orientações conciliares efetivadas na diocese com a chegada de D. Adriano Hypólito, no final da década de 1960, desdobraram-se numa atuação pastoral que priorizava a “justiça social”¹⁷⁰ e os direitos humanos, com intervenção direta no campo político, na organização da sociedade civil, o que contrariou os interesses de parte da elite econômica e política local. Esta incompatibilidade de interesses se acirrou com a ditadura militar, período marcado pelo conflito entre a Igreja Católica e o Estado.

A MU se insere nesse contexto. Para compreendermos porque esse *evento crítico* tomou as características evidenciadas no primeiro capítulo é necessário conhecer o processo de organização da Diocese de Nova Iguaçu, a Baixada Fluminense e o papel da instituição e de suas lideranças nas relações sociais estabelecidas nesse território.

2.1 – Vaticano II, o episcopado brasileiro e o Plano Pastoral de Conjunto

O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) marca um dos mais importantes momentos da História da Igreja Católica no século XX, constituído de quatro sessões, ao longo de quatro anos, sob a liderança de dois Papas: João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978). Após sua ocorrência, a Igreja passa a definir-se nos documentos oficiais como “povo de Deus a serviço no mundo”¹⁷¹. Num estudo comparativo sobre o significado da

¹⁶⁸ Alguns autores consideram que a Diocese de Nova Iguaçu é progressista e ligada à Teologia da Libertação, como Scott Mainwaring (1985, p.08); Silva (2007, p.05).

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://www.missatridentina.com.br>>.

¹⁷⁰ Segundo Romano, quando a Igreja Católica reivindica a “justiça social” está se referindo ao “Bem Comum”, que através do “preço justo” e do “salário justo” dariam a base necessária “para que as cisões na sociedade fossem *rapidamente* sanadas, evitando assim a possibilidade de eclosão da violência revolucionária”. ROMANO, op. cit., p.59.

¹⁷¹ SANTANA, Maristela. **Uma aposta em duas opções: a diretriz formal da Igreja Católica Latino-americana – A “Opção pelos Pobres” por duas vias – Teologia da Libertação e Missionárias da Caridade (1962-1986)**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. IFCS, UFRJ. p.36

“opção pelos pobres” para a *Teologia da Libertação*¹⁷² e para as *Missionárias da Caridade*¹⁷³, Maristela Santana traça um histórico do Concílio. Ela afirma que para muitos estudiosos o Concílio Vaticano II “representou o rompimento com o padrão de pedagogia preconizado pelo Concílio de Trento e selou a reconciliação da Igreja com o mundo moderno”¹⁷⁴, processo que ficou conhecido como *aggiornamento*¹⁷⁵. Essa atuação valorizaria o caráter de intervenção da ação prática do cristão na vida, a fim de que a ação espiritual atuasse efetivamente sob a ação temporal¹⁷⁶.

O *aggiornamento* simbolizou o desejo do Papa João XXIII de atualizar a Igreja Católica para lidar com um mundo em transformação. Para melhor compreender essas mudanças e seus significados no universo social tomamos como referência o texto de Rafael Cerqueira do Nascimento, no seu estudo sobre a atuação política da Diocese de Nova Iguaçu através da análise do periódico *A Folha*, entre 1974-1981¹⁷⁷. Segundo Nascimento, a relação da Igreja com o mundo moderno redefiniu-se a partir da necessidade da compreensão e da presença institucional nessa realidade. De acordo com o autor, a novidade conciliar é a “aceitação” do mundo moderno, “definindo-se uma nova maneira de a instituição se inserir na realidade *temporal* e responder aos problemas sociais, econômicos e políticos vividos pela humanidade”¹⁷⁸.

O Concílio representou para a Igreja do Brasil, de acordo com José Oscar Beozzo¹⁷⁹, no estudo que faz sobre a participação dos *padres conciliares* brasileiros, uma reorganização interna e sua inserção “num complexo tecido de relações com as demais igrejas do mundo todo, com outras igrejas da América Latina”¹⁸⁰, além de redefinir suas relações com o Vaticano.

A partir do estudo de Beozzo, foi possível apreender como o Concílio acrescentou nova dinâmica à Igreja Católica brasileira, através do papel desempenhado por bispos, arcebispos e leigos. Assim como, propiciou às dioceses, também, uma nova dinâmica religiosa, social e política.

Segundo o autor, o Concílio propiciou à Igreja: quebrar a visão monolítica das posições internas da instituição, ao permitir a inserção de todo o episcopado num amplo debate; reformular suas estruturas internas; remodelar a liturgia, alterando a vinculação da igreja ocidental com o latim, nos estudos e na liturgia, fato que deslocou o eixo da missa, do celebrante para a assembleia dos fiéis e sua participação; equiparou a liturgia à eucaristia, superando o desequilíbrio que existia do sacramento em relação à palavra; retomar o diálogo com o judaísmo e as religiões não cristãs; buscar a comunhão e a unidade com as outras

¹⁷² Movimento teológico latino-americano que se utilizou de conceitos marxistas para formular seu discurso a cerca da interpretação da sua realidade e promover, a partir de uma leitura militante da Bíblia, a perspectiva histórica de libertação do “povo de Deus”. SANTANA, op. cit., p.11.

¹⁷³ As Missionárias da Caridade cresceram na Índia “alicerçadas num trabalho caritativo de cunho assistencialista objetivando atender os mais pobres dentre os pobres de Calcutá”, aqueles considerados “intocáveis” ou “impuros” que segundo a religião hindu não pertencem a nenhuma casta. SANTANA, Op. cit., p.11.

¹⁷⁴ Ibidem. p.44.

¹⁷⁵ “Termo italiano que João XXIII popularizou como expressão do desejo de que a Igreja saísse atualizada do Vaticano II”. Disponível em: < <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>.

¹⁷⁶ SANTANA, Op. cit., p. 58.

¹⁷⁷ NASCIMENTO, Rafael C. **Imagens da Libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)**. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Naturais. UFES. Vitória, 2007. p. 37-44.

¹⁷⁸ NASCIMENTO, R. C. op. cit., p.39.

¹⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)**. São Paulo, 2001. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

¹⁸⁰ Ibid., p.28-29.

Igrejas Cristãs e com “todos os homens de boa vontade” e reformular as relações da Igreja com o mundo¹⁸¹.

Beozzo afirma que o Concílio proporcionou ao episcopado brasileiro: uma experiência peculiar “a partir da vivência a cerca da diversidade de línguas, culturas, raças, ritos e costumes, correntes teológicas e eclesiológicas frequentemente conflitantes, em ação no interior da Igreja Católica”¹⁸²; “emergir como sujeitos e atores na cena conciliar como responsáveis primeiros e porta-vozes de suas próprias Igrejas”, isto é, permitiu às Igrejas particulares terem mais autonomia em relação à Cúria Romana. Assim como permitiu, a partir de uma nova identidade e de uma visão comum para o conjunto da Igreja, a produção do Plano Pastoral de Conjunto (PPC). O PPC foi aprovado no final da quarta sessão do Concílio e orientou as linhas de ação pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil¹⁸³ (CNBB).¹⁸⁴ Voltaremos a falar do PPC adiante.

Por outro lado, as mudanças acenadas no Concílio não foram empreendidas sem conflitos. Foram produzidos resultados que contrastaram com as expectativas dos *padres conciliares*. No que tange a aplicação das diretrizes conciliares, houve um distanciamento e um descompasso de perspectivas entre aqueles que participaram do Concílio e aqueles que permaneceram em suas paróquias e dioceses, gerando impasses dentro da instituição. Nesse sentido, as palavras de Beozzo são esclarecedoras:

“O Concílio abriu um perigoso hiato entre a experiência vivida pelos bispos, experiência singular tanto na aula conciliar como nos debates fora da Basílica de São Pedro e na convivência na *Domus Mariae* e o restante da Igreja do Brasil, fiéis, religiosas/religiosos, padres, laicato organizado que não viveram a mesma experiência e nem protagonizaram o Concílio. O hiato afetou de modo mais visível e dramático o corpo clerical, formados nos moldes da igreja tridentina e chamado a atuar nos novos quadros mentais e institucionais do Vaticano II e a promover as reformas decididas pelo Concílio.

O Concílio acelerou a mudança do corpo episcopal [...] mas não tinha condições de impor o mesmo ritmo de mutações no conjunto do corpo eclesial. Focos de resistência no interior do episcopado, dos teólogos mais tradicionais e de importantes parcelas da opinião pública em determinados países, contrastaram com a entusiasta recepção da reforma conciliar por setores majoritários do catolicismo.”¹⁸⁵

O trecho acima nos mostra que os anseios dos bispos não contagiaram da mesma forma a base da Igreja. De acordo com Beozzo, o grupo mais afetado foi o dos padres, porque se viram diante de práticas eclesiais distintas daquelas aprendidas no seminário, organizado nos moldes da igreja tridentina, e sobre as quais não decidiram. O termo tridentino se refere ao Concílio de Trento (1545-1563). No Brasil, por exemplo, a formação dos padres obedecia às determinações deste Concílio. De acordo com Serbin, o seminário tridentino representou a padronização da formação clerical, que “ênfatizava a ortodoxia doutrinária, a obediência hierárquica e o rigor intelectual e espiritual. A disciplina governava o sistema, e o celibato era seu ideal.”¹⁸⁶ Esse modelo de formação clerical, qualificada de “romanização” por Kenneth

¹⁸¹ BEOZZO, J. O. Op. cit. p.33-34.

¹⁸² Ibid., p.34.

¹⁸³ Criada em 14 de outubro de 1952, congregava 115 dioceses ou prelazias. Seus delegados, cardeais e arcebispos “falavam em nome de 20 províncias eclesásticas do país”. BEOZZO, J. O. Op. cit., p.33.

¹⁸⁴ Ibid., p.35.

¹⁸⁵ Ibid., p.36.

¹⁸⁶ SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 2008. p.78.

Serbin, vigorou no Brasil de 1840 a 1962. Tais práticas não foram substituídas de maneira uniforme e tranquila nas dioceses do Brasil após o Vaticano II.

Para Assis, o Vaticano II representou uma “mudança drástica” na vida dos católicos no mundo inteiro, gerando sentimentos de medo, incerteza e insegurança quanto ao futuro da instituição. O relato a seguir ilustra como as mudanças foram recebidas na base. Em entrevista a este autor, D. Vera, de 71 anos, comentou que

“era tudo muito confuso, em um instante, a missa era em latim, com o padre virado de costas para o povo, enquanto eles [os fiéis] rezavam o terço [...] em outro instante, os padres tiravam a batina, rezavam a missa em português, comentava-se até que os padres agora podiam casar”.¹⁸⁷

Mesmo diante do quadro acima, o Concílio contribuiu de forma positiva para a organização da Igreja do Brasil. A possibilidade aberta pelo Concílio de adaptação do trabalho pastoral às condições locais e o reconhecimento da responsabilidade dos bispos como porta-vozes de suas dioceses permitiu certa autonomia às Igrejas Particulares. Fator que, por sua vez, impulsiona o episcopado brasileiro, através da CNBB, a traçar ações comuns de âmbito nacional, através da produção do Plano Pastoral de Conjunto (PPC). Segundo Beozzo, o PPC destinava-se “a colocar em prática em cada diocese e em cada aspecto da vida da igreja, as grandes intuições e decisões do Concílio” de modo que fosse possível flexibilizá-lo e adaptá-lo a qualquer região e a qualquer diocese¹⁸⁸. A identidade do episcopado brasileiro conformada durante a convivência conciliar e a visão de conjunto adquirida permitiu à Igreja do Brasil sair do Concílio com seu “plano conhecido, discutido e assumido pelo Episcopado”¹⁸⁹.

O fato de o PPC ter sido planejado durante as sessões conciliares possibilitou à igreja brasileira tomar a dianteira na aplicação do Vaticano II¹⁹⁰. Para Beozzo, essa atitude demonstrou que a CNBB “havia aceito o desafio e a tarefa de converter, em linhas de trabalho pastoral, o conjunto da caminhada e dos documentos conciliares”. E completa afirmando que ao optar pelo trabalho pastoral, em vez da discussão teórica dos documentos sob o aspecto doutrinal, proporcionou a compreensão do Concílio no Brasil e sua aplicação na maioria das dioceses¹⁹¹.

Essa mesma autonomia que possibilitou o PPC estimula a realização dos concílios regionais, caracterizados no trabalho de Nascimento como instrumentos para traçar planos de ação comuns aos episcopados de uma região ou país. Dessa forma, as orientações conciliares se direcionaram para a promoção dos direitos humanos e da justiça social, acompanhadas pela preocupação em adaptá-las à diversidade histórica de cada local¹⁹². Para Nascimento, as Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) devem ser compreendidas a partir dessa perspectiva.

A Conferência de Medellín teria, então, possibilitado reflexões em torno da Igreja no continente latino-americano que levaram a mudanças nas práticas da instituição. A própria definição do tema do encontro, “Presença da Igreja na Atual transformação da América

¹⁸⁷ ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu – RJ**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p.79

¹⁸⁸ BEOZZO, J. O. Op. cit., p.240.

¹⁸⁹ Ibid., p.241.

¹⁹⁰ Ibid., p.241.

¹⁹¹ O PPC foi aprovado na Assembleia Geral da CNBB pelo voto favorável de 114 bispos e 17 contra.

¹⁹² BEOZZO, J. O. Op. cit., p.40.

Latina”, seria consequência da redefinição da relação “Igreja-mundo”. Segundo Nascimento, “a preocupação com a mudança social e institucional fez emergir uma série de práticas pastorais e de Comunidades Eclesiais de Base”¹⁹³. Porque *ser presença* significava que a Igreja não deveria deixar de agir diante dos problemas sociais, econômicos e políticos relativos à América Latina¹⁹⁴.

Na Igreja brasileira, essa nova dinâmica se materializou na atuação de setores da instituição que se fizeram presentes nas lutas por direitos humanos e justiça social. De acordo com Nascimento, essa atuação da Igreja no Brasil contribuiu para a formação de uma dinâmica conflituosa com o Estado, num momento de repressão a qualquer forma de contestação à ditadura militar. A adesão da maioria do episcopado brasileiro à renovação trazida pelo Concílio Vaticano II e reforçada pela Conferência de Medellín, aliada à influência da Teologia da Libertação, gerou uma aproximação entre a Igreja e a política, não mais como aliada do Estado, mas como crítica do regime militar e aliada aos movimentos sociais¹⁹⁵. Desdobramentos dessa aproximação podem ser apreendidos em análises sobre as dioceses brasileiras, como a Diocese de Nova Iguaçu.

Nascimento caracteriza a Diocese de Nova Iguaçu como “conciliar” e “periférica”. “Conciliar” porque, ao se tratar de uma diocese nova, sem o peso da tradição, representava campo fértil para aplicação das orientações do Concílio Vaticano II, cuja interpretação peculiar fez surgir novas práticas católicas que expressavam a vida social local, conforme foi possível observar no primeiro capítulo deste trabalho na descrição da procissão da MU. E “periférica” porque embora não figurasse no centro de poder essa mudança a fez se destacar no cenário católico e político nacional. Esse movimento foi ocorrendo gradativamente da periferia da instituição para seu centro. Essa perspectiva considera a realidade das igrejas particulares, a autonomia dos bispos, a participação do clero, dos leigos e dos fiéis. Embora, a DNI também possa ser considerada periférica por estar situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, numa área conhecida como Baixada Fluminense, da qual falaremos adiante.

Assim, sugere este autor, a chegada de D. Adriano Hypólito e de agentes pastorais para melhor estruturar essa diocese corresponderia ao esforço da CNBB para viabilizar a aplicação das orientações conciliares, que valorizavam a renovação institucional e o processo de planejamento pastoral. O autor evidencia, nesse sentido, que quando essas orientações eram aplicadas em dioceses abertas à renovação favoreciam o fortalecimento de experiências renovadoras com o surgimento de “pastorais de base”¹⁹⁶. A forma como essa “presença” se materializou na Baixada Fluminense será percebida na seção organização da diocese sobre a qual falaremos no item 2.4. Antes disso, verificaremos alguns aspectos da relação entre a Igreja Católica e a política, no Brasil, em tempos de ditadura.

2.2 – Ditadura militar e o conflito entre Igreja Católica e Estado no Brasil

O conflito entre Igreja Católica e Estado no Brasil, ocorrido durante a ditadura e tão reivindicado pela mesma, não se deu desde o início.

A relação entre a Igreja Católica e o Estado, em especial, durante os governos autoritários, suscitou muitas pesquisas na área de Ciências Sociais nos últimos anos. Esse fato chama a atenção dos cientistas sociais porque até aquele momento a presença da Igreja na política brasileira vinculava-se ao “Estado e às classes dominantes”¹⁹⁷. Aliança essa presente

¹⁹³ NASCIMENTO, R. C. Op. cit., p.41.

¹⁹⁴ NASCIMENTO, R. C. op. cit., p. 40-41.

¹⁹⁵ NASCIMENTO, R. C. op. cit., p. 44.

¹⁹⁶ NASCIMENTO, R. C., op. cit., p.46.

¹⁹⁷ MAINWARING, S. op. cit., p.09.

desde os tempos da colonização¹⁹⁸ e que nunca deixou de existir, nem mesmo no período abordado, segundo a ótica de autores como Roberto Romano¹⁹⁹.

O governo militar modifica substancialmente a rotina da sociedade brasileira durante sua vigência. Em março de 1964, um golpe militar colocava um fim à experiência democrática brasileira e às possibilidades de uma mudança estrutural no país a partir das chamadas “reformas de base”, principalmente a reforma agrária, que orientavam as diretrizes do governo João Goulart (1961-1964). Sob a premissa de não ser determinista e de verificar a crise política que culminou na queda do governo João Goulart, Argelina Figueiredo, no texto ‘Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?’²⁰⁰, identifica alternativas possíveis que combinassem democracia e reformas sociais por meio da reconstrução das possibilidades que estavam abertas à ação política naquele contexto histórico, bem como as oportunidades perdidas na busca dos objetivos de diferentes grupos políticos. Pois de acordo com a autora

O golpe de 1964 não foi uma consequência inevitável de fatores estruturais – econômicos ou institucionais -, alguns dos quais já atuavam quando em 1961, um golpe militar foi abortado. Ao contrário, dentro dos parâmetros estabelecidos por esses dois fatores, havia uma razoável margem de escolha para os atores políticos que buscavam reformas no marco das instituições democráticas.²⁰¹

Nessa disputa venceu a vontade daqueles que apoiavam a intervenção militar. A rede da ilegalidade obteve amplo apoio de vários setores da sociedade: classe média, empresários, Igreja Católica, além de diversos setores políticos, que sob o discurso da necessidade de uma ruptura democrática para defender a própria democracia apoiou o golpe de estado acreditando que o comando do país, brevemente, estaria nas mãos dos civis. Todavia, o Estado de direito seria devolvido à população brasileira pelos “heróis revolucionários”, como os militares se autodenominaram, vinte e um anos mais tarde.

O país viveu uma ditadura que contou com cinco generais-presidentes, respectivamente: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emilio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). E a organização de uma estrutura de espionagem e de repressão que atingiu pessoas das mais variadas classes sociais.

No estudo sobre a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu através do jornal *A Folha*, Rafael Nascimento apresenta períodos que marcam diferentes formas de relação da Igreja na América Latina com o Estado.²⁰² O período compreendido entre 1972 e 1985, marca a relação da Igreja com os “Governos Autoritários”. Ainda de acordo com o mesmo autor, esse seria “um momento em que se configurou um conflito” entre Igreja e Estado, no qual a primeira “aparece como instituição capaz de resistir ao autoritarismo e atuar politicamente na defesa dos direitos humanos”.²⁰³

Voltando ao cenário ditatorial, as medidas governamentais eram impostas através de Atos Institucionais. Em 9 de abril de 1964, Arthur da Costa e Silva, que se automeiou comandante do “Exército Nacional”, assumindo, assim, o controle do “Comando Supremo da Revolução”, expediu o que mais tarde ficou conhecido como o Ato Institucional nº1 (AI-1). Este decreto previa a cassação de mandatos políticos e a suspensão de direitos constitucionais

¹⁹⁸ Sobre esse assunto ver MAINWARING (1989); SERBIN (2008).

¹⁹⁹ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo, Kairós, 1979. p.183-223.

²⁰⁰ FIGUEIREDO, A C. *Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?* In: **1964-2004: 40 anos do golpe**. RJ, FAPERJ/7Letras,2004.

²⁰¹ *Ibid.*, p.26.

²⁰² NASCIMENTO, R. C. op. cit., p.24-25.

²⁰³ *Idem.*

feitas inicialmente pelo “Comando”. Através de uma eleição indireta no Congresso Nacional, em 11 de abril, após articulação com civis que concordaram com essa diretriz, o marechal Humberto Castelo Branco foi eleito presidente. Seu mandato, porém, deveria expirar em 15 de março de 1965, quando terminaria o do presidente João Goulart, conhecido como Jango. No entanto, foi prorrogado pela Emenda Constitucional nº9, de 22 de junho de 1964, permanecendo Castelo Branco na presidência até 15 de março de 1967. Em outubro de 1965, com a promulgação do Ato Institucional nº2 (AI-2), os partidos políticos foram extintos e revogadas as eleições diretas para governadores dos estados; estabeleceram-se eleições indiretas para presidência da república; instituiu-se o bipartidarismo, constituído pelo partido do governo Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição reunida no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O AI-2 permitia ainda que o presidente fechasse o Congresso Nacional, cassasse mandatos e suspendesse direitos políticos até março de 1967, quando o AI-2 foi extinto. Não obstante, André de Souza Brito²⁰⁴ assinala, no estudo que empreende sobre o ecumenismo em tempos de ditadura, que “perdurava o clima de incerteza com relação às pretensões dos militares”.²⁰⁵ Embora o AI-2 tenha vigorado por um curto período, o bipartidarismo permaneceu até 1982, quando foram permitidas eleições diretas para governador dos estados, conjuntura de disputa essa que marca a ocorrência da MU, e que pode ter acirrado as disputas subjacentes ao conflito entre Pe. Valdir Ros e D. Adriano Hypólito.

Mesmo diante das atitudes repressivas do governo militar, ainda segundo Brito, permanecia na sociedade uma aparente legalidade misturada a um sentimento de instabilidade política.²⁰⁶ A atmosfera de conflito entre a Igreja Católica brasileira e o governo militar vai sendo gerada gradativamente.

Num primeiro momento, a Igreja Católica, através da CNBB, apresenta-se favorável à intervenção militar, argumentando que era necessário defender a ordem constitucional ameaçada pelo comunismo²⁰⁷. Ainda assim, houve “tensão e crise”²⁰⁸ nas relações com setores próximos ao antigo governo ou mais diretamente empenhados no campo social e político, como os militantes da Ação Católica²⁰⁹, dirigentes e monitores do MEB²¹⁰ e os grupos empenhados na sindicalização rural.

O fato de os bispos assumirem uma “atitude neutra”, não se manifestando publicamente contrários às ações do novo governo, repercutiu na opinião pública como um voto de confiança por parte da Igreja. No livro **Diálogos na Sombra** (2001), Serbin interpreta essa atitude como “cautelosa e esperançosa”, porque a instituição ainda nutria confiança de o regime avançar nas reformas sociais, manter a ordem e evitar o “perigo comunista”²¹¹.

A aparente legalidade e a instabilidade política foram substituídas por ações mais restritivas e objetivas delineando uma definição por parte do governo, ainda que não fosse a

²⁰⁴BRITO, A. S. **Fermento da Massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1962-1982)**. Seropédica, 2010. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

²⁰⁵ Ibid., p.117.

²⁰⁶ Ibid., p.118.

²⁰⁷NASCIMENTO, R. C. op. cit., p.25.

²⁰⁸BEOZZO, J. O. op. cit. p.123.

²⁰⁹A Ação Católica (AC) teve origem na Itália nos anos 20, durante o pontificado de Pio XI, surgindo como ideia de um movimento organizado de católicos leigos que deveria direcionar suas ações para a cristianização da sociedade. Esse movimento chegou ao Brasil em 1929 e seguia o processo de romanização do catolicismo brasileiro, ligado a setores tradicionalistas. Faziam parte da AC: JAC – Juventude Agrária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica, JIC – Juventude Independente Católica, JOC – Juventude Operária Católica e JUC – Juventude Universitária Católica.

²¹⁰ Movimento de Educação de Base.

²¹¹ SERBIN, K. op. cit., p. 104.

esperada pela sociedade. O endurecimento do regime durante o governo do presidente Artur da Costa e Silva é caracterizado pela expedição do Ato Institucional nº5 (AI-5), em dezembro de 1968, quando se fecha o Congresso Nacional, proíbe-se o *habeas corpus*, instaura-se a censura. Políticos críticos ao regime perdem seus direitos e são exilados, como exemplo, o deputado federal Márcio Moreira Alves, que participou da MU. Com efeito, agrava-se a perseguição aos movimentos sociais, às guerrilhas, ao movimento estudantil.

Mas na análise de Serbin esse momento ainda não caracterizaria um conflito institucional, porque não envolvia a cúpula da Igreja, mas levava os bispos, independente do posicionamento interno, a agirem em defesa própria e na de outras vítimas do regime. E no final dos anos 1960, alguns bispos começaram a denunciar a tortura e a violência e a criticar a política econômica do governo. A partir daí, evidencia Serbin, a Igreja construiu “um amplo perfil público e político de *voz dos que não têm voz*, praticamente a única instituição capaz de contestar a ditadura”²¹².

Aliada de primeira hora do regime militar em função principalmente de sua perspectiva “anticomunista”, a Igreja brasileira muda seu posicionamento à medida que membros da própria instituição passam a ser alvo de repressão por parte dos militares, após o AI-5. Diante dessa conjuntura as áreas de atrito com a Igreja irão aumentar, conforme aponta Beozzo. Fato que vai “empurrar a CNBB majoritariamente para a oposição ao regime e para a luta junto com outras instâncias da sociedade civil em favor da redemocratização do país”²¹³.

Além dos ataques e prisão de militantes de grupos católicos leigos e a diversos padres – como a prisão do Pe. Agostinho Pretto em 1970, assessor da JOC—, a repressão se direcionou também a membros do episcopado. D. Valdir Calheiros sofre coação em Volta Redonda, D. Aloísio Lorscheider é detido em Porto Alegre e D. Hélder Câmara é perseguido.

Mas, apesar dos conflitos entre seus membros, Igreja e Estado não protagonizam uma ruptura naquele momento. Para Serbin, o acirramento da repressão, a partir do AI-5, em 1968, seria o principal motivo da constituição da Comissão Bipartite, caracterizada por reuniões secretas entre católicos (bispos e leigos) e militares (generais), realizadas entre 1970 e 1974, com o objetivo de cessar os conflitos institucionais a partir do diálogo. A Comissão Bipartite representaria, então, a continuidade das relações entre Igreja e Estado, buscando evitar uma fissura entre as duas instituições²¹⁴.

As análises acima mostram a heterogeneidade da Igreja a partir das posições dos membros que compõem o seu “corpo místico” durante a ditadura, fato esse que dificulta uma definição mais rígida da atuação política da instituição nesse período.

É a partir de 1974 que a Igreja Católica, segundo Rafael Nascimento, aparece como a principal instituição a se opor ao governo militar. Entre 1974 e 1979 a relação entre a Igreja e o Estado tornou-se muito conflituosa pelo fato de o governo manter a repressão a membros da instituição. O autor cita os casos de maior repercussão: o assassinato do Pe. João Bosco Burnier e a repressão a D. Pedro Casaldáliga, em Goiás, no ano de 1976; a intervenção no jornal *O São Paulo* da Diocese de São Paulo, cujo bispo era D. Paulo Evaristo Arns, em 1978, e o sequestro de D. Adriano Hypólito, da Diocese de Nova Iguaçu, em 1976²¹⁵.

Órgão máximo de representação da Igreja no Brasil, a CNBB, na qualidade de corpo coletivo e na pessoa de seu presidente D. Aloísio Lorscheider, passa a fazer críticas mais abertas à ditadura, sobretudo através de seus documentos oficiais.²¹⁶ Então, a Igreja brasileira que, desde a chegada dos portugueses se caracterizara como aliada do Estado, muda seu

²¹²Ibid., p.104.

²¹³BEOZZO, J. O. op. cit., p.123.

²¹⁴SERBIN, K. op. cit., p. 35 e 413.

²¹⁵NASCIMENTO, op. cit., p.28.

²¹⁶O autor se refere aos documentos: “Eu ouvi os clamores do meu povo” (Região Nordeste) e “Não Oprimas o teu Irmão” (Região Sul).

posicionamento político, passando a criticar o governo militar e a atuar na defesa dos direitos humanos, abrigando os movimentos sociais e sindicatos²¹⁷. Na sua análise, Nascimento sugere que a

“relação conflituosa que se configurou e possibilitou a posição da Igreja Católica declaradamente contrária ao governo, ainda que defina a importância da Ditadura Militar para a mudança na Igreja não pode ser definida como a “voz” de toda a instituição”.²¹⁸

Ainda de acordo com Nascimento, a CNBB é um ator importante nesse cenário, porém, seu posicionamento crítico forjou-se da “periferia para o centro da instituição” e não a partir da cúpula. Nesse sentido, o exame das atividades e discursos das Igrejas Particulares permite a constatação da mudança na Igreja Católica.

A análise de Rafael Nascimento contribuiu neste estudo para percebermos que na Diocese de Nova Iguaçu, o posicionamento do bispo e das instâncias diocesanas em relação à ditadura não traduzem a “voz” de toda DNI. Scott Mainwaring, por sua vez, no texto em que analisa a relação entre a Diocese de Nova Iguaçu e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), mostra que se trata de uma diocese dividida, porque possui “um grande número de padres moderados e alguns padres conservadores que discordam abertamente do bispo”.²¹⁹ A nosso ver, o Pe. Valdir Ros figura entre esses sacerdotes.

Em contraponto a essa visão de mudança quase estrutural da Igreja brasileira, Roberto Romano argumenta, no livro **Brasil: Igreja contra Estado** (1979), que a Igreja Católica surge como defensora dos direitos humanos quando a repressão política excede os limites outorgados ao Estado para manutenção da ordem, dentro dos limites legais, atingindo seus quadros eclesiais. Romano reconhece no AI-5 o momento de exceção desse “limite legal”. Entretanto, como reconhece no Estado a função de mantenedor da ordem, a Igreja cria uma estratégia para lidar com essa situação adversa: estabelece uma distinção entre o Estado, “poder natural e legítimo guardião da ordem, e os órgãos encarregados desta tarefa, passíveis de condenação”²²⁰, nesse caso as Forças Armadas.

Nesse sentido, não teria ocorrido um conflito com o Estado, mas um choque com as instituições militares, encarregadas naquele momento de manter a ordem social no Brasil. O que se configurou no Brasil, de acordo com Romano, foi a aplicação por parte da Igreja de seu programa de reformas, que acreditamos se tratar das diretrizes do Concílio Vaticano II, dirigido “às massas, organizando-as comunitariamente nas bases, e procurando, sem o Estado, pregar e promover a consciência modernizadora e a expansão da pequena propriedade”, o que manteria a população no campo e, conseqüentemente, seu o controle institucional sobre esta²²¹.

Apesar de não depender do Estado, sobretudo do “Executivo Federal”, Romano afirma que a Igreja procurou colaborar com as autoridades nos níveis regionais porque reconhecia a competência estatal na aplicação das leis, principalmente aquelas que promoveriam a reforma agrária.

Ao aplicar o princípio da igualdade ao seu discurso pastoral a Igreja encontra, na visão de Romano, o argumento para pressionar os governantes a executar a reforma social. Quando a Igreja percebe que as prioridades dos governantes são outras, vê a necessidade de se

²¹⁷ NASCIMENTO, op. cit., p.29.

²¹⁸ Id., Ibid.

²¹⁹ MAINWARING, S. op. cit., p.226.

²²⁰ ROMANO, R. op. cit., p.183.

²²¹ Ibid. p.184.

reestruturar para realizar seu próprio programa. No entanto, a reforma na instituição eclesiástica é vista como condição para a reforma nas instituições sociais. Porque como estaria junto às massas, seria possível a Igreja desempenhar um “papel de ponta” na renovação social²²².

Na visão de Romano, há o reconhecimento e a aceitação por parte do episcopado brasileiro da separação dos dois poderes: religioso e político. Isso ocorreu em 1972, identificado pelo autor como “ano tenso” nas relações entre as duas instituições: Igreja e Estado. Em contrapartida, a Igreja intensificava a sua imagem como modelo da sociedade brasileira, “encarnada no povo”. Desta forma, afirma o autor, “o Estado deveria evitar opor-se a ela: isto abriria o fosso a separá-lo da Nação”²²³.

Ainda assim, Romano afirma que a Igreja continuava buscando o diálogo com as autoridades instituídas, para oferecer seus préstimos e esclarecer sobre as “reais finalidades da política eclesiástica”²²⁴. Porque a relação entre Igreja e Estado, tanto o entendimento inicial quanto a ruptura posterior, na visão da Igreja Católica, se fundaria na defesa do povo contra as injustiças sociais e a repressão. A inviabilidade de um programa de reformas em conjunto impossibilitou a continuidade da aliança política com o governo militar. Por estas razões, os bispos retiravam o apoio direto ao Estado, mesmo apoio oferecido aos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart²²⁵. A ruptura entre Igreja e Estado seria, na perspectiva de Romano,

“um choque com os governos militares, um momento do processo mais amplo de afirmação da própria Igreja na base da sociedade, pela organização popular e pela rearticulação de sua doutrina dos “corpos intermediários”. Os passos decisivos desta reconquista enquadraram-se no programa de racionalizar e centralizar o poder dentro da Igreja”.

Embora a ditadura militar tenha contribuído para uma aproximação da Igreja Católica com as classes populares e com os movimentos sociais, não consideramos esse posicionamento como uma ruptura com o Estado. Este seria antes “uma condenação aos órgãos encarregados de manter a ordem”, conforme apontou Roberto Romano.²²⁶ Portanto, a partir da análise de Romano, compreendemos que a Igreja Católica não estaria se modificando a ponto de romper com o Estado. Com efeito, era necessário romper com o governo militar para que a instituição pudesse se afirmar na sociedade moderna. Para Romano, tratou-se de uma “reconquista” que “racionalizou” e “centralizou” o poder dentro da Igreja, apesar de que, em nossa percepção, parecesse um processo descentralizador e democrático. A Igreja estaria, então, reforçando sua estrutura hierárquica e dogmática. A nosso ver, essa centralidade operou em todas as suas esferas e concepções, inclusive, na chamada “Igreja dos Pobres” ou “Igreja Progressista”. Ainda que de forma mais sutil, era acionada em momentos de crise, como ocorreu na MU. Analisaremos agora o papel da DNI na Baixada Fluminense e a atuação de D. Adriano Hypólito a partir do pressuposto acima.

Antes de prosseguirmos na análise de como a política pastoral adotada a partir do Concílio Vaticano II se desdobra na DNI num cenário de crise vocacional e de ditadura, evidenciamos algumas considerações sobre a Baixada Fluminense, região na qual a Diocese de Nova Iguaçu será estruturada.

²²²ROMANO, R. op. cit. p.185.

²²³Ibid. p.186.

²²⁴Ibid. p. 186.

²²⁵Ibid. p.187.

²²⁶Ibid.p.183.

2.3 - Contexto sociológico e geográfico da Diocese de Nova Iguaçu

Vejam agora algumas das configurações sociológicas que compõem o cenário privilegiado de nosso estudo. Uma das configurações mais amplas da região tem como referência as políticas públicas empreendidas pelo Governo do Estado através da chamada “*Secretaria da Baixada*” (Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes/SEDEBREM), a qual não obtivemos referência de data de criação, que abrange 14 municípios, respectivamente: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Magé e Guapimirim. Esses municípios, juntamente com a capital do estado, Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo formam a “região metropolitana do Rio de Janeiro” ou “Grande Rio”.²²⁷

Inicialmente cabe enfatizar que a noção de Baixada Fluminense (BF) como um todo homogêneo já foi devidamente criticada e que, por isso mesmo, remeto à conclusão de Alessandra Barreto sobre a questão de que não “há uma identidade de Baixada compartilhada na mesma proporção pelos habitantes dos 14 municípios mencionados”. Na verdade, Barreto relativiza tal noção levando em consideração os aspectos histórico, geográfico e simbólico que ajudam a constituir esse espaço:

Se uma origem nordestina é acionada muitas vezes para explicar ou conferir tal identidade [homogênea] (muitas vezes por um “discurso de fora”), há outros fatores que corroboram com sua constituição, tais como: os processos de ocupação e desenvolvimento da região; o passado rural; a dependência em relação à cidade do Rio de Janeiro; o abandono pelo poder público durante longo período, que possibilitou uma administração particular do uso da violência como legítima em alguns momentos e situações; o forte sentimento de vizinhança; [...]; o peso das relações pessoais.

A partir dessa visão relativizadora, vamos descrever a DNI mostrando, principalmente, como se constituiu e a relação desta com um conjunto de experiências sociais diversificadas, como: associação de moradores e movimentos de ocupação urbana. Esse dado é importante para compreendermos a atuação de D. Adriano posteriormente.

A Diocese de Nova Iguaçu (DNI) foi criada em 26 de março de 1960, pela bula *Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXIII, constituindo-se a partir do desmembramento das Dioceses de Barra do Pirai/Volta Redonda e de Petrópolis. Abarcou durante vinte anos os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e o distrito de Conrado que pertence ao município de Miguel Pereira. Em 1980, a Diocese de Nova Iguaçu compreendia os municípios de Nilópolis, Paracambi, Nova Iguaçu²²⁸ e o distrito de Conrado.²²⁹ Seu território foi reduzido por causa da criação das dioceses de Itaguaí e Duque de Caxias²³⁰.

Para melhor compreensão do território abarcado pela DNI trazemos um mapa que mostra sua divisão por municípios seguindo os limites político-geográficos.

²²⁷ BARRETO, A. S. **Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores.** Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewArticle/1620>>. Acessado em: 21 de novembro de 2010.

²²⁸ Belford Roxo (1990), Japeri (1990), Mesquita (2000), Queimados (1989) eram distritos de Nova Iguaçu e foram emancipados posteriormente ao nosso recorte temporal. Mas aparecem no mapa abaixo.

²²⁹ Disponível em: <<http://www.mitrani.org.br>> Acessado em: 17 de abril de 2011.

²³⁰ A Diocese de Itaguaí abarcou o município sede e Mangaratiba e a Diocese de Duque de Caxias incorporou o município de São João de Meriti.



231

Há um segundo mapa que retrata a região da Baixada Fluminense com uma concepção mais próxima a daquela adotada pela *Secretaria da Baixada/SEDEBREM*. Esta imagem nos possibilita ver como a Diocese de Nova Iguaçu ocupa uma extensão considerável deste território, abarcando municípios com alta densidade demográfica.



232

Os mapas nos permitem visualizar que durante vinte anos a DNI abrangeu praticamente metade da área reconhecida por Baixada Fluminense - dos quatorze municípios dez foram governados por D. Adriano Hypólito.

Portanto, neste estudo, a Diocese de Nova Iguaçu se confunde com Baixada Fluminense, pois uma e outra, além de se referirem quase que aos mesmos limites geográficos, assemelham-se nos aspectos históricos, simbólicos e sociais propiciando a organização da política pastoral a partir destes aspectos. Podemos, então, dizer que a Diocese de Nova Iguaçu é a Diocese da Baixada Fluminense.

Essa estreita identificação entre a instituição e a região condicionam a atuação da Igreja Católica na Baixada Fluminense. Uma região historicamente marcada por adjetivos negativos como veremos a seguir.

Durante décadas associada à imagem da violência, a Baixada Fluminense era vista como um espaço do desmando público e desprovido de lei. Os jornais impressos contribuíram para a construção dessa imagem ao fazerem reportagens que associavam a violência à região²³³. Além desse fator, o aspecto de escassez era visível: falta de saneamento, de escolas, de pavimentação. As construções inacabadas denunciavam a desigualdade social. Nesse imaginário midiático não cabiam movimentos sociais, notícias de lazer e cultura, discussões políticas acerca de leis, emancipações, produção intelectual, composições musicais etc. Este

²³¹ Disponível em: <<http://www.mitrani.org.br>>. Acessado em: 14 de abril de 2011.

²³² Disponível em: <<http://www.forumculturalbfluminense.org.br/municipios.html>>. Acessado em: 14 de abril de 2011.

²³³ ENNE, Ana Lucia. **Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações**. Ciberlegenda, nº 14, 2004. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>>. Acessado em: 06 de fevereiro de 2012.

silêncio da mídia reforçava um imaginário negativo da região, principalmente para aqueles que apenas “ouviam falar” dela. Isso ocorreu também com D. Adriano.

De fato, as primeiras informações recebidas por D. Adriano sobre a Baixada Fluminense, ainda como estudante, não eram diferentes das descritas acima. Na breve biografia do religioso, publicada no livro de comemorações do Jubileu de Ouro da Diocese, esse fato é narrado com clareza. No Colégio Seráfico de São Luis de Tolosa, no Paraná, onde completou seus estudos, ouvira de vários professores que haviam feito algum estágio pastoral nas paróquias dos franciscanos da região, que esta era “terra de violência”, “de miséria”, “terra de macumba” e de muita “corrupção política”.²³⁴

O mesmo tom negativo em relação à Baixada foi repetido anos depois quando D. Adriano recebeu a notícia de sua nomeação. Ainda na mesma breve biografia, são relatadas as lembranças do momento em que o futuro bispo recebe o comunicado de sua indicação para a Diocese de Nova Iguaçu:

“Quando chegaram os telegramas e as cartas, quando escutava os amigos e confrades, predominavam em todos as lamentações por essa nomeação”, [...] “Todos os votos de parabéns vinham misturados aos pêsames”. Também aí não me deixei impressionar. Meu otimismo preferia esperar, antes de julgar. Sei que vou ser feliz com o povo da Baixada.²³⁵

Por sua vez, o “perfil” do religioso escrito pelo jornalista Audálio Dantas, publicado na revista *Playboy*, em outubro de 1978, aponta para o mesmo imaginário negativo da região, além de recomendações não muito empolgantes para o recém-nomeado bispo:

Quando, há doze anos, dom Adriano foi designado bispo de Nova Iguaçu, muitos amigos o advertiram: “Prepare-se para enfrentar a diocese mais difícil do Brasil”. Hoje, vivendo e sofrendo o drama da região, convivendo no dia-a-dia com a miséria e a violência, dom Adriano concorda que o quadro pintado não carregava nas tintas. Era um quadro verdadeiro. Por isso, um desafio. Em seu trabalho pastoral, dom Adriano contraria os interesses de todos os que, de uma ou de outra forma, vivem da miséria e praticam a violência na Baixada.²³⁶

Ora, percebemos que esse imaginário foi, pelo menos em parte, incorporado por D. Adriano; contudo a experiência do prelado levou-o a ampliar seu olhar, pois, ao conhecer a realidade, ele revelou ter nos moradores da Baixada Fluminense características positivas: “povo trabalhador”, “humilde”, “ordeiro” e “religioso, que vê na Igreja um sinal de esperança”.²³⁷ Região constituída de população migrante vinda, sobretudo, do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e norte fluminense; desordem demográfica; diversidade cultural e religiosidade pungente. Em 1972, quando concede uma entrevista a *Revista Santo Antônio* por ocasião do trigésimo aniversário do Colégio de Ipuarana, na Paraíba, o bispo revela com entusiasmo que ali “há vida explodindo em todas as direções”.²³⁸

Ao que parece, o religioso se encanta com a vitalidade da região e passa a viver intensamente o cotidiano da Baixada. A nosso ver, D. Adriano encontra na Baixada um campo fértil para colocar em prática as orientações conciliares, particularmente, o compromisso selado entre os participantes do grupo surgido no Concílio identificado como

²³⁴ **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de Missão 1960-2010.** Nova Iguaçu, 2010. p.35

²³⁵ Idem.

²³⁶ DANTAS, Audálio. A Ira de Deus na terra da violência. **Revista Playboy**, São Paulo, outubro de 1978.

²³⁷ **Boletim Diocesano.** Nova Iguaçu, n. 162-163, 1982.p.02.

²³⁸ **Revista Santo Antônio**, Ipuarana, Ano 30, Julho de 1972, nº2.

“Igreja dos Pobres”²³⁹. Tal grupo, que se reunia no Colégio Belga, chegou a agregar 39 bispos que, ao final da quarta sessão conciliar, em 1965, participaram de uma “concelebração” na Catacumba de Santa Domitila, e selaram um compromisso com a pobreza e o serviço aos pobres conhecido como “Pacto das Catacumbas”²⁴⁰.

As entrevistas nos permitiram perceber que nas falas de D. Adriano a sua diocese é a sua Baixada. Na visão do religioso, Diocese de Nova Iguaçu e “Baixada” são sinônimos porque são usados no mesmo contexto semântico de “atuação pastoral”. A divisão territorial burocrática, hoje usual, deve ser relativizada para entendermos o contexto histórico, político e religioso de sua atuação como Pastor.

2.4 - Contexto histórico e religioso da Diocese de Nova Iguaçu.

O fato de a MU apresentar características de um ritual político a ponto de uma jornalista afirmar que *mais parecia um comício*²⁴¹ sinaliza que as esferas religiosas e políticas estavam em permanente diálogo na Diocese de Nova Iguaçu e até mesmo se confundindo em certos momentos. Os limites entre as duas esferas são tão tênues que se misturam como uma obra impressionista no quadro pintado sobre esse *evento crítico*.

Através da descrição da MU tomamos conhecimento de uma disputa hierárquica na diocese envolvendo o Pe. Valdir Ros (“tradicionalista”, de acordo com alguns jornais), e o bispo D. Adriano Hypólito (identificado como “progressista”). A conformação que o ritual tomou e a maneira como D. Adriano Hypólito o preside mostram a tensão que tomava conta do universo católico e da sociedade naquele momento de abertura política. Segundo os jornais, o Padre Valdir se referia a D. Adriano como “comunista”, adotando o mesmo discurso dos militares sobre o prelado. D. Adriano, por seu turno, justifica a ação do clérigo como fruto de doença mental. De acordo com o bispo, Pe. Valdir seria “esquizofrênico”. Para compreendermos porque o conflito, a princípio religioso, desliza para um conflito político e porque a MU se caracteriza como um ritual de *reforço* da hierarquia católica abordaremos o processo de organização da diocese: como se forja a chamada *linha diocesana* (política pastoral implementada pela diocese) durante as décadas de 1960 e 1970 e as alianças políticas estabelecidas entre a igreja e setores da sociedade iguaçuana. Nosso objetivo, ao traçar uma história da diocese é perceber elementos que contribuíram para a compreensão da “*Guerra do Riachão*”²⁴².

2.4.1 - Processo de organização da Diocese de Nova Iguaçu

Desde sua criação, em 1960, até a chegada do terceiro bispo, 1966, administraram a Diocese de Nova Iguaçu dois bispos e dois administradores apostólicos. O primeiro bispo foi D. Walmor Battú Wichrouski que ali permaneceu por um ano (1960-1961). O segundo bispo, D. Honoratto Piazzera (1961-1966), que antes fora administrador apostólico, permaneceu quase cinco anos. Ainda em 1966, D. José Gonçalves da Costa, então secretário geral da CNBB, administrou apostolicamente a diocese. O terceiro bispo foi D. Adriano Hypólito, que governou quase trinta anos (1966-1994). Após a resignação oficial de D. Adriano, dois outros bispos assumiram a Sé de Nova Iguaçu: D. Werner Siebenbrock (1995-2002) e D. Luciano Bergamin (2002- atualmente).

²³⁹BEOZZO, J. O. op. cit. p.158.

²⁴⁰Ibidem.

²⁴¹FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4.

²⁴²**O Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 1982.

D. Adriano Hypólito, um bispo relativamente jovem, com 48 anos de idade, disposto a enfrentar o desafio de *aggiornar* a Igreja Católica na Baixada Fluminense, ou seja, fazer essa igreja “presente” na região, principalmente para os “pobres”, o “Povo”. Sua formação como franciscano e bispo conciliar atendia às necessidades da Igreja brasileira num momento de abertura institucional à modernidade.

Estruturar uma diocese demanda tempo: é necessário agregar um “corpo místico” religioso, com padres e freiras, construir e organizar templos. Enfim, definir uma série de ações para que a Igreja Particular funcione e consiga cumprir o objetivo de anunciar a “salvação aos homens e mulheres”. E foi essa a tarefa prioritária dos primeiros líderes. O primeiro bispo, D. Walmor, em um ano de episcopado instalou e organizou a infraestrutura da diocese, agregando um corpo religioso e construindo templos.²⁴³ Em sua breve gestão, agrega 34 sacerdotes e constrói 4 igrejas²⁴⁴. O segundo bispo, D. Honorato, continua a tarefa e, em 1966, já há um corpo religioso formado por 65 padres e 11 igrejas. Também já havia sido celebrada na diocese, em 1966, a primeira missa em português com o padre virado para os fiéis, conforme nos informa Gabriel do Nascimento Silva, cujo trabalho objetiva compreender o projeto de evangelização que envolveu a criação da Diocese de Nova Iguaçu durante a década de 1960.²⁴⁵

Ao chegar à Nova Iguaçu, em novembro de 1966, dois anos após do golpe militar, D. Adriano encontra uma diocese em estruturação, ainda necessitando ampliar seu corpo religioso e o número de templos para atender a população da Baixada Fluminense. Além da organização eclesial, D. Adriano, como pastor, precisa planejar ações que consigam expandir a mensagem de Jesus Cristo, dar assistência aos fiéis e congregar novos cristãos para sua diocese. Ao mesmo tempo em que havia o desafio de organização, tratava-se de uma diocese onde novas práticas poderiam ser experimentadas. É importante lembrar, ainda, que um dos compromissos do bispo é por em prática as orientações conciliares através da construção do plano pastoral a partir da realidade local. De acordo com Rafael Nascimento, o “Plano Pastoral” foi construído a partir de pesquisas realizadas pela própria diocese para montagem de seus projetos.²⁴⁶ Com base neste plano, produzido em 1968, a Igreja “reconhece sua ineficiência” em ser “presença” para uma parte dos fiéis. Isso significa, de acordo com D. Adriano, que numa área complexa como a Baixada Fluminense, “não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento* deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo”.²⁴⁷

Uma de suas primeiras ações no sentido de organizar a diocese, ainda em 1966, foi a criação do Conselho Presbiteral, reunião de padres que ocupam cargos de coordenação juntamente com o bispo. Dois anos depois, D. Adriano, substitui a forma de preenchimento dos cargos diocesanos, que passam de nomeação do bispo para eleições diretas, pelo voto do clero.²⁴⁸

Enquanto o ano de 1968 marca a conjuntura política brasileira por ações do governo que cerceiam as liberdades individuais e coletivas, na Igreja de Nova Iguaçu são experimentadas ações mais participativas, como: voto direto para eleição dos conselhos e a

²⁴³ Entrevista de Adriano Hypólito concedida à **Revista Santo Antônio**, Ipuarana, Ano 30, Julho de 1972, nº2. Revista do Colégio Seráfico de Ipuarana, seminário franciscano onde D. Adriano Hypólito foi professor durante 18 anos.

²⁴⁴ SILVA, Gabriel do Nascimento. **Em busca do povo prometido: corpo e alma na construção da Diocese de Nova Iguaçu**. Monografia apresentada para conclusão de graduação Instituto Multidisciplinar/UFRRJ. Nova Iguaçu, 2011. p.33 e 34.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ NASCIMENTO, R. C. op. cit., p.47.

²⁴⁷ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu – 1968. Apud NASCIMENTO, R. C. op. cit., p. 48.

²⁴⁸ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O povo de Deus assume a caminhada**. Petrópolis, Vozes, 1983. P.59.

realização da I Assembleia Diocesana²⁴⁹, cuja votação elegeu as Comunidades Eclesiais de Base/CEBs; a criação do Movimento de Integração Comunitária/MIC²⁵⁰ (com o objetivo de organizar os católicos para a obtenção de melhores serviços urbanos). A Igreja começou a criar nas CEBs grupos comunitários, como: círculos bíblicos, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo – que discutiam a fé e a realidade social. De acordo com Mainwaring, as CEBs foram praticamente as únicas organizações populares a promoverem perspectivas políticas críticas durante os anos de maior repressão, 1968-1974²⁵¹. Segundo o autor, D. Adriano incentivaria as mudanças que levariam a Igreja de Nova Iguaçu a uma estreita identificação com as classes populares, como verificaremos adiante na seção sobre a relação da diocese com os movimentos sociais²⁵².

A DNI foi organizada da seguinte forma: as CEBs são geridas por um conselho comunitário e respondem a uma paróquia; as paróquias agregam os representantes de cada CEB no Conselho Paroquial, que por sua vez, se interligam por conselhos regionais, que têm caráter representativo e deliberativo. Mas cada pároco responde e segue as normas da Catedral e do bispo. Essa organização insere os participantes numa rede de relações e mantém laços de reciprocidade “através de instrumentos criados com o objetivo de manter sua dinâmica funcionando”²⁵³, como o Boletim Paroquial, o Boletim Diocesano e as constantes reuniões e eventos entre suas igrejas.

Mas o bom funcionamento desta estrutura pressupõe um “corpo místico” que a oriente. Logo, era necessário incentivar as vocações através da integração de pessoas dispostas a trabalhar nesse sentido. O acolhimento do Padre Valdir Ros, em 1968, insere-se nesse contexto. A questão das vocações requer constante atenção da hierarquia católica. D. Adriano Hypólito, ao mesmo tempo em que organiza e estrutura a diocese, cria estratégias para solucionar problemas, como por exemplo, a falta de padres.

D. Adriano pensa em alternativas para suprir as necessidades de sua diocese nessa esfera, estimulando iniciativas distintas. Uma delas foi aumentar a participação das mulheres na estrutura hierárquica. Em 1970, as Irmãs da Santa Cruz tomam posse da paróquia do Tinguá. De acordo com Sônia Silva²⁵⁴ essa é uma experiência inovadora, porque as religiosas assumiram totalmente a coordenação do trabalho pastoral como regentes de paróquia, função até então desenvolvida por padres. Ao que tudo indica as mulheres foram ocupando outras paróquias na diocese, porque em 1971 ocorre o II Encontro Diocesano de Religiosas Regentes de Paróquias²⁵⁵. Ainda sobre a participação de mulheres na diocese, Artur Messias, em entrevista a mim concedida, aborda a participação de leigas no rito da eucaristia. Segundo ele, D. Adriano, seguindo orientação do CVII, permitiu que mulheres se tornassem auxiliares de eucaristia. Na perspectiva do entrevistado, D. Adriano tomou essa atitude “reconhecendo o papel da mulher na Igreja brasileira e, principalmente, reconhecendo o papel da mulher nas comunidades de base aqui na Diocese de Nova Iguaçu”²⁵⁶.

²⁴⁹ Na Assembleia Diocesana participam delegados que representam suas pastorais ou paróquias, estes por sua vez, são eleitos em suas bases.

²⁵⁰ Essa iniciativa foi interrompida pelo Estado em 1970, conforme afirma Mainwaring. Porém não há mais informações sobre esse fato.

²⁵¹ MAINWARING, S. op. cit., p.212.

²⁵² MAINWARING, Scott. A Igreja e o movimento popular: Nova Iguaçu, 1974-1985. In: _____. **Igreja Católica e política no Brasil** (1916-1985). SP, Brasiliense, 2004. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1989. cap. 8, p.208-231.

²⁵³ MENDES, V.L.P.C. op. cit., p.80.

²⁵⁴ SILVA, Sônia Ambrozino. **Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, UFF, 2007.p.18

²⁵⁵ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus assume a caminhada**. Petrópolis, Idac/Vozes, 1983. P.63.

²⁵⁶ Entrevista de Artur Messias concedida a autora em 29 de janeiro de 2011.

Desde fins da década de 1950, a igreja brasileira passava por uma “crise de vocações”, no que dizia respeito tanto a padres que abandonavam o sacerdócio quanto à evasão de seminaristas. No seminário de Viamão, no Rio Grande do Sul, por exemplo, cem seminaristas abandonam a instituição, em 1968, após intenso protesto e contestação da autoridade dos bispos²⁵⁷. Na DNI, D. Adriano cria estratégias para suprir a falta de padres e prestar a assistência espiritual necessária ao seu “rebanho”. Uma das iniciativas, nesse sentido, foi apoiar padres dispostos a formar novos religiosos. Ainda em 1968, a chegada do Padre Valdir Ros reflete esse esforço. Este sacerdote era catarinense, formado no Seminário Maior de Viamão, em 1965²⁵⁸, o mesmo Seminário citado acima. Kenneth Serbin faz uma análise desta instituição no livro **Padres, Celibato e Conflito Social** (2008), da qual nos utilizamos para produzir o relato a seguir, que contribui para entendermos a formação do Pe. Valdir e o contexto da crise de vocações.

O Seminário, chamado Nossa Senhora da Conceição, foi inaugurado em 1954, em Viamão, subúrbio de Porto Alegre. Era o terceiro maior do mundo e um dos melhores do país. De acordo com Serbin, entre fins dos anos 1950 e início da década seguinte, Viamão devotou-se ao “regime tridentino”. Em 1957, os seminaristas de Viamão começam a se organizar enquanto corpo para fazer reivindicações e lutar por um novo perfil de sacerdócio, organizando um movimento de seminaristas com ambições de atingir seminários em todo país e constituir um sindicato de seminaristas²⁵⁹. Serbin afirma que “em 1964, os seminários ainda operavam com base na estrutura tridentina”²⁶⁰ e os reitores reafirmavam sua autoridade porque o Concílio Vaticano II ratificou a existência de uma hierarquia eclesiástica. Autoridade essa que D. Ivo Lorscheiter fez sentir, enquanto reitor do Seminário, quando proibiu a circulação do periódico *O Seminário*, porque membros do episcopado não estavam de acordo com o seu conteúdo²⁶¹. Esta instituição foi palco de episódios interessantes do movimento de seminaristas que se intensificou no Brasil ao longo da década de 1960 e contribuiu para a reforma ocorrida posteriormente nos seminários.

Não temos relatos da participação de Ros nesse movimento, mas ele certamente o conhecia, porque era seminarista em Viamão nesse período. A nosso ver, o fato do Pe. Valdir ter estudado neste Seminário provavelmente contribuiu de forma positiva para que D. Adriano o aceitasse em sua diocese e investisse no seu projeto vocacional. De acordo com Serbin, a região sul fornecia os principais líderes da “Igreja dos Pobres”, como os cardeais D. Aloísio Lorscheider, D. Paulo Evaristo Arns e D. Ivo Lorscheiter – que fora professor e reitor do Seminário de Viamão durante a formação de Ros –, personalidades eclesiásticas que tiveram importante papel nas relações entre Igreja e Estado, sobretudo durante o regime militar²⁶².

Pe. Ros chega a DNI acompanhado de um grupo de jovens a quem pretendia formar para serem missionários. Junto com o religioso e os jovens, também chega a ideia de formar uma instituição voltada para a formação religiosa de homens e mulheres, o IEM, sobre o qual nos referimos superficialmente no primeiro capítulo.

2.4.1.1 - O Instituto Estrela Missionária/IEM

De acordo com o livro **Abaixo o Muro da Vergonha** de autoria do Pe. Valdir Ros, em 1977 o Instituto Estrela Missionária/IEM foi erigido por D. Adriano Hypólito como Pia

²⁵⁷ SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 2008. p.155.

²⁵⁸ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

²⁵⁹ SERBIN, Kenneth. (2008) op. cit., p.166 e 175.

²⁶⁰ *Ibid.* p. 173.

²⁶¹ *Ibid.* p. 173.

²⁶² *Idem. Ibidem.*

Associação, iniciativa apoiada pelos representantes da CNBB, o Cardeal D. Aloísio Lorscheider (Presidente), por D. Ivo Lorscheiter (Secretário Geral) e por D. Moacir Grecchi, presentes na cerimônia de criação do mesmo. Seus objetivos principais eram: “animação missionária do povo cristão; formação de missionários e atividade missionária entre não cristãos”.²⁶³ Conforme apontamos no primeiro capítulo, Pe. Valdir tinha grandes ambições para instituição. Desejava constituir uma “Congregação Missionária Brasileira”, o que a nosso ver corresponderia a uma ordem religiosa, como os franciscanos e os jesuítas. Nessas organizações religiosas o superior geral tem *status* semelhante ao dos bispos²⁶⁴.

O IEM foi definido pelo Pe. Ros como um “instituto missionário”, de “perfeição evangélica” e, também, como um “órgão do Corpo Místico de Cristo, a Igreja”. O sacerdote apresenta três objetivos da instituição: a busca da santificação; a evangelização universal e a busca do cristianismo em plenitude. E completa: “é um organismo inteiramente a serviço de Maria, a Rainha das Missões”²⁶⁵.

Sobre o cotidiano do Seminário temos poucas informações. No decorrer da pesquisa pudemos conhecer alguns religiosos que contribuíam na formação dos seminaristas. Pe. Ros refere-se ao Pe. Antônio Laranjeiras, membro do clero iguaçuano e professor no Seminário do IEM, onde lecionava português e teodiceia, posteriormente também entra em conflito com o Pe. Ros porque se torna vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Belford Roxo²⁶⁶. O orientador espiritual era D. Hermínio Malzone Hugo²⁶⁷, bispo resignatário de Governador Valadares, que renunciou ao bispado em 1977, após vinte anos de governo²⁶⁸. D. Hermínio foi acolhido na DNI por D. Adriano – de acordo com as fontes permaneceu na diocese por aproximadamente dois anos, embora as mesmas não ofereçam maiores informações sobre sua estadia. Também o próprio D. Adriano Hypólito visitava o Seminário e proferia palestras aos estudantes²⁶⁹.

O prédio que abrigou o IEM, localizado no bairro do Riachão, foi construído com a ajuda de religiosos de peso no cenário católico. Pe. Ros relatou que D. Ivo Lorscheiter, então Secretário Geral da CNBB, viabilizou “apoio integral” para construção do seminário, assim como D. Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, e o Papa Paulo VI, todos citados como benfeitores do IEM. Como estava localizado numa área em processo de expansão econômica, como a Baixada Fluminense, numa diocese muito extensa, acreditava-se que o IEM pudesse agregar jovens dispostos a seguir a vida religiosa. O Pe. Ros comenta que religiosos ligados ao Vaticano, como bispos e cardeais, frequentemente visitavam a instituição.²⁷⁰

Em 1979, D. Adriano ordenou o primeiro sacerdote formado pelo IEM, o Pe. Ari Antunes. De acordo com o Pe. Valdir, até 1982, a instituição havia ordenado 12 padres.²⁷¹ Ainda segundo o mesmo autor, no começo da década de 1980, estudavam no IEM 50 alunos entre brasileiros e estrangeiros provenientes de países como: Paraguai, Argentina, Uruguai, Costa Rica e Cabo Verde.²⁷²

Em 1979, seria erigido o ramo feminino do IEM, identificado como Instituto das Irmãs da Estrela Missionária/IIEM, nos mesmos moldes do masculino. Entretanto, ao se

²⁶³ROS, Valdir. **Abaixo o “Muro da Vergonha”**. Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária, 1983.p.35.

²⁶⁴BEOZZO, J. O. op. cit., p.41.

²⁶⁵ROS, P. Valdir. **Abaixo Muro da Vergonha**. Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária,1983. p.21

²⁶⁶ROS, V. op. cit., p.46.

²⁶⁷Ibid., p.72.

²⁶⁸*Folha da Boa Nova*, Governador Valadares, 2006. Consultei uma edição comemorativa pelos 50 Anos de fundação da Diocese de Governador Valadares.

²⁶⁹ROS, V. op. cit., p.21.

²⁷⁰Ibid., p.22.

²⁷¹Ibid., p.21.

²⁷²Ibid., p.22.

desencadear o conflito entre o Pe. Valdir Ros e D. Adriano Hypólito, o bispo não procede à criação do IEM e nem autoriza a instalação do seminário, numa casa em Belford Roxo doada ao IEM pelo Pe. José Beste. Mesmo assim, Pe. Ros relata a existência de irmãs sob sua responsabilidade²⁷³.

As divergências começam quando, no mês de junho de 1979, o Pe. José Beste, antigo vigário da Paróquia de Belford Roxo, doa a casa paroquial para o IEM, e retorna para a Alemanha, sua terra natal. Pe. Ros relata em seu livro que antes de ir embora o Pe. Beste pediu a D. Adriano que entregasse a paróquia aos cuidados pastorais do IEM. Mas o bispo nomeia o Pe. Antônio Laranjeiras como novo vigário. Posteriormente começam as negociações para que a casa, que foi ocupada por Johanna Schmid, leiga alemã a serviço do Instituto (evidenciada nas fotografias nº 13 e 14 no primeiro capítulo), voltasse a funcionar como casa paroquial. Todavia, as partes não chegaram a um consenso²⁷⁴.

Diante do impasse, o bispo convoca o Pe. Ros e o Pe. Fernando Gomes de Melo, em junho de 1980 para uma reunião na residência episcopal e “após longo debate”, relata Ros, D. Adriano faz “três exigências” para que o IEM continuasse na DNI. A primeira seria “que o IEM lhe vendesse a casa de Belford Roxo”; a segunda “que cedesse o Pe. Ari Antunes para a Diocese” e a terceira “que o IEM assumisse plenamente a Linha Pastoral Diocesana”²⁷⁵.

Logo após a reunião com D. Adriano, Pe. Ros procurou D. Ivo Lorscheiter para conversar sobre as exigências feitas. D. Ivo o aconselha a expor a situação ao Núncio Apostólico. D. Ivo, por sua vez, procura D. Adriano para conversar sobre esta questão.

No mês de julho do mesmo ano, Pe. Ros envia uma carta ao Núncio Apostólico D. Carmine Rocco, na qual diz que não pode concordar com as exigências de D. Adriano e argumenta: que recebeu a doação da casa sob a condição de que a mesma não fosse doada nem vendida; que se o IEM cedesse os padres ao Bispo deixaria de ser um instituto missionário, mas que se propunha a contribuir com a diocese continuando o atendimento pastoral das quatro paróquias e conclui dizendo que não poderia aceitar uma absorção do Instituto pela Diocese. Seguiria as orientações da Igreja Universal e da Igreja Particular desde que estas estejam em consonância com a primeira porque “defendemos a nossa liberdade de filhos de Deus de não aceitar orientações em desacordo com a fé ou com a orientação com a Cátedra de Pedro”²⁷⁶.

Os argumentos expostos acima indicavam que uma resolução pacífica estava distante. Como no primeiro capítulo apresentamos um histórico do conflito, não cabe repeti-lo agora. Interessa-nos analisar as estratégias de cada religioso para resolver o impasse. Por que não houve acordo entre Pe. Ros e D. Adriano Hypólito?

Para compreendermos a questão, um aspecto importante é perceber o significado do IEM para cada um dos religiosos. O IEM era visto por D. Adriano Hypólito como o seminário que formaria os padres diocesanos. O bispo queria garantir a reprodução do “corpo místico” para servir a sua diocese e assim manter os fiéis. É importante evidenciar que o campo religioso brasileiro estava se modificando. André Brito mostra no seu trabalho que Igreja Católica não era mais hegemônica entre os brasileiros, havia um rápido crescimento das “seitas pentecostais” e de religiões de matriz afro-brasileira, como a Umbanda.²⁷⁷

Pe. Valdir, por seu turno, queria que o instituto se tornasse uma espécie de “ordem”, porque nesse tipo de organização há uma autonomia em relação à diocese onde a mesma estiver sediada. Embora o IEM fosse uma Pia Associação, subordinada diretamente ao bispo diocesano, o Pe. Valdir gozava de autonomia para administrá-lo. Contudo, quando percebe

²⁷³Ibid., p.40.

²⁷⁴Ibid., p.9-10.

²⁷⁵Ibid., p.34.

²⁷⁶Ibid., p.36.

²⁷⁷BRITO, A. op. cit., p. 146-148.

que essa autonomia não existe efetivamente porque é um padre que pertence ao clero iguaçuano e deve obediência ao bispo, busca estratégias para torná-la efetiva.

A estratégia de Pe. Ros foi procurar os “protetores” do IEM e expor a situação no cenário católico brasileiro. O que colocou D. Adriano numa situação delicada diante de seus pares, porque poderia abrir precedente para uma intervenção de outra esfera hierárquica na diocese. Isto porque a argumentação do padre sugeria que estava havendo uma perseguição a ele por parte do bispo. O sacerdote, então, foi orientado por D. Eduardo Pironio, Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos do Vaticano, a abrir uma casa do Instituto em outra diocese e com a recomendação do novo bispo, da CNBB e da Nunciatura, abrir um processo para elevar o IEM a Instituto de Direito Pontifício; nessa condição a instituição ficaria subordinada apenas a Santa Sé e o Pe. Ros como fundador e superior geral teria *status* de bispo. O sacerdote também tentou mobilizar a seu favor a opinião pública, publicando textos nos jornais locais propagando a sua versão sobre o conflito.

D. Adriano, por outro lado, recorre à hierarquia eclesial na sua condição de bispo, mas não expulsa o Pe. Ros, nem o IEM da diocese. Em janeiro de 1981, uma carta assinada pelos membros do Conselho Presbiteral e do Conselho Diocesano foi enviada a todos os bispos do Brasil, e de outros países, expondo a versão da Diocese. Na carta, os conselheiros argumentavam: que as atitudes do Pe. Valdir e de D. Johanna Schmid fomentavam o escândalo; que o IEM estava se revelando prejudicial à Igreja porque dividia o povo e porque não se submetia à linha pastoral da CNBB, exercida na Diocese de Nova Iguaçu e por esse motivo recomendara que não fosse dado nenhum passo canônico para consolidá-lo enquanto fundação religiosa. Ainda na mesma carta, os conselheiros afirmam que a questão da doação desvela atitudes mais sérias como: “traição da confiança”, “enfrentamento ostensivo ao Bispo Diocesano”, “desprezo formal pela Pastoral Diocesana” e “incapacidade de diálogo”²⁷⁸. E terminam o texto expondo os motivos pelos quais apoiam D. Adriano Hypólito, respectivamente: “por seu respeito ao ser humano”, “por suas qualidades no trato com o Povo de Deus”, “por sua fidelidade à Igreja de Jesus Cristo” e “por buscar sempre o melhor para a Igreja”²⁷⁹. Essa carta resultou na suspensão das contribuições que o IEM recebia de “benfeitores”, especialmente, da Europa.²⁸⁰

Mesmo com a receita reduzida o IEM continuou funcionando. Na expectativa de alcançar a condição de direito pontifício, Pe. Ros negocia a transferência do IEM para a Diocese de Ponta Grossa, no Paraná. D. Adriano relata na entrevista publicada no Boletim Diocesano, que o Pe. Valdir deixou de pertencer ao clero da diocese em dezembro de 1981, quando os membros do IEM foram transferidos para o Paraná²⁸¹. No início de 1982, o IEM foi extinto da DNI através de decreto episcopal porque havia se retirado desta para a diocese de Ponta Grossa²⁸².

Acreditamos que essa medida tenha sido tomada em função da construção do Seminário Diocesano. No *Boletim Diocesano* nº162/163 há uma nota sugerindo que as paróquias visitassem “às obras de nosso seminário em construção”²⁸³. Ou seja, quando as disputas em torno do Seminário Estrela Missionária começam a se desenvolver, o bispo inicia a construção de um seminário diocesano, no qual a formação dos estudantes seguiria a linha pastoral adotada na diocese.

Ao retornar para DNI, no início de 1982, Pe. Ros não pertencia ao clero diocesano e não representava o IEM porque a instituição não existia naquele território. O sacerdote passa,

²⁷⁸ ROS, V. op. cit., p.63

²⁷⁹ Ibid., p.63.

²⁸⁰ Ibid., p.59-63.

²⁸¹ **Boletim Diocesano**, Nova Iguaçu, nº 165, out. 1982, p.1.

²⁸² **Jornal de Hoje**. Nova Iguaçu, 29 abr. 1982.

²⁸³ **Boletim Diocesano**. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, n. 162-163, jul./ago. 1982. p.03.

então, a ter uma influência local. Ele continuou ocupando o prédio do IEM²⁸⁴ onde celebrava missas, mas não tinha licença para proceder a confissões e casamentos porque para isso o padre teria de obter permissão da diocese²⁸⁵.

Tanto Pe. Valdir Ros quanto D. Adriano Hypólito se utilizam de estratégias institucionais que melhor fundamentavam o ponto de vista de cada um para a resolução do conflito. No entanto, os argumentos apresentados por D. Adriano são mais eficazes, além do que, sua política pastoral está em consonância com as diretrizes da CNBB, assim como as orientações do Concílio Vaticano II – inclusive sua atitude de reafirmar a hierarquia sobre um padre de sua diocese.

Entendemos que trata-se de um conflito de hierarquia e não num conflito entre “*progressistas*” e “*conservadores*” ou “*tradicionalistas*” e partidários da “Teologia da Libertação”. Podemos dizer que o conflito entre Pe. Ros e D. Adriano refletiu as diferentes visões acerca da Igreja e de sua “presença” no mundo moderno. Trata-se de um exemplo cotidiano do hiato aberto pelo Concílio Vaticano II, evidenciado por Bezzo e abordado no início deste capítulo, entre os “padres conciliares”, como o bispo e os sacerdotes que permaneceram no país e se viram diante de orientações sobre as quais não decidiram e algumas vezes, sobre as quais não concordavam, porque destoavam daquelas que haviam aprendido no seminário. E, também, o acirramento desse hiato propiciado pelo descompasso no ritmo do episcopado e do conjunto do corpo eclesial em relação às mudanças estabelecidas no Concílio.

2.5 – O “*compromisso evangélico*” da atuação pastoral e os movimentos sociais

Observamos anteriormente como as esferas religiosa e política estavam em permanente diálogo na Diocese de Nova Iguaçu. Essa característica da diocese reflete uma visão de Igreja e da forma como esta atuaria na sociedade. Não obstante a questão das vocações, para a Igreja *ser presença* na Baixada Fluminense se fazia necessário participar do cotidiano da população. D. Adriano pensa em formas de contribuir para resolução dos problemas que assolavam a região como disputas de terra, ausência de saneamento básico, falta de escolas, de serviço médico-ambulatorial etc. Em entrevista publicada no *Boletim Diocesano*, informativo institucional, sobre a Paróquia do Riachão, ao se referir à questão pastoral D. Adriano responde que “os problemas sociais da Baixada Fluminense condicionam naturalmente o trabalho da Igreja, são em certo sentido os problemas da Pastoral”.²⁸⁶ Então, o bispo apóia iniciativas que contribuam nesse sentido, tanto dentro como fora da Igreja. Na esfera religiosa organiza a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Operária (PO), prioridade pastoral para o ano de 1978. Nesse mesmo ano cria a Comissão Diocesana de Justiça e Paz (CDJP). O Decreto Diocesano de criação da CDJP expressa que sua finalidade era defender os “Direitos Humanos à luz da fé; considerando que se faz necessária uma entidade que assuma na Baixada Fluminense de maneira estável esta missão de defender a

²⁸⁴ O prédio do IEM ainda se destaca quando visto da rodovia. Ao visitar o local conversei com a Irmã Sônia, que não me permitiu gravar a entrevista. Hoje, o IEM abriga quatro senhoras, que se identificam como freiras, mas não seguem as diretrizes diocesanas. As freiras me disseram que iniciaram sua vida religiosa sob orientação do Pe. Ros e são fiéis a ela até hoje. Defendem que o sacerdote não era esquizofrênico. Para elas, o conflito entre o sacerdote e o bispo seria por motivação teológica a partir das mudanças promovidas pelo Concílio Vaticano II.

²⁸⁵ *O Globo*. Rio de Janeiro, 06 set. 1982.

²⁸⁶ *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, nº 164, set. 1982.p.2.

Justiça e a Paz”.²⁸⁷ Segundo José Cláudio Souza Alves, no estudo que empreende sobre a face política da violência na Baixada Fluminense, a CDJP denunciava casos de violência, cobrava investigação de crimes, promovia debates e encaminhava documentos às autoridades constituídas exigindo respostas sobre os inqueritos²⁸⁸.

Fora dos muros da Igreja, a diocese apoiou movimentos populares que organizavam a população com o objetivo de reivindicar do poder público soluções para os seus problemas. Como afirma o próprio D. Adriano, sua atuação em relação ao movimento era:

“o compromisso evangélico de fazer uma opção preferencial pelos pobres. Então, como vamos realizar essa opção? Não basta simplesmente falar e rezar. Como cristão e como pastor, sinto que tenho o dever de apoiar movimentos que trabalham para o bem do povo”²⁸⁹

Com efeito, através do fragmento acima é possível perceber que o apoio dado aos movimentos populares na diocese tem como prioridade uma dimensão religiosa: “compromisso evangélico” do “pastor” para com o seu “povo” (seu rebanho). Ao defender os direitos humanos e estimular a organização dos movimentos populares D. Adriano se aproximou de lideranças políticas que já estavam na região, envolvidas na luta pela terra contra os despejos desde a década de 1950²⁹⁰ e de outras que optaram por viver nela. Através do trabalho de Percival Tavares, percebemos que existe um “acolhimento” feito pelo bispo às lideranças políticas que perdem seus espaços de militância, pois segundo o autor,

“Após a decretação do Ato Institucional nº5/AI-5, recrudescer a repressão militar aos movimentos de luta, principalmente ao *foquismo*, às guerrilhas de 67/68, aos movimentos estudantis. Por isso muitas lideranças atuantes no movimento político nacional estavam nos bairros, algumas por questão de defesa mesmo, de não ter maior confronto com o regime militar. Outras porque ao sair da liderança dos movimentos de luta vieram morar aqui na Baixada Fluminense, intelectuais inclusive”²⁹¹;

Dentre esses moradores há um grupo de médicos que inicia um trabalho em um posto de saúde, em 1974, que vai se desdobrar no Movimento Amigos do Bairro (MAB), conforme abordaremos na próxima seção. Além de intelectuais e militantes políticos D. Adriano acolheu religiosos que eram perseguidos em outras dioceses, como ocorreu com Pe. Agostinho Pretto, do qual falamos no primeiro capítulo na seção sobre o histórico do conflito. A conjuntura nacional e as novas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II permitiram uma estreita relação entre as esferas religiosa e política, porque o espaço eclesial procurava remeter a participação política, assim como, a leitura da bíblia aos problemas sociais vividos pelos moradores da Baixada. A bricolagem de símbolos tradicionais do catolicismo e símbolos de reivindicação política exprime essa aproximação entre as duas esferas. Essa

²⁸⁷ Em 12 de fevereiro de 1978 através do Decreto 01/78, D. Adriano criou a Comissão de Justiça e Paz. Cf. MENESES, Antônio Lacerda de. Da Comissão de Justiça e Paz ao Centro de Direitos Humanos: 25 Anos de Caminhada. **Jornal Caminhando**, Nova Iguaçu, março de 2003.

²⁸⁸ ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ, APPH, CLIO, 2003.p.135-137.

²⁸⁹ MAINWARING, Scott. op. cit., p.221

²⁹⁰ GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Possesores, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada.

DADOS Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol.33 nº2, 1990. p.286

²⁹¹ SILVA, Percival Tavares da. “*Ressurgimento do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu*.” In: _____. **Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação UFF, 1993.p. 29, 31-32

bricolagem se expressa na MU e reflete uma prática que passou a ser comum durante o bispado de D. Adriano Hypólito.

A política pastoral implementada na DNI fazia parte das orientações conciliares, adaptadas à realidade brasileira através do PPC produzido pela CNBB. Essas orientações foram adaptadas às especificidades da região, configurando uma atuação pastoral “dinâmica” e “agressiva”, conforme previa o Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. De acordo com Rafael Nascimento, o primeiro Plano Pastoral diocesano, elaborado por D. Adriano Hypólito, em 1968, definia uma nova atuação da DNI “que acompanhasse as concepções conciliares numa perspectiva de se adequar às mudanças sociais”.²⁹²

Ainda de acordo com Nascimento, a Igreja se fez “presente” na Baixada Fluminense com uma inserção nesse território que significou a construção de um campo político de oposição através de seu papel como articuladora dos movimentos sociais²⁹³.

Nas próximas seções vamos apontar, em linhas gerais, aspectos em relação ao Movimento Amigos de Bairro/MAB e ao Mutirão de Nova Aurora/MNA. Ao estabelecer uma abordagem sobre a relação entre a diocese e os movimentos sociais buscaremos elementos que contribuam para compreender os múltiplos significados do conflito entre Pe. Ros e D. Adriano Hypólito. As tentativas de desestabilização foram parte dos vários significados do conflito.

2.5.1 - A Diocese de Nova Iguaçu e o Movimento Amigos de Bairro/MAB

O Movimento Amigos de Bairro/MAB tem suas origens diretamente ligadas à Igreja. Os autores que pesquisaram este assunto concordam que o movimento surge em 1974, fruto do trabalho iniciado por um grupo de jovens médicos sanitaristas num posto de saúde de Cabuçu, bairro da periferia de Nova Iguaçu. O trabalho consistia no atendimento ambulatorial à população e em ministrar-lhes cursos sobre saúde. Então, segundo nos informa Scott Mainwaring, conforme o trabalho foi se desenvolvendo, os médicos *foram tomando consciência* de que suas ações seriam apenas um paliativo numa região sujeita a subnutrição generalizada, esgotos a céu aberto, coleta de lixo inexistente. Diante desse cenário, chegaram à conclusão de que outras medidas deveriam ser tomadas. Então, começaram a considerar a hipótese de organizar a população para modificar suas condições de vida²⁹⁴.

Os médicos que participaram desse trabalho são Antônio Ivo de Carvalho e Ana Leonor de Carvalho, Lucia Souto e José Noronha. De acordo com Antônio Ivo de Carvalho, em entrevista a mim concedida, o interesse em trabalhar com saúde comunitária o levou a sair de Santa Tereza, bairro do Rio de Janeiro, para morar em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense²⁹⁵. Antônio Ivo relata que, em 1974, ele e seus companheiros procuraram D. Adriano e expuseram suas intenções profissionais e o desejo de se instalarem em Nova Iguaçu. Logo no primeiro encontro informaram ao bispo que não eram católicos, mas estavam dispostos a contribuir na esfera médica e política. Em troca receberam o apoio do bispo e começam a trabalhar na Baixada. O relatado de Antônio Ivo mostra os motivos que o levaram a escolher Nova Iguaçu como destino profissional e pessoal

“D. Adriano já era um bispo notável pela sua indignação. Ele não era um bispo de esquerda propriamente; ele era um bispo democrata e que desenvolvia um trabalho de comunidades eclesiais de base, de clube de mães e tal.”²⁹⁶

²⁹²NASCIMENTO, R. C. op. cit., p.48.

²⁹³Ibid., p. 52.

²⁹⁴Sobre o início do MAB ver MAINWARING, 1989, p.213 e SILVA, 1992, p.34.

²⁹⁵Antônio Ivo de Carvalho entrevista concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

²⁹⁶*Idem*.

Em 1975, com o apoio total de D. Adriano, esses quatro médicos sanitaristas, foram contratados pela Cáritas Diocesana, afirma Mainwaring²⁹⁷. Segundo Percival Tavares Silva, tratava-se do Programa de Higiene Materno Infantil desenvolvido no Centro Social de Cabuçu. A DNI mantinha, desde 1964, alguns ambulatórios médicos que funcionavam através do trabalho voluntário de médicos e de comunidades. De acordo com Percival, nos cursos ministrados sobre saúde, os médicos também buscaram integrar aos seus conhecimentos científicos as experiências de saúde existentes na diocese²⁹⁸. Os cursos sobre saúde, inicialmente dirigidos aos trabalhadores da área, expandiram-se chegando aos grupos católicos, como: clube de mães, círculos bíblicos, grupos de jovens, ao longo do ano de 1976. A partir de 1977, os encontros foram se tornando periódicos e coordenados entre os bairros. Assim, foi possível perceber quais os problemas comuns e organizar uma estratégia coletiva para resolvê-los. Essas estratégias coletivas se materializaram em ações que congregavam os bairros e que se manifestavam tanto a partir de pressões sobre o poder público – como abaixo-assinados, vigílias, passeatas –, como a partir da auto-organização dos moradores, através das associações de bairros. Em 1985, o MAB chegou a representar 120 associações de bairros da Baixada Fluminense.

A relação entre o MAB e a Igreja de Nova Iguaçu é analisada por Scott Mainwaring, salientando que, no início, a organização era extremamente dependente da Igreja e gradativamente vai se tornando mais autônoma. Duas razões são levantadas, pelo autor, para essa mudança: a) a dinâmica do processo social proporcionava maior espaço de mobilização para os movimentos; b) a autonomia em relação à Igreja estimulada por D. Adriano e outros líderes eclesiais, desde o início do movimento. De acordo com o mesmo autor, essa autonomia consciente era percebida pelos religiosos “como um meio de fortalecer os movimentos, abrindo-os aos não-católicos”²⁹⁹.

A dinâmica do processo social sobre a qual Mainwaring se refere é ao momento de abertura política. Por “abertura política” entende-se o período marcado pelo projeto de “abertura lenta, gradual e segura” do governo militar, exigida por alguns setores da sociedade civil e iniciada durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) com a chamada “*distanção*” política. A abertura foi mantida pelo governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985)³⁰⁰. O período de abertura se caracterizaria por maior participação popular na vida política do país e pela cessão à perseguição política e tortura aos opositores do regime militar, instaurado através do golpe de 1964, nos “anos de chumbo” (1968-1974) – período que marca, conforme evidenciamos na segunda seção deste capítulo, o acirramento do conflito entre a Igreja Católica brasileira e o Estado militarizado.

Mas para Mainwaring, mesmo que existisse um claro estímulo para a autonomia dos movimentos, parecia subsistir uma forte conexão entre os movimentos populares e a Igreja Católica. Tanto que a Igreja desempenhou papel importante no desenvolvimento do MAB de várias formas: na defesa frente ao aparato militar; no empréstimo do espaço das comunidades para reuniões; no fornecimento de apoio econômico e de infraestrutura, além de proporcionar uma legitimidade moral que incentivou a participação dos católicos. Mediar negociações também fazia parte do papel desenvolvido pela Igreja no apoio ao MAB. Mainwaring afirma que nos momentos mais difíceis a diocese se manifestava contra o “autoritarismo”, como

²⁹⁷ MAINWARING, S. op. cit., p.213.

²⁹⁸ SILVA, P. T. op. cit., p.35.

²⁹⁹ MAINWARING, op. cit. p.219.

³⁰⁰ ARAÚJO, Maria Paula. *A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a ditadura)*. In: SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2004. p.243.

exemplo, no episódio ocorrido entre 1981 e 1982: quando “invasores de terrenos urbanos se envolveram numa difícil luta pela terra, a Igreja os defendeu”³⁰¹. Sobre as disputas de terra falaremos no terceiro capítulo.

Na perspectiva de Mainwaring, há na DNI uma “relação harmônica” de trabalho desenvolvida entre os católicos e a “esquerda marxista”³⁰² quando comparada a outras dioceses brasileiras. Essa “relação harmônica” seria o fator chave para o sucesso do MAB. Em sua opinião, a importância política da DNI está no apoio dado pela instituição aos movimentos sociais, “na sua capacidade de fortalecer com sua base a sociedade civil”³⁰³. Rafael Nascimento afirma que a relação da DNI com o MAB “é exemplar para se evidenciar a importância da Igreja na articulação social e na configuração de um cenário político de busca por mudanças sociais”³⁰⁴.

No capítulo “*Ressurgimento do Movimento de Bairros em Nova Iguaçu*”³⁰⁵, Percival Tavares Silva enfatiza seus principais atores e concepções, as lutas mais acirradas, o grau de mobilização e de organização interna, antes de o MAB vir a se constituir em Federação³⁰⁶. Ao analisar a relação entre a DNI e o MAB, Percival conclui que essa experiência é a resultante da intencionalidade dos médicos, que tinham um projeto político definido sem “base”, e da Igreja Católica, que tinha “base” mas sem um projeto político definido. O trabalho de Percival contribui para a compreensão dessa “relação harmônica” de trabalho, desenvolvida entre os católicos e os médicos, qualificados por Mainwaring como “esquerda marxista”, evidenciada acima.

Percival apresenta, através dos relatos de atores sociais, alguns fatores que motivaram o surgimento do MAB. Esses fatores seriam na visão das lideranças políticas: a) a politização dos médicos, que os fazia sentir a necessidade de ir além do serviço de ambulatório, construindo um mínimo de organização em cada comunidade assistida pelo ambulatório; b) a necessidade de organizar o povo para suprir a falta dos partidos políticos e retomar a democracia no país; c) a necessidade de criar uma organização representativa que fosse interlocutora do Estado; e, na visão da DNI, os ambulatórios paroquiais deveriam atuar para além do assistencialismo³⁰⁷.

A contratação dos médicos, propiciada pelo regime militar, significou para a Igreja de Nova Iguaçu, segundo Percival Tavares Silva, “um salto qualitativo em sua linha pastoral”³⁰⁸ porque o grupo pastoral³⁰⁹ que assessorava D. Adriano levantava em suas reuniões “que deveria surgir uma organização popular de Amigos do Bairro que deveria ser autônoma e que os católicos, os membros das CEBs deveriam encontrar aí um [...] instrumento para sua luta [...] como morador”³¹⁰. Como esse anseio encontrou receptividade em parte do “corpo místico”, dos leigos e nas “organizações de base” – CEBs, círculos bíblicos –, seguiu os passos para concretizar-se: apoio financeiro, acesso a infraestrutura eclesial e sensibilização dos fiéis participantes das CEBs para a questão social. Esse encontro entre uma elite intelectual, formada pelos médicos, com a gente simples do povo, “pessoas abertas aos

³⁰¹ MAINWARING, S. op. cit., p.221.

³⁰² Mainwaring se refere dessa forma aos médicos porque estes tiveram ligações com o Partido Comunista, movimento estudantil. Nós não discutiremos esse conceito, apenas o reproduzimos.

³⁰³ MAINWARING, S. op. cit., p.208-209 e 219-223.

³⁰⁴ NASCIMENTO, R. op. cit., p.50.

³⁰⁵ SILVA, P. T. op. cit., p. 25.

³⁰⁶ Ibid., p. 25.

³⁰⁷ Ibid., p.34.

³⁰⁸ Id., Ibid.

³⁰⁹ Esse grupo era constituído pelos padres: Matheo Vivalda (diretor da Cáritas Diocesana), Henrique (vigário da Catedral), Agostinho Preto (Assistente da Pastoral Operária) e Ugo Paiva (Coordenação da Pastoral da DNI), entre outros não citados pelo autor. Cf. SILVA, P. T. op. cit., p. 36.

³¹⁰ Relato de Ugo Paiva. Apud SILVA, P. T. op. cit., p.35.

problemas, sobretudo nas comunidades, pessoas simples, humildes, mas interessadas”, foi “*providencial*”³¹¹ para a Igreja na visão do Pe. Matheo Vivalda. Estimulada pelas orientações conciliares, pela Conferência de Medellín e pelo PPC da CNBB, a DNI vislumbrava uma “*presença*” na BF menos assistencialista, mas era carente de lideranças capacitadas para executar tal tarefa³¹².

O respeito estabelecido entre as partes e o consenso de que com esta parceria seria mais provável que os objetivos de ambos fossem alcançados produz, a nosso ver, a “relação harmônica” de trabalho entre católicos e “*esquerda marxista*”, que tanto impressionou Mainwaring.

Entre 1976 e 1978, o MAB cresceu, conseguindo formar e manter uma coordenação entre os bairros. No seu décimo terceiro encontro, em março de 1978, frente a essa expansão, o movimento votou pela criação de uma comissão coordenadora. Na análise de Mainwaring, o estabelecimento de uma hierarquia permitiu a expansão do MAB, para além das necessidades materiais isoladas; a partir daí tornou-se um movimento de massas com horizontes políticos mais amplos. Consolidando essa “evolução” foi criado um jornal do movimento que abordava temas para além dos problemas de saúde³¹³.

A repressão militar abrandou-se depois de 1978. Alguns aspectos do processo de abertura política relativos à Nova Iguaçu serão ressaltados para melhor compreendermos a atuação do MAB. A prefeitura de Nova Iguaçu, administrada pela ARENA, cujo prefeito Rui de Queiróz havia sido interventor, em 1969, e eleito em 1976, governou de 1977 até 1982. Nesse ínterim, também muda a organização político-partidária, com o fim do bipartidarismo e a entrada em cena de seis partidos políticos, assunto que será aprofundado no terceiro capítulo. Voltando à esfera local, o governo municipal iguaçuano, habituado a ignorar as reivindicações populares, se vê diante de uma situação inusitada com o dinamismo do MAB. Uma série de eventos foram descritos por Mainwaring para mostrar o descaso da Prefeitura com as iniciativas do movimento, tais como: não recebimento de petições com mais de 1500 assinaturas alegando que só receberia reivindicações daqueles que estivessem com o imposto predial pago; não comparecimento do prefeito aos encontros previamente marcados nos bairros sem justificativa. A reação do movimento ao tratamento recebido pelo governo desencadeou estratégias externas e internas. Na esfera externa: foram produzidas e enviadas cartas aos vereadores relatando os transtornos com a prefeitura e a imprensa foi acionada, passando a cobrir algumas iniciativas do movimento. Na esfera interna, o MAB investiu na organização de assembleias que chegaram a mobilizar três mil pessoas. Essas estratégias aumentaram o impacto do movimento, obrigando os políticos locais a adotarem outra postura³¹⁴.

Além do MAB, a Igreja de Nova Iguaçu apoiou outros movimentos populares cujas reivindicações contrariavam interesses de muitas pessoas e grupos. Passemos agora à relação da diocese com o Mutirão de Nova Aurora.

2.5.2 - A Diocese e o Mutirão de Nova Aurora/MNA

Com o objetivo de obter moradia e melhores condições de vida, em 1979 nascia o “Mutirão dos sem-terra de Nova Aurora, com o lema: Tanta terra sem gente e gente sem

³¹¹Relato de Matheo Vivalda. Apud SILVA, P. T. op. cit., p.36.

³¹²SILVA, P. T. op. cit., p.36-37.

³¹³MAINWARING, S. op. cit., p.215.

³¹⁴Ibid., p.215-216.

terra”.³¹⁵ Vera Lucia Pedra Clímaco Mendes analisa a trajetória do Movimento Mutirão de Nova Aurora; seu estudo colabora para nossa pesquisa, porque ao identificar elementos que contribuíram na construção da trajetória do MNA a autora mapeia os grupos envolvidos, identifica as táticas de negociação e de alianças junto a diferentes instituições da sociedade civil. Dentre as instituições a DNI destaca-se como “*aliada*” do MNA.

De acordo com Mendes, o objetivo primeiro do movimento “era ocupar as terras abandonadas e improdutivas do local, e a construção das moradias a partir da contribuição de cada membro associado”³¹⁶. Mas, gradualmente, o movimento foi assumindo novas bandeiras. Para tratar dessa trajetória, Mendes, afirma que o MNA passou por três fases: a primeira, em 1979, seria caracterizada pelas reuniões realizadas em casas de moradores dos bairros de Xavantes e Heliópolis; a segunda, 1980-1981, seria marcada por um caráter assistencialista; a terceira teve um caráter legalista, porque em 1982 o movimento se torna uma entidade civil, sem fins lucrativos, atuando como organização não governamental (ONG) e associação de moradores. Nesse momento passa a se denominar Mutirão de Nova Aurora.

Nesta análise nos interessa a abordagem da relação que se estabelece entre a Diocese de Nova Iguaçu e este movimento. Conforme o movimento foi se organizando agregou maior número de associados, chegando a 25 mil famílias inscritas, em 1981. Em função do grande número de participantes as reuniões que ocorriam aos domingos passaram a ser realizadas no pátio da Igreja Católica local – uma comunidade eclesial de base, inserida na Paróquia São Judas Tadeu, em Heliópolis que, por sua vez, fazia parte da DNI. O espaço foi oferecido pelo pároco Pe. Matteo Vivalda. A autora chama atenção para o fato de essa CEB ser parte de uma “rede de unidades católicas inteiramente ligadas umas as outras. Tanto em sua prática religiosa e doutrinária quanto em sua prática social e política”³¹⁷.

A relação entre a DNI e o MNA pode ser percebida através dos nomes dados às regiões que dividiam aquele território, quando este chega à fase legalista, a partir de 1982. São nove “regionais”: São Jorge³¹⁸, Nova Aurora, Terra Branca, Bela Vista, Santa Cruz, Vila Maia, Santos Dumont, Cruzeirinho e Padre Jósimo³¹⁹. Esses regionais eram formados por áreas que ainda não se configuravam como bairros. Cada região tinha um coordenador responsável por averiguar as terras improdutivas ou sem registro em cartório, dividir os lotes e sorteá-los de acordo com o número de inscrições. De acordo com Mendes “a Igreja Católica teve grande influência e participação nas lutas políticas de Nova Aurora, principalmente no que se refere ao enfrentamento entre o Mutirão, os grileiros e a polícia gerado pela ocupação e desapropriação das terras”³²⁰.

Grande parte das terras que foram ocupadas por essas famílias pertenciam a três instituições: a CODENI (Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu), a CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgoto) e a Igreja Católica. A outra parte caracterizava-se por lotes ou pequenas chácaras abandonadas ou de posse de grileiros que as explorava sem nenhum direito legal.

As negociações com as instituições tiveram percursos diferentes. Segundo Mendes, com a Igreja Católica, o Mutirão conseguiu sua primeira vitória, garantindo a posse das terras eclesiais. Além da posse da terra, foi firmada uma aliança valiosa entre a DNI e o MNA que garantiu o apoio da primeira nas negociações do movimento com a prefeitura. A DNI,

³¹⁵MENDES, Vera Lucia P. C. **Tanta terra sem gente e gente sem terra: Mutirão de Nova Aurora (1979-1995)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, UFRJ, 2006.

³¹⁶Id., p.79.

³¹⁷MENDES, op. cit., p.80-81.

³¹⁸É o mesmo nome de uma das Igrejas existentes no local. Cf. MENDES, op. cit., p.104.

³¹⁹Padre Jósimo Moraes Tavares, assistente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi assassinado em 10 de maio de 1986, em Imperatriz, no atual estado do Tocantins.

³²⁰MENDES, op. cit., p.83-102.

representada por D. Adriano Hypólito, desempenhou um papel de mediadora nas negociações entre o MNA e o poder local. Para a autora, a Igreja Católica “contribuiu para estabelecer o contato e as negociações entre o prefeito e as lideranças do Movimento, garantindo as terras que pertenciam a CODENI”³²¹.

Mas as negociações com o poder local não foram fáceis, apesar da mediação da Diocese, destaca Mendes. As autoridades dificultavam o quanto podiam o acesso à terra. O presidente e representante da CODENI, Fábio Raunheitti, alegava planos futuros para a região e quando a posse foi garantida, demarcava as terras alagadas e de difícil acesso para o assentamento das famílias do Mutirão. O prefeito de Nova Iguaçu, Rui de Queiroz, fazia promessas verbais que não garantiam as reivindicações do Mutirão, além de fazer parte de um “*esquema político*” ligado às construtoras. Porém, o movimento não negociava apenas em reuniões. A pressão acontecia através dos protestos e acampamentos realizados em frente à sede da prefeitura. E, também, através das ocupações que aconteciam à revelia da demarcação feita pela CODENI³²².

O passo seguinte seria conseguir a propriedade da terra. Nesse sentido, Mendes relata que as pressões aumentaram em 1981, a ponto de ser “realizada a primeira vigília em frente à sede municipal”³²³. Após tal esforço, o MNA conseguiu a documentação que garantia o uso, para moradia, das terras ociosas que estavam sob o domínio da CODENI.

Ora, com o objetivo de ampliar sua área de atuação e evangelização a DNI se alia ao MNA. O movimento, por sua vez, via a Igreja como um “instrumento de legitimação política para interagir com a opinião pública, através da imprensa e dos órgãos institucionalizados”³²⁴, conclui Mendes. A forma como a autora analisou a relação entre a DNI e o MNA pode nos dar a impressão de que esta aliança fora estabelecida apenas a partir de interesses práticos.

Mas, ao considerar a atitude soteriológica, relacionada à salvação, que move os religiosos e a concepção de Igreja “presença na BF” vemos que esta aliança se estabelece em outros termos. Pois, a nosso ver, o MNA e a DNI têm visões próximas sobre o mesmo objeto. Pelo breve relato sobre a disputa que ocorria no município de Nova Iguaçu, em relação às terras ociosas, MNA e DNI defendem que essa área seja destinada à moradia e não para a especulação imobiliária. Nesse sentido, a “*opção pelos pobres*” é o “*compromisso evangélico*” que moveria o bispo na doação das terras da Igreja Católica para assentar as famílias, pois assim, estaria agindo para o bem do povo. Esse comportamento reflete a defesa dos direitos humanos e a garantia da justiça social.

As alianças estabelecidas pela Diocese de Nova Iguaçu com os movimentos sociais refletem toda uma atmosfera de mudanças na direção do “*aggiornamento*”. Os movimentos sociais eram vistos como instrumento temporal para construção do “Reino de Deus”. É importante ressaltar que a posição do bispo não pode ser compreendida na política imediata, mas na tradição teológica da Igreja que, conforme nos afirma Jessie Jane Vieira de Sousa, “se move no tempo com sentido de permanência e que incorpora à sua tradição doutrinária os novos desafios impostos pelo temporal”³²⁵.

A atuação da Igreja pós-conciliar no cotidiano, na esfera política era muito criticada pelos militares e encontra barreiras entre alguns religiosos, como o Pe. Valdir Ros. Na DNI, em particular, essa aliança significou apoio e espaço de articulação para pessoas ligadas aos movimentos de esquerda, vistas como “subversivas” pelo regime militar, por isso, perseguidas. A opção pastoral de D. Adriano na Diocese de Nova Iguaçu durante os anos de

³²¹ Ibid., p.120.

³²² Ibid., p.121.

³²³ Ibid., p.121.

³²⁴ Ibid., p.115.

³²⁵ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FAPERJ, 2002. p.25.

ditadura lhe rendeu o “rótulo” de “subversivo”, “bispo vermelho” ou “bispo comunista”, por parte dos militares.

Embora não tenha sido aprofundada, havia discordância quanto a essa aproximação da DNI com a esfera política, com o apoio aos movimentos populares e, sobretudo, no espaço e autonomia dados a atores não católicos, que identificamos como uma “elite intelectual”. No terceiro capítulo será possível perceber que o espaço da DNI não foi aberto apenas para os médicos, mas para advogados, professores, ou seja, “*pessoas de boa vontade*” dispostas a trabalhar para o bem do povo.

Capítulo III

Eleições de 1982, atores sociais, redes e a “Guerra do Riachão”.

As mudanças ocorridas na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II e o recrudescimento da repressão durante a ditadura militar influenciaram a política pastoral implementada na Diocese de Nova Iguaçu/DNI. A mesma se fez “*presente*” na Baixada Fluminense através de uma ação pastoral que se caracterizou por vincular a fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres. Opção que não refletiu a “voz” de todo “*corpo místico*” e, ainda, gerou insatisfações em atores ou grupos de outras esferas como militares, empresários e políticos.

Conforme observamos, no primeiro capítulo, havia um conflito estabelecido na diocese entre o Pe. Valdir Ros, sacerdote responsável por um seminário e que por isso gozava de destaque no mundo católico; e D. Adriano Hypólito, bispo conhecido pela defesa dos direitos humanos. Pe. Valdir Ros havia sido transferido para Diocese de Ponta Grossa, no Paraná, em 1981, assim como o Instituto Estrela Missionária/IEM. No início de 1982, retorna sem autorização para Nova Iguaçu instalando-se no prédio onde funcionava o IEM, no Riachão, e, apoiado por um grupo de fiéis, inicia a ocupação de várias igrejas no entorno da Paróquia de Nossa Senhora de Conceição, da qual fora vigário por treze anos. Pe. Ros argumentava que D. Adriano Hypólito era “comunista” e liderava um plano para acabar com a Igreja Católica. Nesse cenário, ocorreu a Missa da Unidade, evidenciado por nós como um ritual de *reforço* da hierarquia eclesiástica que, por conseguinte, reforça a autoridade do bispo e a estrutura hierárquica sobre a qual se sustenta a Igreja Católica Apostólica Romana.

Este pode ser visto como um conflito hierárquico, fruto do hiato proporcionado pelas mudanças estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, mas que não foram acompanhadas pelo restante do corpo eclesial que permaneceu no país inserido numa estrutura católica ainda nos moldes da Igreja “tridentina”, conforme apontou Beozzo. Quando esse hiato desafiava a unidade da Igreja Católica era necessária uma intervenção da autoridade ameaçada na defesa da instituição. No segundo capítulo, as análises de Serbin e Romano contribuíram para mostrar que o Concílio Vaticano II produziu mudanças para atualizar a Igreja ao mundo moderno e, da mesma forma, ratificou a existência de uma hierarquia eclesiástica, que pressupõe obediência ao seu superior.

A atuação da DNI ao lado dos movimentos sociais significou uma aliança com lideranças políticas, identificada por nós como “elite intelectual”, com militância no Partido Comunista, como os médicos que iniciaram o MAB. O acolhimento e apoio proporcionados pela DNI a esta “elite intelectual” disposta a contribuir para a melhoria das condições de vida da população da Baixada pode ter desencadeado um sentimento “anticomunista”, em parte do clero e em parte dos fiéis, há muito cultivado pela instituição. Acreditamos que esse “anticomunismo” de setores católicos da DNI, somado à conjuntura política da ditadura pode ter contribuído para transformar um conflito religioso em conflito político. Que outras disputas presentes naquele cenário esse conflito pode nos revelar?

Neste capítulo, a partir da questão acima, vamos inserir os religiosos nestas outras disputas, construir as redes de apoio de cada um, evidenciar que embora ocorresse um conflito entre Igreja e Estado, há por parte da Diocese de Nova Iguaçu uma “condenação dos órgãos incumbidos de manter a ordem”, conforme apontou Romano, que se manifesta na crítica ao governo local, enquanto mantém-se uma aliança com o governo estadual. Para empreendemos tal tarefa utilizaremos reportagens de jornais locais (*Correio de Maxambomba, Jornal de Hoje, Correio da Lavoura*) e de veiculação ampla (*Jornal do Brasil, O Globo, Última Hora*). Através deles identificamos atores sociais e seus locais de atuação, contribuindo para compor tais redes de apoio. Procuramos mostrar que a “Guerra do Riachão” tem implicações diretas com outras disputas religiosas, políticas e sociais naquele território no momento abordado. Como, por exemplo, a disputa eleitoral e subjacente a esta a disputa pela terra.

Esta pesquisa se insere nas relações de poder entre o Estado e os movimentos sociais, privilegiando a atuação da Igreja Católica de Nova Iguaçu no contexto da redemocratização.

3.1 – A Diocese de Nova Iguaçu e as eleições de 1982

Lembramos que, em 1982, ocorreram as primeiras eleições pluripartidárias para preenchimento de cargos executivos e legislativos desde que o bipartidarismo fora imposto em 1967, pelo AI-2, conforme abordado na segunda seção do segundo capítulo. O eleitor pôde escolher seis cargos: governador, senador (uma vaga), deputado federal, deputado estadual, além de prefeito e vereador. Grandes expectativas foram criadas e militantes políticos que por algum motivo estiveram longe dos cargos eletivos puderam, então, apresentar seus pensamentos, propostas e concorrer ao pleito.

Antes de abordarmos as eleições de 1982, cabe um breve quadro sobre a disputa eleitoral durante o regime militar. As eleições retornam em 1974, ano que marca o início da “*abertura*” política. De acordo com José Murilo de Carvalho, no livro em que analisa o caminho percorrido pela **Cidadania no Brasil**³²⁶, duas decisões do general presidente Ernesto Geisel caracterizam esse período: a) redução das restrições à propaganda eleitoral, em 1974; b) a revogação do AI-5, pondo fim à censura prévia e permitindo a volta dos primeiros exilados políticos, em 1978. Sabemos que as mudanças no quadro político brasileiro não se deram apenas por decisões de autoridades políticas, houve também um importante papel desempenhado pela sociedade civil organizada, mas reconhecemos que uma medida presidencial altera o ritmo do processo. E foi isto que buscamos evidenciar.

Quando, em 1974, em função das eleições legislativas, os partidos da oposição e do governo gozaram de condições semelhantes na propaganda eleitoral, expressando-se com liberdade, inclusive na tevê, o governo não esperava que o resultado fosse tão surpreendente: vitória do Movimento Democrático Brasileiro/MDB, partido da oposição, que ocupou 16 cadeiras das 22 do senado. Em relação à Câmara Federal sua bancada aumentou de 87 para 165 deputados, enquanto a Aliança Renovadora Nacional/ARENA, partido do governo, caiu de 223 para 199. Carvalho mostra que com esse resultado o governo perdeu a maioria de dois terços que lhe permitia aprovar emendas constitucionais. Para evitar nova derrota nas eleições de 1978, o governo Geisel interveio da seguinte forma: suspendeu as atividades legislativas do Congresso Nacional por 15 dias e decretou eleições indiretas para governadores, eleição indireta para um terço dos Senadores, a limitação da propaganda eleitoral, sobretudo na televisão, e a eliminação da exigência de dois terços dos votos para aprovação de reformas constitucionais.³²⁷

Entretanto, essas medidas não interromperam o movimento que passou a ser chamado de “*abertura*”. No mesmo ano, 1978, o Congresso votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos. A Lei de Segurança Nacional foi atenuada, o que permitiu o regresso de 120 exilados políticos. Essa medida permitiu, por exemplo, que Márcio Moreira Alves, deputado federal que teve seu mandato cassado com o AI-5, em 1968, exilado em 1969, retornasse ao país e estivesse presente na MU.

Em 1979, já no governo do general João Batista Figueiredo, o Congresso votou a Lei da Anistia. Lei polêmica, segundo José Murilo de Carvalho, porque anistiava os dois lados: os acusados de “crime contra a segurança nacional” e os agentes da segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados. Porém, segundo este autor, essa medida

³²⁶CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.p.157-195.

³²⁷*Idem*,p.175-176.

ajudou a renovar a luta política, porque devolveu direitos políticos para aqueles que haviam sido cassados, como, por exemplo, Leonel Brizola.³²⁸ Também em 1979, o bipartidarismo, protagonizado pelos partidos MDB e ARENA, fora abolido. Entravam em cena seis partidos políticos movimentando ainda mais o cenário eleitoral. A Arena transformou-se no Partido Democrático Social/PDS e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, os filiados do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB³²⁹ dividiram-se: parte ficou nesta sigla e outra parte fundou o Partido Democrático Trabalhista/PDT³³⁰ sob a liderança de Leonel Brizola, eleito governador do Rio de Janeiro em 1982. Havia também o Partido Popular/PP³³¹ e o Partido dos Trabalhadores/PT³³². Com exceção do PP, os outros cinco partidos apresentaram candidaturas para concorrer ao governo do Estado do Rio de Janeiro, nas eleições de 1982. Nesta eleição, as coligações entre os partidos não foram permitidas e o voto vinculado foi obrigatório, ou seja, o eleitor deveria votar em candidatos do mesmo partido em todos os cargos. Em âmbito municipal foi mantido o sistema de sublegendas em que cada sigla partidária poderia apresentar até três candidatos a prefeito e seus respectivos vices. Os votos da região da Baixada Fluminense têm peso considerável nessa disputa. Nesse sentido, não temos números a apresentar sobre a região, mas desde 1966, seus municípios foram administrados por interventores e a movimentação política acompanhada de perto por militares de alta patente, como, por exemplo, o Coronel José Ribamar Zamith em Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu, uma das cidades mais populosas do Brasil, sofreu intervenções desde 1966. Com 1.700.000 de habitantes e 450 mil eleitores, era uma das cidades mais importantes da Baixada Fluminense. A instabilidade caracterizou seu cenário político durante a década de 1960 e início dos anos 1970. José Claudio Souza Alves nos relata que, entre 1963 e 1969, o executivo municipal conheceu oito chefes, sendo dois interventores, dois presidentes da câmara, dois prefeitos eleitos e dois vice-prefeitos. Respectivamente: Alúcio Pinto de Barros (Prefeito eleito); João Luiz do Nascimento (Vice-prefeito); José de Lima (Presidente da Câmara); Ary Schiavo (Prefeito eleito); José Nain Fares (Presidente da Câmara) ou Joaquim de Freitas (Interventor)³³³; Antônio Joaquim Machado (Vice-prefeito); Nagi Almawy (Presidente da Câmara); João Ruy de Queiroz Pinheiro (Interventor). Em 1977, Ruy de Queiroz volta à prefeitura eleito pela ARENA e cumpre seu mandato até as eleições de 1982.

De acordo com Mainwaring, esse pleito estimulou muitos debates e conflitos. E essa dinâmica atingiu o MAB. O mesmo autor relata que dos dezenove membros da coordenação do movimento doze se candidataram a algum cargo eleitoral, pelo PMDB ou pelo PT.³³⁴

Dentro desse quadro destacamos a atuação de três atores ligados ao movimento social, à DNI e à disputa eleitoral: Antônio Ivo de Carvalho, Jorge Gama e Paulo Amaral. Todos estiveram na MU, os primeiros foram destacados na fotografia nº18 e o último na fotografia nº7, descritas no primeiro capítulo.

Antônio Ivo estudou medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, entre 1968-1974. Este médico sanitarista participara, durante sua formação, de “forma intensa”, como frisou, do movimento estudantil universitário. Era filiado ao Partido Comunista Brasileiro/PCB. Mantinha ligações com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro/MR-8 de

³²⁸CARVALHO, J. M. op. cit., p.176.

³²⁹Fundado em 1945 por Getúlio Vargas, entre outros, funcionou até 1965 quando foi extinto pelo AI-2. Com a volta do pluripartidarismo, passa a ser dirigido por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, após intensa disputa com Leonel Brizola.

³³⁰Fundado por Leonel Brizola, entre outros “trabalhistas” que eram filiados ao PTB, em 1980.

³³¹Partido criado em 1980, por Tancredo Neves, sendo incorporado ao PMDB em 1981.

³³²Partido fundado em 1980, pelo líder sindical Luis Inácio da Silva, entre outros.

³³³José Nain Fares é citado por SILVA, P. T. (2010) op. cit. p.98. e Joaquim de Freitas citado por ALVES, J. op.cit., p.101.

³³⁴MAINWARING, S. op. cit. p.218.

1969 até 1971, quando é preso. Muda-se para Nova Iguaçu em 1974, acompanhado por três médicos sanitaristas. Na entrevista que me concedeu, relata que nesse momento não estava ligado a nenhuma organização.³³⁵ Contratado pela Cáritas Diocesana, fazia atendimento médico num ambulatório da diocese, uma espécie de “Pastoral da Saúde”. Segundo Antônio Ivo, o bispo orientava o grupo de médicos em quais paróquias deveriam ir e também traçava um perfil dos vigários “mais abertos” a acolher e estimular os fiéis e leigos na participação das reuniões sobre saúde. E completa: “Então, trabalhamos com clube de mães e criamos lá o Movimento Amigos de Bairro”.³³⁶ Lembramos que no capítulo anterior delineamos a trajetória do MAB e aqui vamos destacar a atuação de uma de suas lideranças no cenário político e social iguaçuano e sua relação com a DNI.

Nos anos 1980, Antônio Ivo figurava entre as principais lideranças do MAB, ligado diretamente à D. Adriano Hypólito e aos movimentos populares. Seu envolvimento no trabalho do MAB foi tão intenso que concorreu como candidato a prefeito de Nova Iguaçu por umas das sublegendas³³⁷ do PMDB, em 1982. Na entrevista concedida para este estudo, Antônio Ivo afirma que se aproximara da “política tradicional” – filiação a um determinado partido político – mas mantivera seu contato com a Igreja e com D. Adriano Hypólito. Inclusive D. Adriano participara das conversas para definição de sua candidatura. Nesse sistema de sublegendas cada partido poderia apresentar até três candidatos nas disputas municipais. Segundo Antônio Ivo, os outros candidatos do PMDB em Nova Iguaçu eram “conservadores”. Sua candidatura representaria os políticos “progressistas” ligados aos movimentos sociais. Antônio Ivo argumentou que na ocasião não era possível lançar os nomes de Jorge Gama e Francisco Amaral, ambos identificados por ele como políticos “progressistas”. Porque o primeiro era deputado federal e o segundo deputado estadual, então, seria muito arriscado que um deles deixasse o mandato para concorrer ao executivo municipal. Para Antônio Ivo, o trabalho da Igreja, aliado aos políticos “progressistas” e aos movimentos populares teve influência na esfera política em âmbito local, embora não fosse suficiente para eleger um candidato.³³⁸

Ainda destacando a atuação dos atores sociais no campo político, falaremos do homem fotografado na MU ao lado de Antônio Ivo, Jorge Gama (ver fotografia nº18). Este que foi considerado por Antônio Ivo um político progressista, ainda hoje tem papel relevante no cenário político iguaçuano. A antropóloga Alessandra Barreto dedica um capítulo de sua tese de doutorado à trajetória política deste ator.³³⁹

Segundo Barreto, o advogado, filia-se ao MDB em 1967. Foi eleito vereador por esse partido em 1976.³⁴⁰ Foi candidato a vice-governador pelo PMDB, em 1982.³⁴¹ Filho de comerciante, nasceu no subúrbio do município do Rio de Janeiro e chega à Nova Iguaçu aos seis anos de idade. Barreto mostra como Jorge Gama se aproxima das camadas populares, após sua primeira eleição, por meio de sua relação com membros da Igreja Católica da Diocese de Nova Iguaçu. Por intermédio de Francisco Amaral foi apresentado a Dom Adriano Hypólito, o que permitiu sua inserção no universo dos movimentos populares.³⁴² Através do texto de Barreto, percebemos que para este político essa ligação favoreceu sua

³³⁵Entrevista Antônio Ivo de Carvalho concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

³³⁶Entrevista Antônio Ivo de Carvalho concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

³³⁷De acordo com Antônio Ivo as sublegendas representavam os candidatos de um mesmo partido. Na eleição de 1982, cada partido poderia lançar até três candidatos. Venceria a eleição a legenda (partido político) mais votada e dentro dele o candidato com maior número de votos.

³³⁸Entrevista Antônio Ivo de Carvalho concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

³³⁹BARRETO, A. op. cit., p.23.

³⁴⁰*Ibidem*, p.71-76.

³⁴¹FERNANDES, Valéria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai. 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4.

³⁴²BARRETO, A. op. cit., p.78.

eleição para deputado federal, pelo MDB, em 1978 (com 38 mil votos, dos quais 25 mil votos apenas em Nova Iguaçu), tendo sido um dos mais votados da região.³⁴³ Jorge Gama e D. Adriano Hypólito eram atores que atuavam no mesmo *campo político* naquele momento de transição da ditadura para democracia. Jorge revela a Barreto que foi ele quem marcou a primeira audiência de Dom Adriano com um membro da ditadura. De acordo com seu relato, tratava-se do encontro – do qual também participou, entre Dom Adriano e o então Ministro do Interior Mário Andreazza—, para que tratassem de um novo modelo de financiamento habitacional que melhor atendesse às necessidades da população de baixa renda de Nova Iguaçu. Para Barreto, esse episódio foi uma demonstração da capacidade de articulação e mediação do político.³⁴⁴ Em 1982, quando findaria seu mandato de deputado federal, Jorge Gama informou a Barreto que foi escolhido para concorrer como vice-governador do Rio de Janeiro ao lado de Miro Teixeira, na chapa do PMDB, com a missão de desempenhar o papel de “governador da Baixada”, porque a região representava o segundo maior colégio eleitoral do estado.³⁴⁵

Em nossa leitura esses são aliados políticos de D. Adriano Hypólito. Nossa opinião se justifica porque em nenhum momento Jorge Gama fala de um envolvimento religioso, assim como, não se declara católico. Seu relato destaca a relação política e profissional com os movimentos populares que cresciam apoiados pelo bispo e pela diocese. Jorge Gama relata que se engajou no movimento popular, disponibilizando sua estrutura parlamentar, contribuindo na formação das associações de moradores e na organização das mesmas do ponto de vista legal. A partir dessa parceria a bandeira política de Jorge Gama tornou-se a casa própria, orientando famílias despejadas dos conjuntos habitacionais do BNH³⁴⁶. E como deputado interferiu na legislação para atender aos conjuntos habitacionais de baixa renda. Também contribuía disponibilizando a estrutura de seu escritório de advocacia, em sociedade com Paulo Amaral, para produzir materiais para os movimentos sociais. Jorge relata que os primeiros panfletos sobre lotes de graça “no Nova Aurora” – Mutirão de Nova Aurora, abordado no capítulo 2 —, foram produzidos em seu escritório.³⁴⁷

Paulo Amaral, o terceiro ator no cenário iguaçuano, foi destacado na fotografia nº7 no primeiro capítulo. Nasceu em Minas Gerais, mas morou em Itaperuna, interior do Estado do Rio de Janeiro, foi membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR e ex-presos político³⁴⁸. Radicado em Nova Iguaçu, era o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, do Movimento de Reintegração do Hanseniano e da Diocese, também, era membro da Comissão Diocesana de Justiça e Paz/CDJP. Atou na defesa dos moradores dos Conjuntos Habitacionais do BNH contra os despejos. Em 1982, foi candidato a deputado estadual pelo PMDB.³⁴⁹

Para a diocese o direito à casa própria representava a garantia da justiça social e se inseria na defesa dos direitos humanos. A nosso ver, essa seria uma forma de a Igreja ser “presença” na Baixada. Apoiar em certa medida esses políticos (militantes e mandatários) significava estar contribuindo com pessoas dispostas a trabalhar pelo bem do povo.

Antônio Ivo também destaca, na entrevista já mencionada, o interesse profissional e político na proposta de trabalho apresentada por ele a D. Adriano. Ele conta que, ao se apresentar ao bispo para trabalhar com medicina comunitária, deixou claro que não era

³⁴³ *Ibid.*, p.78.

³⁴⁴ *Ibidem.* p.85.

³⁴⁵ *Ibidem.* p.90.

³⁴⁶ Banco Nacional da Habitação.

³⁴⁷ *Ibidem.* p.79-81.

³⁴⁸ BARRETO, Alessandra S. **Cartografia política**: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, UFRJ/MN, 2006. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. p.74.

³⁴⁹ **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, 02 e 03 de out. de 1982, p.04 e *Ibid.* 16 e 17 de out. de 1982, p.6.

católico. Sobre essa questão, vale transcrever o relato emocionado de Antônio Ivo para compreendermos melhor o significado dessa aliança para o bispo e para o médico:

“A chegada lá foi curiosa, porque eu era... eu não tinha religião. Eu pertencia, na verdade ao PCB. Então disse isso ao D. Adriano quando fomos pra lá. Assim dizendo: - Queria falar com franqueza. Nós somos médicos e queremos trabalhar com medicina comunitária. Aí o D. Adriano disse: - Pra mim vocês são mais cristãos do que muitos cristãos. Não precisa acreditar em Deus formalmente, ir à missa... Enfim, a gente estabeleceu uma relação muito afetiva assim com D. Adriano e também de muita... Então trabalhamos junto com clube de mães e criamos lá o Movimento Amigos de Bairro.”³⁵⁰

O trecho acima nos permite perceber que o fato de os médicos pertencerem ao PCB não interferiu no dia a dia do trabalho na DNI. Mas isso não significa que D. Adriano estivesse de acordo com a atuação destes partidos. Antônio Ivo relatou que o bispo fazia críticas à “perversidade do capitalismo selvagem, mas ele não falava que o comunismo era melhor do que isso”. Ainda no mesmo encontro, D. Adriano se dirigiu ao grupo de médicos dizendo, segundo Antônio Ivo, que “olhando de um ângulo, vocês são mais cristãos do que a maioria dos meus cristãos; agora, por outro lado, vocês se filiam a uma coisa que também comete excessos”.³⁵¹ A filiação ao PCB também não interferiu no contato com a população nos bairros, afirma o médico. Para ele o motivo seria “porque a maioria das pessoas não sabia o que era o comunismo”. Antônio Ivo diz que vez ou outra nos bairros alguém perguntava: “Ah! Mas vem cá. O pessoal diz que vocês são comunistas? São mesmo? O que é comunismo?”³⁵² Na sua opinião, o fato de também serem moradores do local legitimou o trabalho, estabeleceu confiança entre o grupo de médicos e a população tornando o “comunismo” um detalhe nessa relação. O trabalho desenvolvido pelos médicos a partir da DNI modifica um padrão de relação política estabelecido até então entre membros da elite e a “gente simples do povo”. Pois a população da Baixada estava acostumada a uma relação mais formal e distanciada entre médicos e pacientes, que se desdobrava numa relação de dependência pessoal percebido com maior intensidade durante o período eleitoral. A confiança construída entre os médicos e a população foi possível porque ambos ocupavam a mesma posição na trincheira de luta no movimento social, o que *neutralizava* as diferentes posições que ambos ocupavam na organização social. A nosso ver, o trabalho surgido a partir dessa aliança política marcou uma parte da história local ao mostrar àquela população outras possibilidades de relação na esfera política.

Na perspectiva de Antônio Ivo, ao avaliar o significado dessa aliança política, após oito anos na Diocese de Nova Iguaçu esse trabalho resultou numa interferência local, nos bairros. Ele também acredita que o trabalho desenvolvido pela Igreja de Nova Iguaçu tenha gerado uma *inquietação* na elite local. Ao caracterizar a sociedade iguaçuana naquele momento, Antônio Ivo diz que havia uma elite econômica formada por empresários e outros grupos e a população mais pobre, entre os dois extremos existia uma classe média *esclarecida*, porém era muito pequena. A leitura de Antônio Ivo remete a uma elite econômica constituída por empresários, produtores agrícolas e comerciantes, cuja qualidade de vida contrastava com a outra parte da população formada por lavradores, migrantes nordestinos e de outras cidades do estado, operários e trabalhadores do comércio e uma incipiente classe média munida de capital intelectual e econômico.³⁵³ Enfim, acreditamos que

³⁵⁰Entrevista Antônio Ivo de Carvalho concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

³⁵¹Entrevista Antônio Ivo de Carvalho concedida a Adriana Serafim em 13 jul. 2012.

³⁵²*Idem*.

³⁵³A identificação destes grupos foi possível a partir das entrevistas, já citadas, concedidas por Pe. Bruno e Artur Messias e no texto de MAINWARING, S. op. cit. p. 210.

uma aliança política entre o bispo diocesano, lideranças políticas ligadas ao PCB, estimulando a organização social, em movimentos como o MAB e o MNA, cujas reivindicações estavam sendo atendidas e interferiam diretamente nessa dinâmica de relações de dependência pessoal teria gerado um sentimento maior que uma *inquietação* naqueles que estavam do outro lado do campo político iguaçuano.

Em 1982, no conturbado cenário político, social e religioso iguaçuano a disputa eleitoral contribuía para torná-lo ainda mais complexo. Acreditamos que esse fato interferiu no conflito entre o Padre Ros e D. Adriano Hypólito. Os jornais locais representaram, neste debate, o papel de interlocutores e “porta-vozes”, de acordo com os interesses de seus proprietários. É através deles que conseguimos acompanhar o dia a dia do conflito: as igrejas invadidas, os bairros onde elas estavam localizadas, as pessoas envolvidas, enfim, é possível acompanhar os desdobramentos cotidianos e as decisões institucionais como se nós observássemos através de uma lupa esse período da história de Nova Iguaçu.

3.2 – A “Guerra do Riachão” e a disputa eleitoral

No primeiro capítulo evidenciamos o permanente diálogo que ocorria na DNI entre a esfera religiosa e a esfera política. Na seção anterior deste capítulo pudemos constatar que vários atores envolvidos nos movimentos sociais e com estreitas relações com D. Adriano e com a DNI concorreram a algum cargo eleitoral pelo PMDB, em 1982. Também foi possível observar que essa proximidade não representava uma unanimidade dentro da diocese. O clero era dividido entre “progressistas”, “moderados” e “conservadores”. Um dos nomes dessa resistência à atuação pastoral da DNI foi Pe. Valdir Ros que, por sua vez, agregou ao seu lado atores sociais que compartilhavam seu ponto de vista sobre a forma com que a Igreja Católica deveria agir no mundo.

O crescente espaço e autonomia dados pela DNI a lideranças como Antônio Ivo e Paulo Amaral pode ter aflorado em atores como o Pe. Ros um sentimento “anticomunista”. E a partir deste, outras divergências podem ter surgido para além do campo religioso. Assim como D. Adriano, o Pe. Valdir Ros atraiu aliados, porque era uma figura de destaque na Diocese e no campo católico. Dentre os aliados do Pe. Valdir destacamos José Lopes de Brito, proprietário do *Correio de Maxambomba*, e Valcir de Almeida, proprietário do *Jornal de Hoje*, que apoiavam o padre, conforme indicamos na terceira seção do primeiro capítulo.

Observamos que os proprietários de alguns jornais tinham uma atuação direta no campo da política, sobretudo, nos aspectos partidário e eleitoral. Os jornais expressavam os diferentes interesses de seus donos, publicando leituras dos acontecimentos locais de acordo com estes interesses. Nas reportagens sobre a “Guerra do Riachão” é possível perceber os interesses políticos subjacentes ao apoio a cada parte da disputa.

O conflito entre Padre Valdir Ros e D. Adriano foi mais tenso no ano de 1982. O próprio D. Adriano faz essa afirmação em matérias de jornais e entrevistas. O retorno do padre acirrou o conflito iniciado em 1979. Acreditamos que a disputa eleitoral tenha contribuído para que as ações do padre tivessem maior divulgação.

O Pe. Valdir se instalou no prédio do IEM e começou a celebrar missas na igreja sediada no mesmo terreno. Ao retornar ao local onde viveu por tantos anos Pe. Valdir recebeu proteção, condições de articulação com pessoas que o apoiavam de diversas formas, inclusive na propagação de suas ideias. Com o apoio de um grupo de fiéis o sacerdote foi ocupando as igrejas que compunham as suas paróquias.

Uma dessas ocupações foi noticiada pelo *Correio de Maxambomba* sob o título: “Jardim Nova Era: Padre reassume paróquia”. E segue o texto:

“Foi demonstração de amor e espiritualidade, a celebração da missa de Ação de Graças a Deus, pelo motivo do Padre Valdir Ros ter reassumido a paróquia do bairro Nova Era, com 50 Igrejas, sediada à rua Alcir Brasil, **próximo ao Centro Comunitário local, coordenado pelo nosso diretor José Lopes de Brito.**”³⁵⁴
(Grifo meu)

Ainda na mesma reportagem, o autor da matéria destaca que compareceram à missa mais de 500 pessoas “não tendo a igreja espaço suficiente para comportá-los”. Dentre os presentes cita: o pastor, professor e jornalista Hávila Sá Freire de Souza (que assina a matéria), Pastor Dr. Gerson de Oliveira Primo e José Lopes de Brito.

José Lopes de Brito era um apoiador do Pe. Ros. Ele era diretor do jornal *Correio de Maxambomba* e capitão reformado do Exército.³⁵⁵ O militar reformado também atuava no movimento social como presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Nova Era. Em 1982, Capitão Brito, como era conhecido em Nova Iguaçu, foi candidato a vereador pelo Partido Democrático Social/PDS, partido da base do governo militar.³⁵⁶ Conforme evidenciamos no segundo capítulo, o movimento de associações de bairros liderado pelo MAB tinha muita força política no município de Nova Iguaçu, chegando a representar mais de 120 associações de bairros.³⁵⁷ No entanto, essa representação não era unânime. Acreditamos que a associação de moradores do bairro Nova Era, presidida pelo Sr. José Lopes de Brito, figurasse como oposição ao MAB, e também poderia funcionar como interlocutora do governo local. Coincidentemente, no mesmo bairro onde há um padre que discorda do bispo, há uma associação de moradores cujo presidente é militar e candidato a vereador pelo PDS, opositor direto do PMDB.

As reportagens do jornal *CM* noticiavam os eventos promovidos pelo Pe. Ros, como as tentativas de ocupação dos templos, assim como evidenciavam que o trabalho desse religioso era voltado “para Deus”. Afirmava que Pe. Valdir fora perseguido por D. Adriano, sendo destituído da função de vigário do Riachão pelo fato de “querer salvar almas” e porque “não participava da nova ordem criada [na Diocese]: os padres-políticos-partidários”.³⁵⁸ O jornal sugeria como motivação para o conflito as discordâncias no que se refere à atuação pastoral, e também enfatizava uma “perseguição” sofrida pelo padre.

Além do *Correio de Maxambomba*, outro jornal dá ampla divulgação às ações do Pe. Valdir. O *Jornal de Hoje/JH* publicou uma matéria informando sobre as pretensões do Pe. Ros. “Qualificados de mirabolantes” pelo JH, os planos do Pe. Valdir Ros consistiriam em “a partir da paróquia do Riachão, onde reside, ocupar todas as paróquias da Diocese e expulsar o Bispo.”³⁵⁹ Posteriormente, invadiria uma igreja na Paróquia de Éden, bairro do município de São João de Meriti, pertencente à diocese de Duque de Caxias, cujo bispo era D. Mauro Morelli. Por intermédio de Paulo Amaral, D. Mauro Morelli concede uma entrevista ao JH sobre o assunto. D. Mauro, diz que foi conversar pessoalmente com Pe. Ros, que fora seu colega de Seminário (Viamão), onde estudaram juntos no curso de filosofia por três anos. O bispo de Duque de Caxias endossa o argumento de D. Adriano que o padre sofreria de um “desequilíbrio muito grande”. Porém, avisou que se as ameaças se concretizassem teria dois caminhos: primeiro buscar seus direitos através da Justiça e segundo mover uma ação contra o padre Ros no Tribunal Eclesiástico, “que funciona no Rio e cobre as dioceses dessa área”. Concluindo sua entrevista, D. Mauro diz que esperava que as “autoridades, grupos, os

³⁵⁴ *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 17 de abril de 1982.

³⁵⁵ *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, 05 set. 1982.

³⁵⁶ *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 set. 1982.

³⁵⁷ MAINWARING, S. op. cit. p. 219.

³⁵⁸ *Correio de Maxambomba*, Nova Iguaçu, 15 de agosto de 1981.

³⁵⁹ *Jornal de Hoje*. Nova Iguaçu, 12 mai. 1982.

próprios meios de comunicação não explorassem uma enfermidade dessas, aumentando o mal” e afirma: “pois essa é minha preocupação maior.”³⁶⁰

O JH explorava mais o lado sensacionalista do conflito. Apresentou as pretensões do Pe. Valdir, que foram retrucadas por D. Mauro Morelli, mas diante das divergências explora uma possível ação no Tribunal Eclesiástico. Um processo dessa natureza provavelmente teria grande repercussão, principalmente, se ocorresse uma condenação.

O proprietário do JH, Valcir de Almeida, era membro do Diretório Municipal do Partido Democrático Social/PDS. De acordo com Robinson Azeredo, editor do *Correio da Lavoura*, Valcir de Almeida foi beneficiado pelo governo pós Golpe de 1964 para compra de maquinário gráfico que permitiu que seu jornal se tornasse diário.³⁶¹

A polêmica envolvendo a Igreja Católica crescia e tomava as páginas dos jornais locais. Numa entrevista publicada logo após a MU no *Jornal de Hoje*, quando questionado sobre o que pretendia fazer na Paróquia do Riachão, D. Adriano responde que realizaria “um trabalho pastoral muito paciente e compreensivo para o povo”. O bispo faz questão de salientar que Pe. Valdir se colocou contra toda a Igreja, por isso não se tratava de uma polêmica entre um padre e um bispo.³⁶²

O trabalho pastoral a que o bispo se referiu na entrevista foi anunciado cerca de um mês depois no *Boletim Diocesano/BD*. Numa espécie de editorial, D. Adriano informava aos diocesanos que as “Santas Missões” ocorreriam no período de 24 de julho a 20 de agosto. As “missões” seriam pregadas por uma equipe de freis capuchinhos vindos do Rio Grande do Sul. Na primeira etapa seriam atendidas as paróquias de Austin, Bairro da Luz, Bairro São João, Cabuçu, Comendador Soares, Riachão e Queimados-Conceição, envolvidas no conflito com o Pe. Ros. As “missões” significariam uma “intensificação da fé e da vida cristã, um princípio de conversão profunda e uma visão mais clara do mistério da Igreja e da unidade da Igreja em torno do Papa e do bispo”. Ainda no mesmo texto, D. Adriano adverte os fiéis que “apesar de atingirem somente poucas paróquias, as Santas Missões devem interessar a toda nossa diocese”. E completa afirmando que todas as paróquias deveriam “assumir como suas as missões, assim como o seu resultado pastoral”. Foi constituída, então, uma coordenação diocesana liderada pelo Pe. Matheo Vivalda (vigário geral) e pelo Irmão Wim Gistelijnck (coordenador diocesano de pastoral).³⁶³ Enquanto isso, o Pe. Ros prosseguia com a ocupação dos templos. Nos bairros onde o sacerdote havia ocupado a igreja católica local as celebrações e outros rituais missionários aconteciam nas praças, residências dos fiéis e escolas.³⁶⁴ As “Santas Missões” terminaram com uma missa campal, celebrada em 22 de agosto de 1982.

No domingo seguinte ao encerramento das missões, 29 de agosto, dois freis capuchinhos acompanhados de padres da diocese tentaram retomar duas igrejas ocupadas por Pe. Ros. Um forte tumulto ocorreu, e o episódio teve grande repercussão, sendo noticiado pelos jornais locais e por jornais de ampla circulação. A reportagem do jornal *O Globo*³⁶⁵, intitulada “Fiéis tradicionalistas em Nova Iguaçu causam tumulto”, informou que o Frei Guerino Valderico, capuchinho que havia participado das “missões”, quase foi linchado na igreja Menino Jesus de Praga, no bairro Cacua. E na capela do Jardim Nova Era, Frei Hilário Frigueto, outro capuchinho participante das “missões”, foi agredido num tumulto em que os bancos paroquiais foram usados como armas. De acordo com a reportagem o tumulto só foi controlado depois que policiais militares deram tiros para o alto. Frei Hilário relatou que D. Adriano decidiu ocupar as igrejas no dia anterior. Então pela manhã seguiu para celebrar a

³⁶⁰ *Jornal de Hoje*. Nova Iguaçu, 12 mai. 1982.

³⁶¹ Entrevista Robinson Belém de Azeredo concedida a Adriana Serafim em 29 de março de 2011.

³⁶² *Jornal de Hoje*. Nova Iguaçu, 29 mai. 1982.

³⁶³ *Boletim Diocesano*. N. Iguaçu, n. 162-163, jul./ago. 1982. p. 1.

³⁶⁴ *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 ago. 1982.

³⁶⁵ *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1982.

missa na igreja de Nova Era junto com o Pe. Matheo Vivalda (vigário-geral da diocese) e um grupo de leigos. Ao chegarem, Maria Paulina dos Santos, identificada pelo jornalista como uma “seguidora” do Pe. Valdir, começou a gritar da janela que avisassem o Pe. Valdir. Logo depois chegou um caminhão cheio de pessoas que gritavam “Fora, comunistas!”. Frei Hilário informou ainda, de acordo com o jornal, que o Pe. Ros chegou de carro e portava um alto-falante com o qual incitava “seus seguidores” a expulsá-los do local.³⁶⁶

Com o objetivo de retomar as igrejas de propriedade da Diocese de Nova Iguaçu, D. Adriano procurou o auxílio do governo do estado, pois as atitudes do Pe. Valdir geravam um “terror religioso”. Numa outra reportagem do jornal *O Globo*, D. Adriano informou ao jornalista que desde maio preparava um esquema para a polícia garantir as celebrações das missas nas igrejas “invadidas” pelo Pe. Ros. O prelado diz que teve audiência com o governador Chagas Freitas (PMDB), com o Secretário de Justiça e com o Secretário de Segurança. De acordo com o jornal, o delegado de Nilópolis, Juarez Lisboa, foi designado para acompanhar o caso e fornecer suporte policial quando os “padres progressistas” fossem atuar nos bairros onde o Pe. Valdir houvesse ocupado templos.³⁶⁷

Ainda de acordo com a reportagem, o objetivo de D. Adriano era retomar cinco igrejas e deixar o Pe. Valdir ocupando o prédio do Seminário IEM e as capelas menores. O plano para retomada dos templos havia sido informado ao delegado e confirmado no dia anterior. Caberia a Juarez Lisboa providenciar o reforço do policiamento. Entretanto, relata o bispo, chegou ao local “apenas uma patrulhinha com três policiais da PM”, contingente insuficiente para conter a multidão. Informado da situação, D. Adriano diz que tentara entrar em contato com as autoridades políticas e policiais sem sucesso.³⁶⁸

Interessante nos relatos acima a estrutura que o Pe. Valdir consegue mobilizar: ele ocupa as igrejas, mantém a ocupação e consegue impedir a diocese de retomá-las. Obriga assim o bispo a solicitar a “ajuda” do governo estadual para garantir a segurança e a apropriação dos templos por parte da diocese. Como Pe. Valdir consegue isso?

Não se pode negar que padre Ros é visto pelos fiéis como representante da Igreja Católica. Assim como é reconhecido e respeitado naquela região. Sobre esses pilares conseguiu ocupar e manter-se no controle dos templos, porque recebera apoio não só dos católicos como dos moradores. Em entrevista concedida à autora, o então prefeito de Mesquita, Artur Messias³⁶⁹, confirmou que as pessoas gostavam muito do Padre Valdir Ros no Riachão, sua liderança era reconhecida e respeitada.

Voltando à reportagem publicada no jornal *O Globo* sobre a tentativa de retomada das igrejas por parte da diocese, segundo o jornalista “a disputa entre o padre tradicionalista Valdir Ross e o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, pelas igrejas da diocese local, tem a estratégia de uma guerra, principalmente do lado de Ross e seus seguidores.”³⁷⁰ De acordo com o texto, quando o padre percebia alguma movimentação por parte da diocese para retomar os templos, soava uma sirene e, em poucos minutos, reunia ao seu redor uma “tropa preparada para expulsar padres, missionários ou leigos” que os ameaçassem.³⁷¹

Além de gozar da confiança dos fiéis e dos moradores do Riachão, Pe. Ros recebia apoio de comerciantes locais. A rápida mobilização para combater os “comunistas” funcionava porque Pe. Valdir tinha a sua disposição um caminhão de propriedade da Fornecedora de Materiais de Construção Monte Sol, localizada no bairro de Rosa dos Ventos, duas kombis, dois Volkswagen e recursos financeiros conseguidos no exterior que seriam

³⁶⁶ *Idem.*

³⁶⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1982.

³⁶⁸ *Idem.*

³⁶⁹ Entrevista de Artur Messias concedida a Adriana Serafim em 29 de janeiro de 2011.

³⁷⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 set. 1982.

³⁷¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 set. 1982.

aplicados no seminário desativado há quase um ano, informava a reportagem de *O Globo*. Outro fator que contribuiu para rápida locomoção dos adeptos do padre Ros é a proximidade das igrejas. Segundo jornalista de *O Globo*, em uma hora percorreu vinte delas.³⁷² É possível que comerciantes e pessoas ligadas as empreiteiras que loteavam terrenos vissem no apoio ao Pe. Valdir uma forma de atingir D. Adriano, já que a proximidade do bispo com os movimentos de ocupação urbana contrariava os interesses financeiros dessas pessoas. Essa questão será retomada na próxima seção.

Diante da posição irredutível do Pe. Valdir, D. Adriano manteve o processo cível contra o clérigo, mas ordenou aos novos párocos que celebrassem as missas e sacramentos nas casas dos fiéis. Apesar de manter o argumento que as atitudes do padre eram motivadas pela “esquizofrenia”, D. Adriano declarou, numa outra reportagem publicada no jornal *O Globo*, que existiam implicações políticas no conflito com o Pe. Ros. De acordo com a matéria, o bispo dissera “que, segundo amigos, por trás do padre Valdir vem agindo o mesmo grupo que há cinco anos o sequestrou”. Nas palavras de D. Adriano: “Esse grupo é direitista e ligado ao esquema repressivo que está perdendo a importância e o poder.”³⁷³

O semanário *Correio da Lavoura*, um dos jornais mais antigos em atividade em Nova Iguaçu, apoiava o bispo. Seu editor, Robinson Azeredo, informou em entrevista concedida para este trabalho que participou por quatro anos da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, entre 1978 e 1981.³⁷⁴ Na visão apresentada pelo jornal, nessa estrutura à disposição do Pe. Ros havia a intenção de desarticular a política pastoral implementada na diocese por D. Adriano Hypólito. De acordo com a reportagem de capa do *Correio da Lavoura*, intitulada “Adeptos de Valdir Ros contam com apoio de Zamith para atacar D. Adriano Hipólito”, fora construída uma

“campanha de desarticulação interna do trabalho da Diocese, que vem sendo desenvolvida pela corrente do Padre Valdir Ros, vem recebendo apoio ostensivo de correntes governistas dentro de Nova Iguaçu. O Jornal de Hoje, de propriedade do Sr. Valcir de Almeida, membro do Diretório Municipal do Partido Democrático Social (PDS), juntamente com o Correio de Maxambomba, de propriedade do capitão reformado do Exército José Lopes de Brito, têm funcionado como porta vozes da pregação desagregadora do Padre Valdir, que a todo momento procura caracterizar o trabalho de conscientização comunitária desenvolvidos pelos organismos da Diocese como orientação comunista e maçônica. Elementos ligados aos órgãos de repressão têm sido identificados no séquito que acompanha para todos os lados o dirigente do Instituto Estrela Missionária, que por diversas vezes, já se confessou seguidor do Monsenhor Lefebvre, bispo francês que se revoltou contra a autoridade do Papa e se nega a se orientar pelas normas estabelecidas pelo Vaticano. [...]

A denúncia de que o tenente coronel José Ribamar Zamith (acusado do seqüestro do bispo em 1977) estaria dando “segurança” às atividades de Valdir Ros só vem reforçar a visão de que, mais de que uma simples dissidência religiosa, provocadas por perturbações mentais, o confronto que se estabeleceu dentro da Diocese representa uma articulação da extrema-direita contra a linha pastoral do Bispo de Nova Iguaçu um dos mais destacados defensores da Teologia da Libertação.”³⁷⁵

O trecho desta reportagem enfatiza a relação entre proprietários de jornais locais e membros da direção do partido do governo, o PDS. O conjunto de matérias nos permite concluir que esses homens fazem parte da elite iguaçuana (uma vez que não é qualquer pessoa, por exemplo, que consegue ser capitão do Exército, patente que exige carreira militar

³⁷² Ibid.

³⁷³ *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 set. 1982.

³⁷⁴ Entrevista Robinson Belém de Azeredo concedida a Adriana Serafim em 29 de março de 2011.

³⁷⁵ *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, 05 set. 1982.

e formação intelectual). E, a partir delas, analisar que o apoio recebido por Pe. Ros dos proprietários dos jornais mostra que o sacerdote teve acesso a uma rede que possuía recursos financeiros e a disponibilizava para manter a estrutura de ocupação dos templos buscando atingir D. Adriano e, conseqüentemente, os adversários políticos ligados ao bispo e aos movimentos sociais que estavam disputando as eleições. A inquietação gerada pelo trabalho pastoral da Diocese e dos movimentos sociais abordada no segundo capítulo pode ter se manifestado dessa forma.

Além da ligação com lideranças políticas do partido governista, a reportagem indica³⁷⁶ que pessoas ligadas aos órgãos de repressão acompanhavam o Pe. Ros. Cita o tenente coronel José Ribamar Zamith, acusado de planejar o sequestro de D. Adriano, em 1976. Supomos, diante desses vestígios, que os proprietários dos jornais pudessem ter alguma ligação com o tenente coronel Zamith e suas ações representassem parte de uma estratégia mais ampla para desarticular o trabalho pastoral da diocese.

O nome de José Ribamar Zamith consta nos arquivos do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ como torturador e membro do aparato de repressão nos anos 1970. De acordo com o texto, ele foi coronel de Informações do Exército. Atuou no Pelotão de Investigações Criminais/PIC. Serviu no DOI-CODI/RJ. Fez curso de torturador nos Estados Unidos. Recebeu a Medalha do Pacificador, em 1970.³⁷⁷

De 1967 a 1970, como capitão, José Ribamar Zamith comandou a 1ª Companhia de Polícia do Exército sediada na Vila Militar³⁷⁸, em Deodoro, subúrbio do Rio de Janeiro. Esta região militar era os “olhos” da ditadura na Baixada Fluminense. Seus militares acompanhavam as movimentações políticas dos governos dos municípios que a compunha. De acordo com José Cláudio Alves, o militar articulou pessoalmente o processo de afastamento do prefeito iguaçuano Ari Schiavo (MDB) em 1967, seis meses após sua posse. Relata em seu livro que os vereadores de Nova Iguaçu passaram a noite anterior à cassação do referido prefeito na sede do regimento comandado por Zamith. O processo foi concluído com 18 vereadores seguindo o “combinado com o capitão”, num total de 19.³⁷⁹ Essa interferência perdurou até o fim do regime se estendendo a outras esferas da vida social. De acordo com Artur Messias³⁸⁰, Zamith foi designado pela “Vila Militar para cuidar de Nova Iguaçu.”

Sob o conhecimento do militar, mandatos de políticos eram interrompidos ou cumpridos, professores podiam ou não lecionar nas escolas municipais. Uma professora de geografia da Escola Municipal Monteiro Lobato, “onde os professores eram permanentemente monitorados por um certo coronel Zamith”, lembrou, tempos mais tarde numa reportagem, que entre 1968 e 1970, foi convocada a prestar esclarecimentos na Vila Militar, porque aplicou uma prova “sobre a União Soviética usando informações que não estavam nos livros escolares.”³⁸¹ Depois desse episódio, a professora em questão, Sada Baroud David, foi trabalhar como secretária da Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Sada foi uma das organizadoras da MU, descrita no primeiro capítulo deste trabalho.

Mas a relação de Zamith com Nova Iguaçu não se restringia à política. Ele participava de festas no Country Club do município. De acordo com Artur Messias, o militar possuía uma vida social local “com o objetivo de passar recados, de dizer como é que tinham que ser as

³⁷⁶ Utilizamos o verbo indica, porque ao indagarmos Robinson Azeredo sobre essa questão, ele respondeu que havia rumores, que foi publicada a matéria, mas não havia condições de provar se esse apoio efetivamente ocorreu ou não.

³⁷⁷ Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?Coddenucia=96&ecg>>. Acessado em: 09 ago, 2012.

³⁷⁸ ALVES, J. C. S.op. cit. p.101.

³⁷⁹ Ibid. p.101.

³⁸⁰ Entrevista de Artur Messias concedida a Adriana Serafim em 29 de janeiro de 2011.

³⁸¹ FERREIRA, Flávia. A geografia da ditadura. Disponível em www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=21588 Acessado em 03 jul. 2012.

coisas e também de levantar situações.”³⁸² Podemos dizer, então, que essa convivência o permitia conhecer bem a região e estabelecer contatos com diferentes segmentos sociais, inclusive o religioso, sugerindo que o apoio dado pelo militar ao Pe. Valdir Ros, evidenciado na reportagem do CL poderia ter existido. Pe. Valdir poderia ser visto pelos militares como uma forma de atingir D. Adriano por dentro da instituição, sem o uso da violência. Porque apesar do “afrouxamento” da repressão o monitoramento da comunidade de informações continuava funcionando, sobretudo em relação a alguns religiosos, especialmente cristãos (católicos e protestantes) vistos como subversivos.³⁸³

Esses episódios ocorrem em Nova Iguaçu durante o período de “abertura política”, momento que marca o acirramento do conflito entre Igreja Católica e as Forças Armadas. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica enfrenta uma crise de vocações. Essas duas questões têm influência direta no cotidiano da DNI. Conforme citado, o bispo e as igrejas foram vítimas de violências, além de receberem ameaças constantes. A diocese não possuía padres suficientes para o atendimento de todas as paróquias. Durante o ano de 1982, vários textos foram publicados no *Correio da Lavoura* sobre a questão das vocações e o papel do leigo na Igreja. Havia textos, de autoria de D. Adriano, informando sobre a construção do Seminário Diocesano³⁸⁴ e, inclusive, defendendo a ordenação de homens casados³⁸⁵. A nosso ver, esse fato pode ter contribuído para D. Adriano não expulsar o padre da DNI e nem mover contra ele um processo no Tribunal Eclesiástico. Pois o bispo permitiu que o Pe. Valdir continuasse celebrando em algumas igrejas. Apreendemos essa informação porque o Frei Guerino, capuchinho envolvido numa tentativa de retomada de um templo, declarou ao jornalista que D. Adriano pretendia retomar apenas cinco templos de cerca de vinte ocupados pelo Pe. Valdir.³⁸⁶ Numa outra reportagem do jornal *O Globo*, o próprio D. Adriano afirma que não teriam validade as confissões e matrimônios realizados pelo Pe. Ros porque de acordo com o Código de Direito Canônico a DNI teria que autorizá-lo, mas “quanto aos demais sacramentos, são válidos, porque não há exigência de permissão de caráter territorial”³⁸⁷. Com estas medidas, D. Adriano havia garantido a reprodução do “corpo místico”, o atendimento aos fiéis e a defesa da imagem da instituição.

Os textos jornalísticos são ricos em detalhes sobre as articulações cotidianas na “Guerra do Riachão” tanto da parte de D. Adriano quanto do Pe. Valdir Ros e o que citamos aqui representa apenas uma pequena porção das intrincadas redes sociais e, em certa medida, políticas que operavam no período. Acreditamos que, além da disputa eleitoral, estava em jogo a configuração do espaço urbano, através da luta pela terra bastante antiga naquele território e que ganhava novos embates no mesmo período. Vamos abordar, de agora em diante, a luta subjacente: a disputa eleitoral que tornava ainda mais complexo o cenário onde ocorreu a Missa da Unidade.

3.3 – Ocupação do espaço urbano e a “Guerra do Riachão”

A MU foi nosso ponto de partida, uma pista que nos permitiu perceber que havia um conflito. A partir do momento que iniciamos a investigação desse conflito, descobrimos que há vários conflitos dividindo a diocese que se interligam a partir dos atores envolvidos na MU. Por isso não se trataria apenas de uma simples oposição entre progressistas e

³⁸²Entrevista de Artur Messias concedida a Adriana Serafim em 29 de janeiro de 2011.

³⁸³BRITO, A. S. op. cit. p.161.

³⁸⁴Cf. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, 04 de abril de 1982, Coluna Nossa Diocese, p.3.

³⁸⁵Cf. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, 21-22 de agosto de 1982, Coluna Nossa Diocese, p.4.

³⁸⁶Ver mapa no Anexo C.

³⁸⁷*O Globo*. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1982.

conservadores. A nosso ver, a “Guerra do Riachão” não possui apenas a perspectiva teológica, mas política. E essa perspectiva se materializa, conforme visto na seção anterior, na rede de relações religiosa, social e política que cada religioso está envolvido, porque subjacente à disputa eleitoral há a disputa pela posse da terra.

O período da abertura política brasileira também é caracterizado pelo crescimento dos movimentos sociais urbanos. Além das associações de moradores, os mutirões de ocupação urbana fazem parte do cenário social de Nova Iguaçu. Dois movimentos populares ganham destaque: o MAB e o MNA, conforme evidenciamos no capítulo 2. Entre 1981 e 1982, ocorreram invasões de terrenos urbanos no município gerando intensas disputas pela terra. Segundo Scott Mainwaring, a Igreja defendeu os invasores protegendo-os da repressão.³⁸⁸

Para compreender a “Guerra do Riachão” como um instrumento para atingir o bispo D. Adriano Hypólito e o trabalho pastoral da DNI, é importante entender as dinâmicas de mobilidade socioespacial e a ocupação do solo urbano dos municípios que formam a Baixada Fluminense, dos quais vários compõem a Diocese de Nova Iguaçu.

Observando o bairro do Riachão, através das fotografias apresentadas no primeiro capítulo, percebemos um cenário aparentemente bucólico. Construções dispersas intercaladas com terrenos desocupados, o que não significa que não tinham dono. Mais do que o bairro propriamente dito, as fotografias retratam uma política habitacional, revelando um modelo de ocupação do solo da Baixada Fluminense que gera desigualdade social e econômica.

O Riachão é um bairro afastado do centro de Nova Iguaçu, caracterizado, nas reportagens sobre o conflito, pela pobreza e violência.³⁸⁹ Ladeado pela Rodovia Presidente Dutra apresentava então, na década de 1980, grande área desocupada. Ao longo desses trinta anos, infelizmente, pouca coisa mudou nessa paisagem. Que traz à baila a política de ocupação do solo urbano no estado do Rio de Janeiro, porque guarda as características gerais desse processo. Para compreendê-lo é imprescindível ter em mente a diferença entre loteamento e ocupação real. Esta última, salta aos olhos nas imagens deste bairro contidas em nossas fontes primárias, como também na imagem do Anexo B. Para compreendermos melhor esse processo recorreremos a estudos no campo da história e da geografia.

A Baixada Fluminense, hoje, está inserida na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Mas essa integração foi construída e resultou de um longo processo de ocupação do solo urbano. No estudo sobre o **Rio de Janeiro: cidade e região**,³⁹⁰ organizado por Maria Therezinha de Segadas Soares e Lysia M. C. Bernardes, encontramos importantes reflexões que contribuíram para pensar como a forma de integração do Grande Rio à metrópole pode ter contribuído para construção de paisagens como a do Riachão.

Da obra citada acima, utilizamos o capítulo no qual a autora aborda a integração do “Recôncavo da Guanabara” à área metropolitana do Rio de Janeiro.³⁹¹ A autora toma como modelo Nova Iguaçu e argumenta que escolheu estudar a evolução deste município porque fora a sede do grande município do qual foram desmembrados Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Segundo ela, essa análise permite a compreensão da maneira pela qual se processou e continua se processando a integração de um amplo setor da baixada na área metropolitana do Rio de Janeiro.³⁹²

³⁸⁸ MAINWARING, S. op. cit., p.221.

³⁸⁹ Cf. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 08 de setembro de 1982 e ALVES, M.M. Divisão e reação na Baixada. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 29-30 mai. 1982. p.3.

³⁹⁰ BERNARDES, Lysia M. C. & SOARES, Maria Terezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1987. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/biblioteca_carioca_pdf/rio_de_janeiro_cidade_e_regiao.pdf>.

³⁹¹ SOARES, M. T. S. A integração do Recôncavo da Guanabara na Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro. In: ___ & BERNARDES, L. M. C. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1987. p.42-67.

³⁹² SOARES, M. T. S. op. cit., p.65.

Para Soares, as vias de circulação (transportes) orientaram, em seu aspecto geral, o processo de integração da Baixada Fluminense como área metropolitana; o modo pelo qual se processa essa integração é caracterizado pela dispersão e pela descontinuidade.³⁹³ Isso significa que a ocupação territorial é descontínua e desordenada, formando núcleos populacionais esparsos, de origens diferentes que “vão sendo soldados por imensa massa de construções ou permanecem isolados como verdadeiros vanguardeiros da urbanização”.³⁹⁴

Nesse processo, Soares reconhece quatro formas de expansão da metrópole carioca em direção ao “Recôncavo da Guanabara”: as estações ferroviárias; os loteamentos; a industrialização e finalmente os pequenos e antigos centros urbanos. Os apontamentos da autora sobre os loteamentos contribuíram para compreensão da paisagem do Riachão.

No momento em que realiza seu estudo, final da década de 1980, Soares vê nos loteamentos “a forma mais generalizada pela qual se vem realizando atualmente a incorporação da baixada à área metropolitana do Rio de Janeiro”.³⁹⁵ O sucesso dessa modalidade é atribuído a três fatores: necessidade de moradia para uma população crescente (migração); rápida desvalorização monetária que leva a população de baixa renda a investir suas economias na compra de lotes nessa área e a facilidade de locomoção para a metrópole; tal dinâmica gera valorização das terras. Entretanto, a mesma autora faz importante observação sobre esse empreendimento, afirmando que “o loteamento não significa a ocupação real da área”³⁹⁶, que pode ser usada para especulação imobiliária. Soares cita parte de um estudo de Greiger e Mesquita, no qual deduzem que, em função da especulação imobiliária, “o loteamento que transforma paisagens rurais em urbanas também transforma terras cultivadas em terrenos baldios”, porque “muitos lotes ficam longo tempo desocupados e certamente assim continuarão” até que o proprietário decida que não o quer mais.³⁹⁷

Lotear uma área exige alguma estrutura para que antigas propriedades rurais possam ser retalhadas e vendidas em pequenas partes. Nesse sentido, Soares afirma que os recursos necessários para lotear a BF, como os capitais, os técnicos e os corretores de imóveis, vieram de empresas sediadas no centro do Rio de Janeiro, capital do estado, qualificada como “metrópole”.

A autora ainda observa que, embora toda Baixada esteja loteada, sua ocupação real está concentrada próxima das estações do trem ou das rodovias secundárias vizinhas a elas. E mesmo nos locais onde se registra essa ocupação real há extrema dispersão das construções.

Essa dispersão se verifica, sobretudo, ao longo das rodovias. A esse respeito, a autora afirma que a ocupação real dos loteamentos ao longo das rodovias que cortam a Baixada Fluminense vêm permanecendo com suas margens bastante vazias. Esse esvaziamento seria motivado pela especulação que geraria o alto custo do solo para instalação de indústrias, preço elevado dos lotes em áreas residenciais e, também, pelo alto preço das passagens para o Rio de Janeiro. Ao longo de rodovias modernas como a Presidente Dutra, é possível observar “suas margens destituídas de construções residenciais, apesar de os loteamentos serem numerosos” e antigos. Ao percorrê-las “não se tem idéia das grandes densidades de população que podem ser encontradas um pouco mais além, ao longo ou entre as vias férreas”, concluindo que apesar do grande número de áreas loteadas ao longo das rodovias, a efetiva ocupação urbana dessa região se orientava pelas ferrovias³⁹⁸. Ora, este é precisamente o cenário do bairro do Riachão. E como assinalamos no início desta seção, tomamos o bairro do Riachão como exemplo, o que significa que a análise de Soares se adequa a qualquer área do

³⁹³ SOARES, M. T. S. op. cit., p.42.

³⁹⁴ Ibid. p. 58.

³⁹⁵ Ibid., p.59.

³⁹⁶ Ibid., p.60.

³⁹⁷ SOARES, M. T. S. op. cit., p.61.

³⁹⁸ SOARES, M. T. S. op. cit., p.60-61.

município de Nova Iguaçu que guarde as mesmas características apresentadas acima, como a área onde nasceu o Mutirão de Nova Aurora.

Vera Mendes evidencia aspectos importantes para a reflexão sobre a ocupação do solo urbano da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos. De acordo com Mendes, a década de 1950 marca uma mudança drástica na paisagem da região, que vai deixando de ser rural para se tornar urbana. Os municípios que apresentam maior crescimento demográfico são Nova Iguaçu e Duque de Caxias³⁹⁹. As grandes propriedades destinadas à citricultura e outros gêneros alimentícios declinam, refletindo um movimento que atinge todo o Brasil, sobretudo, o Nordeste. A Baixada, então, constitui-se na principal área de concentração dos retirantes vindos daquela região. Adiante constataremos que esse “inchaço” populacional permitiu a conformação de um novo ator social no cenário brasileiro.

O crescimento demográfico e social da Baixada Fluminense ocorreu sem planejamento e investimentos necessários por parte do Estado, acompanhado de grandes problemas, como desemprego, precárias moradias e ausência de serviços urbanos, como educação, saúde e saneamento básico. A paisagem rural cede lugar aos loteamentos gerando uma ocupação desordenada do solo e sem infraestrutura.⁴⁰⁰ A ocupação real de áreas como Riachão e Nova Aurora caracterizaram-se pela autoconstrução, sem nenhum investimento estrutural e organizacional por parte do poder público.

Para Mendes, a realidade que gera degradação material e física, favorecendo relações de dependência pessoal e políticas assistencialistas, é a mesma que intensifica as reivindicações e o sentimento de revolta, junto a diversos grupos sociais, motivando a organização de movimentos como o MNA e o MAB.

Embora esses movimentos apresentem aspectos novos para a luta social, muitos de seus militantes já haviam participado de outras mobilizações. Scott Mainwaring assinalou que a população do município de Nova Iguaçu possui “uma certa tradição de luta pela obtenção de serviços urbanos”⁴⁰¹ e, também pelo direito à terra. Para conhecer um pouco mais dessa tradição de luta pela terra recorremos ao antropólogo Mário Grynszpan, que discute a ação política de *posseiros* e *grileiros* na luta pela terra na Baixada Fluminense, num recorte temporal de quatorze anos - entre 1950 e 1964.⁴⁰² Seu objetivo é mostrar como a ação política pôde ser ela mesma conformadora de grupos e atores sociais. Esse processo será analisado não como fruto da ação isolada de um único agente, mas sim “como resultante da inter-relação e da concorrência entre diversos agentes pelo controle e a representação do novo ator”⁴⁰³, explica o autor.

Grynszpan acredita que “a forma objetivada como os grupos se apresentam com nomes próprios, organizações, porta-vozes e reivindicações, é fruto de um conjunto de ações e de lutas, de todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização”⁴⁰⁴.

Embora o tema seja pouco explorado, o Estado do Rio de Janeiro⁴⁰⁵ foi cenário da mobilização camponesa, assim como a região Nordeste do Brasil. Não raro os jornais noticiavam a ocorrência de violentos embates entre o campesinato fluminense e a polícia. Periódicos de grande circulação chegaram a “denunciar” que estaria em curso, no Rio de

³⁹⁹ Ibid., p.48.

⁴⁰⁰ MENDES, op. cit., p.45.

⁴⁰¹ MAINWARING, S. op. cit., p.210.

⁴⁰² GRYSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. **DADOS Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol.33 nº2, 1990. p.285-310.

⁴⁰³ Ibid. p.286.

⁴⁰⁴ Ibid. p.286.

⁴⁰⁵ No período estudado por Grynszpan havia o Estado da Guanabara, cuja capital era o município do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói. A fusão entre os dois estados ocorreu em 1975.

Janeiro, um plano de “agitação” do meio rural. A situação que causa tanta preocupação na elite fluminense a ponto de ser comparada à Revolução Cubana, diz respeito ao conflito pela propriedade da terra que se estabeleceu entre *lavradores* de um lado, conhecidos em geral como *posseiros*, e do outro, “*grileiros*, que se apresentavam como proprietários interessados em *despejá-los*”. Segundo Grynszpan, a mobilização dos lavradores fluminenses se dava, em particular, contra os *despejos*.

As ações de despejos se disseminaram por todo estado do Rio de Janeiro. Entretanto, na “região conhecida como *Baixada*”⁴⁰⁶ registrou-se maior recorrência e intensidade dos casos de *despejo*. A partir da ação dos *posseiros*, de resistência, de luta e denúncia, a expulsão dos *lavradores* da terra deixou de ser vista como um problema particular entre os trabalhadores e os proprietários, transformando-se em *despejo*, visto como uma categoria pública, um problema social e político.

De acordo com Grynszpan, diversos fatores possibilitaram essa mudança promovida através da soma de força entre os *lavradores* e outros agentes. O primeiro se refere à nomenclatura utilizada pelos *lavradores* para identificarem a si mesmos e a seus inimigos. O termo *posseiros* denominava os *lavradores* que trabalhavam na terra e também, os arrendatários, empregados e invasores; o termo *grileiros* indicava os falsos proprietários que pleiteavam a terra. Essas categorias eram utilizadas com orientação das lideranças dos *lavradores*, dos seus advogados e de outros agentes não identificados pelo autor. E essa forma de identificação justificava a legitimidade da posse da terra em favor dos primeiros que argumentavam ocupar as terras desde as décadas de 1930 ou 1940. Nas batalhas judiciais, os *posseiros* diziam que quando chegaram à *Baixada* encontraram uma área abandonada, inculta, com terras aparentemente sem dono, cheias de matas e pântanos. Com seu trabalho as teriam desbravado, saneado e produzido, tornando-as valorizadas. Só então, apareceriam os *grileiros* reivindicando a propriedade e promovendo os *despejos*. Esse argumento era utilizado para qualquer caso, em qualquer circunstância, para que a permanência, e em último caso, a propriedade da terra fosse assegurada com base no usucapião⁴⁰⁷. O nome contribuía para legitimar a luta pela terra. Posteriormente, a partir de 1960, a luta se modifica e os movimentos camponeses passam a organizar ocupações com o objetivo de promover a reforma agrária⁴⁰⁸.

Além da arena jurídica, as organizações camponesas utilizavam outras estratégias na resistência contra os *despejos*. A divulgação era uma delas. O autor cita duas formas de divulgação: a organização de passeatas nos centros das cidades – que, sempre que possível, incluíam em seus trajetos a Assembleia Legislativa e o Palácio do Ingá, à época, centros do poder político; e denúncias através de jornais. Com essas estratégias o movimento camponês conseguiu sensibilizar a opinião pública, os políticos e transformar os *despejos* numa questão social e política.

No início da década de 1960 a *Baixada* possuía grande número de *posseiros* e terras ocupadas. Famílias perambulavam à procura de fazendas onde pudessem se estabelecer. Firmou-se, então, uma imagem da região como área de terras disponíveis via ocupação, o que atraía cada vez mais pessoas de diversas partes desse e de outros estados⁴⁰⁹. Além de *lavradores* com a intenção de tornarem-se *posseiros*, a luta contra os *despejos* atraía outros

⁴⁰⁶ Mário Grynszpan diferencia em seu texto os termos Baixada Fluminense e *Baixada*. A primeira, utilizada em sentido fisiográfico pelos geógrafos, abrange toda extensa faixa de terras localizadas entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. A segunda, utilizada pelos jornais e atores da época, reúne os municípios localizados nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, abarcando áreas como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu.

⁴⁰⁷ GRYSZPAN, M. op. cit., p.283.

⁴⁰⁸ Ibid., p.294-296.

⁴⁰⁹ GRYSZPAN, M. op. cit., p.288.

atores para aquele cenário. O autor nos apresenta as associações de lavradores, com destaque para a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro/FALERJ e a Federação dos Lavradores do estado do Rio de Janeiro/FLERJ; os partidos políticos, particularmente PCB e PTB; e lideranças políticas novas ou tradicionais, como Roberto Silveira e Tenório Cavalcanti. Esses atores concorriam entre si por motivos diferentes para influenciar os *posseiros*. Para o autor, esses atores políticos contribuíram para o reconhecimento dos posseiros como atores políticos, consolidando sua presença no cenário social. Toda essa mobilização resultou na desapropriação de dezessete áreas até 1964, antes do golpe militar; dessas, nove ficavam na área da *Baixada*.

Grynszpan destaca a disputa entre estas duas associações, FALERJ e FLERJ, que por sua vez, sofriam influência direta dos partidos políticos. A FALERJ era ligada ao PCB e a FLERJ era ligada ao PTB e, posteriormente, recebeu apoio dos Círculos Operários Católicos.

O autor evidencia o importante papel desempenhado pelos dirigentes comunistas da FALERJ e das associações a ela ligadas em âmbito local, que orientaram a formação da federação e seu trabalho. Informa que dentre seus dirigentes havia membros do PCB que eram camponeses e outros conhecidos como “área de influência” do partido. Estes eram oriundos da cidade, com passagem pelo movimento operário ou por organizações de favelados. Para Grynszpan, a eles se deve a ação política que se desenvolveu sobre os *lavradores* na Baixada. A FALERJ foi criada em Duque de Caxias no início dos anos 1950 e sua base era formada por *posseiros* das áreas que enfrentavam problemas de *despejos*. No caso da federação, era na luta que se conformavam as associações locais. Embora representando a esfera municipal, era controlada por *posseiros* das áreas mais mobilizadas. Assim, também ocorria na esfera estadual. Então, constata que os quadros mais atuantes da FALERJ “eram posseiros vindos, em grande parte, de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, e que se revezavam nos principais cargos de direção”.⁴¹⁰ Na ótica do autor, as associações conformavam seus próprios representados, o que contribuiu para afirmação da presença dos *posseiros* como um novo ator político na *Baixada*.⁴¹¹

Influenciada pelo PCB, a FALERJ passou a disputar o controle dos posseiros com outros agentes e forças – entre eles, o petebista Roberto Silveira, governador do Estado do Rio⁴¹², que durante a campanha eleitoral “havia prometido proteção aos *posseiros* e uma reforma da estrutura agrária do Estado”.⁴¹³ Para tal, criou o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado, direcionado para resolução dos problemas e conflitos de terra. No entanto, verifica o autor, o plano funcionou para criar bases e fortalecer a liderança individual de Roberto Silveira no campo. As realizações promovidas pelo Plano eram divulgadas pelo jornal *Última Hora*, ligado ao PTB, como fruto da ação pessoal do governador. Ainda de acordo com o autor, a assessoria política de Roberto Silveira promovia manifestações de *lavradores* em Niterói agradecendo ao governador pelas realizações. Para Grynszpan, o Plano, ainda que tenha permitido a desapropriação de diversas áreas, foi responsável pela formação de associações e mesmo de outra federação impedindo a influência dos comunistas. Através da FLERJ, criada em 1960, Roberto Silveira congregou as associações surgidas nas áreas desapropriadas pelo Plano de Colonização. Segundo Mário Grynszpan, a FLERJ foi criada para competir com a FALERJ através da cooptação dos *posseiros*. Com a morte de Roberto Silveira, em 1961, Celso Peçanha, eleito vice-governador pelo Partido Social Democrático/PSD, “mostrou-se sensível às pressões da FALERJ e de

⁴¹⁰GRYNSZPAN, M. op. cit., p.297.

⁴¹¹Ibid., p.297.

⁴¹² Até 1975 existiam duas divisões políticas no Rio de Janeiro: o Estado da Guanabara, que compreendia a capital federal, e o Estado do Rio, cuja capital era Niterói, do qual a Baixada Fluminense fazia parte – embora geograficamente esteja localizada mais próxima do Rio.

⁴¹³ Ibid., p.298.

entidades de trabalhadores urbanos ligadas a grupos de esquerda, nomeando para o Plano um diretor por eles aprovado.” Diante desse cenário a FLERJ fica enfraquecida, passando a receber o apoio da Federação dos Círculos Operários Fluminenses/FCOF⁴¹⁴, que procuravam ampliar seu apoio no campo e conter a ascensão da esquerda entre os operários. A atuação da FCOF, juntamente com a FLERJ, tinha uma linha de ação baseada na criação de organizações de assistência moral, material e principalmente jurídica aos *posseiros* e contava com apoio financeiro de instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/IPES. Ações como as ocupações eram condenadas pela FCOC, porque, segundo a entidade, o acesso à terra deveria ocorrer por meios estritamente legais. Grynszpan demonstra que havia uma intensa disputa da FLERJ e FCOF com a FALERJ e PCB pelo controle dos *posseiros* e que, mesmo assim, ambas contribuíram para reconhecer e consolidar a presença deste novo ator social⁴¹⁵.

O trabalho de Mário Grynszpan nos apresentou a atuação de lideranças do PCB na luta pela terra e na organização dos *posseiros* em áreas de conflito por terras em Nova Iguaçu. Algumas dessas lideranças permaneceram na Baixada depois do golpe de 1964, encontrando posteriormente no trabalho da DNI antigos conhecidos, companheiros, estímulo e espaço para continuar a ação política. O MAB e os Mutirões foram espaços privilegiados de congregação destes atores, durante a abertura política. Por outro lado, é possível que lideranças católicas que atuaram na FCOF⁴¹⁶, combatendo os “comunistas”, também estivessem na Baixada e naturalmente discordariam da postura diocesana.

A nosso ver, a questão da terra somada à questão eleitoral poderiam ter motivado a associação de diferentes setores sociais iguaçuanos, ligados ao PDS, a apoiarem as ações do Pe. Ros contra D. Adriano Hypólito, pois ao enfraquecê-lo, conseqüentemente, atingiriam os movimentos sociais locais e seus representantes ligados ao PMDB. Visto que o MAB e os Mutirões haviam crescido muito entre 1979 e 1981, alcançando resultados importantes como a distribuição de terras, no caso de Nova Aurora. Embora tenhamos apresentado apenas o caso do Mutirão de Nova Aurora, diversos bairros da periferia do município de Nova Iguaçu têm suas origens ligadas aos movimentos urbanos de luta pela terra.⁴¹⁷ Estes destinados à moradia e não à produção agrícola como ocorrera até a década de 1960, quando o município abrigava forte mobilização camponesa. Como exemplo dessa mobilização, citamos o Mutirão Rural de Campo Alegre, situado no distrito de Queimados, que após um período de desmobilização volta à cena política no início dos anos 1980. Tratava-se de uma área de disputa entre *grileiros* e 500 famílias camponesas que foi desapropriada, em 1984, por Leonel Brizola, então governador do estado⁴¹⁸.

Mário Grynszpan assinala que, no início dos anos 1960, as ocupações de terras na Baixada foram muito intensas, assim como, a presença dos *posseiros*, imprimindo à região características de “área de fronteira”. Neste mesmo momento a FALERJ, que tinha entre seus

⁴¹⁴Entidade leiga criada nos anos 1930 a partir do Rio Grande do Sul, os Círculos Operários inseriam-se, então, num movimento geral da Igreja Católica no sentido de promover sua doutrina e de reforçar seus vínculos com os trabalhadores.

⁴¹⁵GRYNSZPAN, M. op. cit., p.299.

⁴¹⁶No texto pesquisado, o autor aborda a atuação da FCOF em âmbito estadual. Sobre a atuação dos Círculos Operários com os posseiros em Nova Iguaçu não conseguimos informações. A Prof. Jessie Jane Vieira de Souza no livro **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. op. cit. p.245, cita a criação de núcleos circunistas em áreas estratégicas, como: Volta Redonda, por causa da Companhia Siderúrgica Nacional/CSN e em Duque de Caxias, por causa da Fabrica Nacional de Motores/FNM.

⁴¹⁷Podemos citar Monte Líbano, Jardim Palmares, Cruzeiro do Sul (hoje parte do município de Mesquita, com uma história interessante a ser explorada, pois é resultado da ocupação de um terreno ao lado do 20º Batalhão da PM), cuja propriedade foi reivindicada pela Polícia Militar.

⁴¹⁸SILVA, Percival Tavares da. p.97. **Bolsas de estudo no ensino fundamental privado, entre a universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação: o caso de Nova Iguaçu/RJ**. São Paulo, 2010. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. p.97.

dirigentes membros do PCB que se deslocaram para o trabalho no campo, atuava na região contra os *despejos*. Firmou-se, então, uma imagem da Baixada como área de terras disponíveis via *ocupação* atraindo pessoas de diversas regiões do Estado. Acreditamos que o medo de que na década de 1980 Nova Iguaçu pudesse firmar a imagem de área disponível para moradia via *ocupação* tenha motivado a elite política e econômica local a apoiar o Pe. Valdir Ros disponibilizando caminhões e kombis entre outros recursos necessários para que o sacerdote mantivesse a ocupação das igrejas.

Considerações Finais

Quando vimos as fotografias da Missa da Unidade pela primeira vez, ainda sem considerá-las documento histórico, chamava atenção a quantidade de faixas e cartazes exaltando o bispo D. Adriano Hypólito. Quando começamos a pesquisa sobre o evento tomamos consciência que existia um conflito na Paróquia do Riachão. Ao observar e descrever as imagens, exercício novo para mim, muitas peculiaridades foram reveladas. Tratar a MU como um “evento crítico” evidenciou o quanto os rituais nos dizem sobre as relações sociais e políticas de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense no momento de “abertura política”, entre 1979-1982.

D. Adriano Hypólito, embora identificado como um bispo progressista, tem uma postura que pode ser qualificada de conservadora, apresentando-o como um personagem complexo. Ele defende a Igreja Católica, como Roberto Romano sugere, e acredita na hierarquia, tanto que não rompe com ela. Nesse sentido, seu posicionamento é um exemplo do que Serbin postula ao afirmar que não é possível analisar o clero brasileiro somente a partir da oposição progressista x conservador. Nesse contexto de conflito retratado por nossas fontes primárias, D. Adriano Hypólito representa o reforço da ordem hierárquica católica, que reflete a hierarquia social brasileira e, por conseguinte, reforça a instituição. E o Pe. Ros representa a desordem porque não quer se submeter à hierarquia institucional, embora reconheça a autoridade do Papa.

Ambos conheciam bem a Igreja Católica e sua organização, movimentando-se na sua estrutura temporal para defender seus projetos teológico-políticos, que eram diferentes mas que se complementavam na manutenção da hegemonia católica no campo religioso brasileiro. Essa complementariedade manifestou-se na questão das vocações. Este foi o interesse comum na aliança estabelecida entre D. Adriano Hypólito e Pe. Valdir Ros. D. Adriano tinha a necessidade de despertar vocações e de estabelecer um local dedicado à reprodução do “corpo místico” e um membro desse “corpo místico” que se disponibilizasse a cumprir tal tarefa. Pe. Valdir Ros desejava se dedicar às “Vocações” e procurava uma diocese para construir a instituição na qual pudesse viabilizar seu desejo. Era uma aliança em que todos ganhavam: o bispo, o padre, os fiéis e a Igreja.

O Concílio Vaticano II, considerado um divisor de águas para a Igreja Católica, que proporcionou ao episcopado brasileiro uma nova identidade e uma visão comum de atuação pastoral, ao mesmo tempo gerou um distanciamento entre os bispos conciliares e o restante da Igreja, afetando de modo mais visível e dramático o corpo clerical. Na Diocese de Nova Iguaçu esse hiato produziu divergências e desobediência hierárquica entre o Pe. Valdir e D. Adriano, cujos desdobramentos fragilizavam a instituição num período complexo da História brasileira.

Durante o período que investigamos, sobretudo o ano de 1982, foi possível constatar que a forma como a DNI interpretou o “*aggiornamento*” a fez “*presente*” na Baixada Fluminense ao lado dos pobres, na defesa dos direitos humanos e da justiça social. A política pastoral implementada pela DNI aliava a leitura da bíblia à realidade social e estimulava os católicos à participação política, contribuindo para modificar a realidade em que viviam. Essa atuação aproximou da diocese atores sociais com ideias e objetivos aparentemente divergentes nos campos político e religioso, em prol da melhoria das condições de vida daquela população. A relação de trabalho estabelecida entre católicos e militantes ligados a grupos de esquerda proporcionou um diálogo tão próximo entre a esfera religiosa e a esfera política que estas se confundiam, conforme observamos na MU.

Pe. Valdir Ros, por seu turno, atraía atores sociais que discordavam da intervenção da diocese na política e do apoio disponibilizado aos movimentos sociais e às lideranças políticas. Nesse sentido, assinalamos que a literatura sobre a Diocese de Nova Iguaçu, quando aborda os conflitos entre D. Adriano e o governo militar, cessam as análises no sequestro sofrido por ele, em 1976. Porém, o jornal *Correio da Lavoura* sugere que atores envolvidos nesse episódio estivessem apoiando o Pe. Ros seis anos depois, como estratégia para atingir o bispo e diminuir sua influência naquele território.

Nesse contexto, em que o regime militar via como “comunistas” ou “subversivos” os diversos atores sociais – incluindo religiosos, críticos ao governo, muitos deles tendo sido vítimas de violências, ainda que a estratégia da propaganda oficial divulgasse que a repressão findara –, o estudo do caso de D. Adriano Hypólito é, provavelmente, o mais emblemático da análise que nos propusemos. Sua condição episcopal aliada a um possível pensamento e prática “comunistas” serviu inclusive de argumento ao Pe. Ros para legitimar sua oposição e justificar sua desobediência hierárquica.

Por outro lado, a Igreja Católica passava por uma “crise de vocações” que comprometia a eficácia da sua missão: “busca da salvação popular”, de acordo com Romano. E essa crise proporcionada pela falta de padres comprometia o modo pelo qual seria possível alcançar uma “salvação individual” através de uma espécie de “salvação coletiva”, que era materializada pelas ações pastorais da diocese.

A atitude de reforço de hierarquia, utilizada por D. Adriano na MU, reflete a conjuntura complexa e delicada que ele enfrentava em Nova Iguaçu e a Igreja Católica enfrentava no Brasil. Conjuntura que o obriga a usar as insígnias episcopais, atributo de seu poder, contrariando um compromisso informal firmado entre ele e alguns outros padres conciliares, que se auto intitularam “Igreja dos Pobres”, no chamado “Pacto das Catacumbas”, conforme indicamos na seção sobre o contexto sociológico e geográfico da DNI. Assim, ele reforça tanto a consciência de sua autoridade quanto seu lugar na sociedade local, enfatizando que seu *status* se reflete tanto no campo religioso quanto no temporal.

Tentamos demonstrar, entre outras coisas, que não há uma ruptura com o Estado. Há, sim, uma “condenação dos órgãos encarregados de manter a ordem”. Segundo Romano, as “prerrogativas de poder absoluto” do governo militar o levam a ser visto como ilegítimo pelos eclesiásticos, pois “o poder político que não reconheça a Igreja e as instituições civis é ilegítimo e opressor do povo”.⁴¹⁹ Em Nova Iguaçu, D. Adriano condena o regime militar e critica o governo local, mas recorre ao governo do Estado, por exemplo, quando solicita apoio ao governador Chagas Freitas (PMDB) para a retomada dos templos ocupados pelo Pe. Valdir Ros.

Diante da impossibilidade da reconciliação com o Pe. Ros, mesmo reconhecendo que as atitudes do sacerdote tinham implicações políticas, D. Adriano percebeu que o confronto fragilizaria ainda mais a Igreja Católica. O bispo, então, passa a enfatizar que o comportamento do Pe. Valdir se justifica pelo fato de o padre ser “esquizofrênico”. Não estamos aqui julgando se essa afirmação é verdadeira ou não; há pessoas, com as quais tivemos contato, que defendem que Pe. Valdir não sofria de doença alguma. Voltando ao conflito, vamos analisar essa argumentação do ponto de vista político: a fala do líder de uma Igreja Particular (circunscrição eclesiástica, diocese). A nosso ver, ao recorrer a essa argumentação D. Adriano é movido pela “atitude soteriológica”, em sua condição de pastor e na defesa da unidade da Igreja. Porque ao enfatizar o possível distúrbio psíquico do Pe. Ros, D. Adriano se reserva o direito de não punir o Pe. Valdir e ainda, o mantém na condição de sacerdote. Aos poucos, a partir de meados da década de 1980, as igrejas ocupadas vão sendo retomadas pela DNI.

⁴¹⁹ROMANO, R. op. cit. p.41.

Do ponto de vista do conflito, a estratégia do bispo é eficaz, porque o IEM já havia sido dissolvido e o Pe. Valdir não representava mais uma liderança no mundo católico. O seminário diocesano já estava sendo construído, ou seja, o clero iguaçuano seria formado de acordo com as orientações pastorais da Cúria local.

D. Adriano poderia ter procedido de maneira diversa: submeteria Pe. Valdir ao Tribunal Eclesiástico e a todo o peso que o Código de Direito Canônico então vigente (1917) impunha aos clérigos insubordinados. Embora já houvesse mudanças sugeridas pelo Concílio Vaticano II, esse Código era extremamente rígido e objetivo na regulação “do ofício dos párocos e bispos, do lugar dos leigos aos dos religiosos, dos delitos às penas”⁴²⁰.

Esta pesquisa permitiu-nos apreender o quão complexa é a Igreja Católica e seus representantes temporais. Com efeito, D. Adriano Hypólito e Pe. Valdir Ros estavam envolvidos com o próprio esforço de reprodução da Igreja, através da formação de seus quadros enquanto “corpo místico”. Durante dez anos, no território da Diocese de Nova Iguaçu, existiu um seminário coordenado pelo Pe. Ros — de cuja existência poucas pessoas têm conhecimento hoje em dia — filiado ao Instituto Estrela Missionária, que originalmente pertencia à Mitra Diocesana, mas que teve um percurso histórico próprio conforme apontamos no segundo capítulo.

O Seminário Paulo VI, idealizado a partir de 1981 pelos bispos de Nova Iguaçu, Itaguaí, Duque de Caxias e Volta Redonda⁴²¹, toma corpo e é inaugurado em 1986. Trata-se de uma instituição interdiocesana, que compreende o “Instituto Filosófico-Teológico”, que propugnava a formação dos seminaristas em conjunto com a de religiosos e leigos. Diz D. Adriano, na edição do *Correio da Lavoura* de 4 e 5 de setembro de 1982, que “o Seminário poderá acolher 120 seminaristas, mas o Instituto, que é aberto a leigos e religiosos, terá a capacidade para 250 alunos”⁴²². Indubitavelmente, o Seminário Paulo VI destoava da concepção tradicional de uma casa de formação do clero.

Em 2012, o “Instituto Filosófico-Teológico” foi extinto enquanto associação interdiocesana. O Seminário Paulo VI permanece, tendo os seminaristas da DNI sido encaminhados para formação teológica e filosófica no Seminário Nossa Senhora do Amor Divino, da Diocese de Petrópolis. Também foi mantido o curso de Teologia Pastoral — para o laicato. Mas essa é outra história. Cremos que ela deva ser aprofundada em outro momento, no contínuo processo de formação com o qual nós, historiadores, estamos comprometidos.

⁴²⁰BEOZZO, J. O. op. cit. p. 36.

⁴²¹ Oficialmente estas dioceses fazem parte junto com a Diocese de Valença e as Arquidioceses do Rio de Janeiro e de Niterói do Regional Leste 1, forma como a CNBB agrupa as Igrejas Particulares que a compõe no estado do Rio de Janeiro. Oficiosamente os bispos destas dioceses (D. Adriano Hypólito, D. Vital Wilderink, D. Mauro Morelli e D. Waldyr Calheiros) se reuniam no chamado “*Leste Zero*”, cuja identificação ocorre pela proximidade de suas linhas pastorais.

⁴²²*Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, 04 e 05 set. 1982, Coluna Nossa Diocese. p.3.

Bibliografia

Fontes primárias:

1. Fotografias:

Pe Valdir Ros.ppt - Arquivo Fotográfico 1981-1982.

2. Livros:

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **50 anos de Missão** (1960-2010). Nova Iguaçu, 2010.

ROS, Valdir. **Abaixo o “Muro da Vergonha”**. Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária, 1983.

3. Matérias de Jornais:

ADEPTOS de Valdir Ros contam com apoio de Zamith para atacar D. Adriano Hipólito. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 05 set. 1982.

ALVES, Márcio Moreira. Divisão e reação na Baixada. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, ano LXVI, n. 3402 p.2, 29-30 de maio de 1982.

BISPO de Nova Iguaçu acusa padre de ‘mania de grandeza’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago 1982.

DANTAS, Audálio. Dom Hypólito: a ira de Deus na terra da violência. **Revista Playboy**, São Paulo, Ano IV, n. 39, outubro de 1978. p. 143-148.

DEBATE político reúne dois jovens candidatos no Colégio Leopoldo. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, ano 66, n. 3402, 29-30 mai 1982.

ENTREVISTA sobre a Paróquia do Riachão. **Boletim Diocesano**, Nova Iguaçu, nº 164, de 1 set. 1982.

ENTREVISTA concedida por D. Adriano Hypólito a **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, Ano 75, Jan/Fev 1981, nº1. p.53-73.

FERNANDES, Valeria. Milhares de católicos se xingam e rezam em Austin. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mai 1982, ano 92, Segundo Caderno, p. 4.

GUERRA do Riachão. A disputa de igrejas em Nova Iguaçu. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 1982.

JARDIM Nova Era: padre reassume paróquia. **Correio de Maxambomba**, Nova Iguaçu, 17 de abril de 1982.

MISSA da Unidade divide fiéis. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 24 mai 1982.

Nova Iguaçu teve o 6º padre ordenado pela Diocese. **Correio de Maxambomba**. Nova Iguaçu. 13 dez. 1980.

PADRE não quis a união com D. Adriano. **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, p.03, 25 mai 1982.

PADRES contra padres. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 08set. 1982.

PAULO Amaral diz que padre Valdir poderá ser preso. **Jornal de Hoje**, Nova Iguaçu, 08 de maio de 1982.

4. Entrevistas:

Antônio Ivo de Carvalho, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP-Fiocruz.

Artur Messias da Silveira, prefeito de Mesquita (2004-2012).

Pe. Luigi Constanzo Bruno, diretor da Cáritas Diocesana e vigário da Paróquia do Lote XV.

Robinson Belém de Azeredo, editor chefe do jornal Correio da Lavoura.

Antônio Lacerda de Meneses, responsável pelo Arquivo da Cúria Diocesana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ, APPH, CLIO, 2003.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.

BARRETO. Alessandra Siqueira. **Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, UFRJ/MN, 2006. Tese de doutorado. Disponível em <http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/AlessandraSiqueiraBarreto.pdf>. Acessado em 21 de novembro de 2010.

BARRETO. Artigo Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores.p.45-64. **Campos – Revista de Antropologia Social**.Vol2, Nº 5, 2004. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewArticle/1620>>. Acessado em 21 de novembro de 2010.

BERNARDES, Lysia M. C. SOARES, Maria Terezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1987 Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/biblioteca_carioca_pdf/rio_de_janeiro_cidade_e_regiao.pdf

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965)**. São Paulo, 2001. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

BRITO, A. S. **Fermento da Massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1962-1982)**. Seropédica, 2010. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. RJ, Rocco, 1997.

ENNE, Ana Lucia. **Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações.** Ciberlegenda, nº 14, 2004. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>> Acessado em 06 de fevereiro de 2012.

FALCÃO, D. Manuel Franco. **Enciclopédia Católica Popular.** Disponível em <<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>. Acessado em 15 de maio de 2011.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.33, nº 2, 1990, pp. 285-310.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** São Paulo, Brasiliense, 2004. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1º reimpressão da 1º edição de 1989.

MENDES, Vera Lúcia Pedra Clímaco. **Tanta terra sem gente e tanta gente sem terra: Mutirão de Nova Aurora (1979-1995).** Rio de Janeiro, 20???. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social. IFCS, UFRJ.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** SP, Ed Contexto, 2010.p. 235

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Imagens da Libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981).** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito. Ensaio de antropologia dos rituais.** RJ, Relume Dumará, 2001.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado.** SP, Kairós, 1979.

ROS, Valdir. **Abaixo o “Muro da Vergonha”.** Nova Iguaçu, Editora Estrela Missionária, 1983.

SALVADOR, C C. EMBIL, J M U. **Dicionário de Direito Canônico.** SP, Edições Loyola, 1993. Tradução de Jesus Hortal, SJ, com a colaboração de Carlos Barra, Valdir Mamede, CCMF e José Mª de Almeida.

SANTANA, Maristela. **Uma aposta em duas opções: a diretriz formal da Igreja Católica Latino-americana – A “Opção pelos Pobres” por duas vias – Teologia da Libertação e Missionárias da Caridade (1962-1986).** Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. IFCS, UFRJ.

SCHMITT, Rogério Augusto. *Rio de Janeiro: multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral*. In: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. (org.) **O sistema partidário brasileiro**. RJ, Editora FGV, 1997.

SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. RJ, 7Letras, 2004.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo, Cia das Letras, 2001. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

SILVA, Gabriel do Nascimento. **Em busca do povo prometido: corpo e alma na construção da Diocese de Nova Iguaçu**. Monografia apresentada para conclusão de graduação Instituto Multidisciplinar/UFRRJ. Nova Iguaçu, 2011.

SILVA, Sônia Ambrozino. **Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, UFF, 2007.

SILVA, Percival T. da. **Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação UFF, 1993.

SILVA, Percival T. da. **Bolsas de estudo no ensino fundamental, entre a universalidade de direito à educação e o clientelismo na educação: o caso de Nova Iguaçu/RJ**. São Paulo, 2010. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos*. In: FLEISCHER, David. (org.) **Da distensão a abertura**. As eleições de 1982. Brasília, Editora UnB, 1988.

SOUSA, Jessie Jane Viera de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FAPERJ, 2002.

ANEXOS

Anexo A – Reportagem do JB sobre a Missa da Unidade

Anexo B – Fotografia atualizada do IEM

Anexo C – Ilustração *O Globo* sobre as igrejas ocupadas pelo Pe. Ros

Anexo A

Fotografia e trecho da reportagem publicada no Jornal do Brasil em 24 de maio de 1982.



Foto Cynthia Brito

de *Fiéis* *vaia* dina *missa* *em* rta *Nova Iguaçu*

alto ainda
é pratica-
atendidos,
s os pedi-
em Medi-
licação do
cessão de
um paria-
s pedidos,
ura a cam-
o Planalto
meios de

quem indi-
chapa e o
ocorrer ao
; de 'Teno-
atista da

Em nome do mesmo Deus, milha-
res de católicos se xingaram, vaiaram
e até rezaram durante a missa prom-
vida pela diocese de Nova Iguaçu na
paróquia de Nossa Senhora da Con-
ceição, em Austin, para promover a
unificação da Igreja do município. O
cisma já dura um ano. Tem de um
lado, o Bispo Adriano Hipólito. Do
outro, o Padre Valdir Ros, de Austin,
expulso da diocese desde dezembro.

Segundo Dom Adriano, Padre
Valdir é esquizofrênico. Segundo Pa-
dre Valdir, D Adriano pratica a de-
monioeracia, "chama Deus de treco
e diz que Jesus Cristo é maconha".
Para os seguidores de D Adriano —
quase 10 mil pessoas foram a Austin
— a corrente do Padre Valdir é de

ANEXO B

Esta fotografia produzida pela autora, em 2012, mostra o prédio do IEM, visto da Rodovia Presidente Dutra. É possível perceber que a ocupação real das áreas ao longo desta ainda não foram efetivadas e que o imóvel se destaca na paisagem.



Anexo C

Ilustração que constituiu um Mapa das Igrejas que foram ocupadas pelo Pe. Valdir Ros e seus respectivos bairros.



FONTE: **O Globo**. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1982.